

CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO DO PARANÁ - UniFAE
MESTRADO EM ORGANIZAÇÕES E DESENVOLVIMENTO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**TERCEIRO SETOR E VOLUNTARIADO: A BUSCA POR UM
DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL NA PASTORAL
DA CRIANÇA, EM CURITIBA - PR**

Ivan de Melo Dutra

CURITIBA
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

IVAN DE MELO DUTRA

**TERCEIRO SETOR E VOLUNTARIADO: A BUSCA POR UM
DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL NA PASTORAL
DA CRIANÇA, EM CURITIBA - PR**

**Dissertação apresentada para qualificação,
como requisito final, à obtenção do grau de
Mestre em Organizações e Desenvolvimento,
Centro Universitário Franciscano do Paraná –
UniFAE.**

Orientadora: Prof^a. Dra. Angelise Valladares

Curitiba, 27 de março de 2007.

Ficha Catalográfica elaborada por Ivan de Melo Dutra

Dutra, Ivan de Melo

Terceiro Setor e Voluntariado: a busca por um desenvolvimento local, integrado e sustentável na Pastoral da Criança, em Curitiba - PR / Ivan de Melo Dutra. Curitiba – UniFAE, 2007.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Angelise Valladares

Dissertação de Mestrado em Organizações e Desenvolvimento – Programa Multidisciplinar de Mestrado Acadêmico, Centro Universitário Franciscano do Paraná – UniFAE, Curitiba - PR, 2007.

1. Terceiro Setor. 2. Voluntariado. 3. Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável. I. Centro Universitário Franciscano do Paraná – UniFAE, Curitiba - PR

CDD:

No limite, nós somos o maior objeto da tese, pois, enquanto sujeito dela vivemos um embate de forças internas e externas que nos ensina muito sobre nós mesmos. Fazer a tese significa não apenas dominar partes do conteúdo relacionado ao assunto, mas também dominar nossas inseguranças, medos, escapes, defesas, ansiedades e angústias (FREITAS, 2002, p. 225).

AGRADECIMENTOS

À orientadora, amiga, professora, Doutora Angelise Valladares pelo apoio, paciência, confiança e incansável incentivo prestados, não apenas a esta pesquisa, mas ao trabalho científico como um todo.

Ao co-orientador, amigo, professor Artur Roman, pelo entusiasmo, pela crítica assertiva e pela coragem e insistência em ampliar o alcance de nossa visão. Seus ensinamentos e provocações alteraram o curso deste trabalho.

Ao amigo e Doutor José Garcia Leal Filho, companheiro de alguns grupos de pesquisa, que, com sua experiência e conhecimento, muito contribuiu para que essa pesquisa atingisse esse formato final.

À professora Doutora Sandra Lewis por aceitar prontamente o convite para a banca examinadora de defesa de dissertação de mestrado e pelas contribuições no esclarecimento de muitas dúvidas no campo do Direito.

Ao professor, Doutor e ex-coordenador do Mestrado do Centro Universitário Franciscano do Paraná – UniFAE, Christian Luiz da Silva, que desde o início desta jornada sempre foi um grande incentivador.

Aos demais professores do Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da UniFAE, da turma de 2005/2006, pelo carinho e entusiasmo com que ministraram suas aulas, das quais levarei grandes aprendizados por toda minha vida.

Aos meus colegas de mestrado, pelo muito que aprendi com vocês. De todos levarei boas e duradouras lembranças dos momentos em que travamos ricas discussões durante nosso curso.

Ao gestor de relações institucionais, às coordenadoras dos diversos setores e, especialmente, à assistente social da Pastoral da Criança, pelo carinho e pela pronta resposta ao convite para darem a sua valiosa contribuição para a realização desta pesquisa.

Ao amigo e mestrando Ricardo Chiqueto, pelas sugestões, pelas pacientes revisões de texto e pelas inúmeras e agitadas discussões de temas relevantes para o desenvolvimento deste estudo.

À minha família, pelo apoio e pela compreensão dos motivos que forçaram a minha ausência, por tão longo tempo, do nosso sadio e caloroso convívio.

Aos meus amigos da Portobello Shop Batel, pela cobertura dada nos inúmeros momentos de ausência de minhas atividades no trabalho, durante a elaboração deste estudo e pela valiosa colaboração na etapa da pesquisa de campo.

Curitiba, 27 de março de 2007.

TERMO DE APROVAÇÃO

IVAN DE MELO DUTRA

**TERCEIRO SETOR E VOLUNTARIADO: A BUSCA POR UM
DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL NA PASTORAL
DA CRIANÇA, EM CURITIBA - PR**

Esta dissertação foi aprovada pelo Curso de Mestrado Acadêmico Multidisciplinar em Organizações e Desenvolvimento do Centro Universitário Franciscano do Paraná–UniFAE.

Curitiba, 27 de março de 2007.

Prof. Dr. José Edmilson de Souza Lima
Coordenador do Curso

Prof^a. Dra. Angelise Valladares
Orientadora
Centro Universitário Franciscano do Paraná - UniFAE

Prof. Dr. Artur Roman
Examinador Interno
Centro Universitário Franciscano do Paraná - UniFAE

Prof. Dr. José Garcia Leal Filho
Examinador Externo

DUTRA, Ivan de Melo. **Terceiro Setor e Voluntariado: a busca por um desenvolvimento local, integrado e sustentável na Pastoral da Criança, em Curitiba - PR.** 2007. 128f. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) – Programa Multidisciplinar de Mestrado Acadêmico, Centro Universitário Franciscano do Paraná – UniFAE, Curitiba.

Orientadora: Professora Angelise Valladares, Dra.

RESUMO

Os temas sustentabilidade e voluntariado, a partir da década de 1980, têm ocupado espaços significativos nas discussões que visam um novo modelo de desenvolvimento social e econômico. Além de entidades públicas e privadas, tal processo tem envolvido organizações da sociedade civil. O objetivo geral desta pesquisa é examinar a influência das atividades dos líderes voluntários da Pastoral da Criança no desenvolvimento local, de forma integrada e sustentável. Busca-se, neste estudo, contextualizar o trabalho voluntário no Brasil e, em particular, no Estado do Paraná, identificando as principais características das organizações da sociedade civil que compõem o chamado Terceiro Setor. São abordados temas ligados à sustentabilidade e ao desenvolvimento, desde conceitos mais abrangentes até o conceito de desenvolvimento local. Descreve-se e analisam-se as atividades desenvolvidas pelos voluntários da Pastoral da Criança nas comunidades onde atuam, sob a ótica dos principais indicadores adotados. Esta pesquisa caracteriza-se por um estudo de caso, do tipo descritivo-qualitativo, com perspectiva de análise longitudinal. Durante e após a revisão bibliográfica foram realizadas várias visitas técnicas às sedes da Pastoral da Criança, com a finalidade de aprofundar o entendimento do processo de estruturação do voluntariado. Os principais procedimentos adotados para a operacionalização desta pesquisa foram entrevistas semi-estruturadas e questionários, com perguntas semi-abertas. As entrevistas foram realizadas com pessoas das diversas coordenações e os questionários foram aplicados diretamente aos líderes voluntários. Os resultados obtidos permitem inferir que houve influência positiva da atuação destes líderes no desenvolvimento das comunidades onde atuam, com base nos indicadores de mortalidade e desnutrição infantis, como também no número de gestantes acompanhadas por estes líderes. A tecnologia de gestão desenvolvida para a realização do trabalho de pessoas voluntárias é fator preponderante para o sucesso da organização. O fato de priorizar fortemente a capacitação de líderes comunitários pertencentes às localidades, aliado à mística empregada em suas ações, têm contribuído para o desenvolvimento local dessas comunidades, de forma integrada e sustentável.

Palavras-chave: Terceiro Setor; Voluntariado; Sustentabilidade; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Sustentável.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABONG** - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
- APAE** - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
- CETS** - Centro de Estudos para o Terceiro Setor
- CMMAD** - Comissão Mundial para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente
- CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- DLIS** - Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável
- EUA** - Estados Unidos da América
- FAB** - Folha de Acompanhamento Básico
- FGV-EAESP** - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas
- GIFE** - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- ISER** - Instituto de Estudos da Religião
- IUCN** - International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources

- ONG** - Organização Não Governamental
- ONG's** - Organizações Não Governamentais
- OSC** - Organizações da Sociedade Civil
- OSCIP** - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
- PROVOPAR** - Programa de Voluntariado Paranaense
- PIB** - Produto Interno Bruto
- PNUMA** - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- RITS** - Rede Integrada do Terceiro Setor
- UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância
- URSS** - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- WCU** - World Conservation Union

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	- ORGANIZAÇÕES DO PRIMEIRO, SEGUNDO E TERCEIRO SETORES, SOB O ASPECTO JURÍDICO	25
FIGURA 2	- DENOMINAÇÕES DIVERSAS DE ENTIDADES PERTENCENTES AO TERCEIRO SETOR	28
FIGURA 3	- DADOS DO TERCEIRO SETOR.....	30
FIGURA 4	- EXIGÊNCIAS RELATIVAS AO OBJETIVO SOCIAL DAS OSCIPS .	39
FIGURA 5	- COMPARAÇÃO DOS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO DE OSCIPS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	42
FIGURA 6	- QUATRO MODOS DE CONVERSÃO DO CONHECIMENTO	52
FIGURA 7	- CATEGORIAS DE ANÁLISE	76
FIGURA 8	- DADOS SOBRE A PASTORAL DA CRIANÇA	90
FIGURA 9	- PRINCÍPIOS DA LIDERANÇA	99
FIGURA 10	- ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA PASTORAL DA CRIANÇA	123

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA	1	-	PERCENTUAL DO PIB MOVIMENTADO PELO TERCEIRO SETOR.....	30
TABELA	2	-	ONGs POR ÁREA DE ATUAÇÃO NO BRASIL	31
TABELA	3	-	RECURSOS DAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	32
GRÁFICO	1	-	ÁREA DE ATUAÇÃO DAS OSCIPs QUALIFICADAS NO BRASIL ENTRE 1999-2002.....	41
TABELA	4	-	MORTALIDADE INFANTIL ENTRE 2000-2005, POR REGIÕES.....	93

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA	13
1.2 HIPÓTESES DE TRABALHO	18
1.3 OBJETIVOS	19
1.4 JUSTIFICATIVA	20
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	22
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS	24
2.1 TERCEIRO SETOR	24
2.1.1 Conceitos básicos	24
2.1.2 Especificidades do Terceiro Setor	29
2.1.3 Tipos e características das organizações do Terceiro Setor	34
2.2 VOLUNTARIADO	42
2.2.1 Conceitos básicos	43
2.2.2 O voluntariado e as organizações	44
2.2.3 O lado humano nas organizações	48
2.3 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO.....	52
2.3.1 Conceitos básicos	53
2.3.2 Desenvolvimento local e integrado	62
2.3.3 Desenvolvimento sustentável	66
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	73
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	73
3.2 PERGUNTAS DE PESQUISA	75
3.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE	75
3.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	77
3.5 DEFINIÇÃO DE TERMOS RELEVANTES	78
3.6 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	80
3.7 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	81

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	83
4.1 O TRABALHO VOLUNTÁRIO NO BRASIL.....	83
4.1.1 Histórico	83
4.1.2 Voluntariado no Estado do Paraná	86
4.2 A PASTORAL DA CRIANÇA: DOS PRIMÓRDIOS ATÉ OS DIAS ATUAIS	87
4.3 O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA PASTORAL DA CRIANÇA.....	91
4.4 PERFIL E RESULTADOS DA ATUAÇÃO DOS LÍDERES VOLUNTÁRIOS	92
4.4.1 Mortalidade infantil	92
4.4.2 Desnutrição infantil	94
4.4.3 Em busca das Gestantes	95
4.4.4 Líder voluntário	96
4.4.5 Análise interpretativa dos conteúdos	97
5 CONCLUSÕES	103
6 SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	107
REFERÊNCIAS	108
ANEXOS	113
ANEXO A - Lei 9.790/99 - Lei das OSCIPs	114
ANEXO B - Lei 9.608/98 – Lei do Voluntariado	121
ANEXO C - Modelo da FAB – Folha de Acompanhamento Básico	122
ANEXO D - Organograma funcional da Pastoral da Criança	123
APÊNDICES	124
APÊNDICE A - Modelo da entrevista semi-estruturada	125
APÊNDICE B - Modelo do questionário com perguntas semi-abertas	127

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo são apresentados o tema, sua contextualização e o problema de pesquisa. Na seqüência são descritos a elaboração de hipóteses e os objetivos geral e específicos. A justificativa do tema, demonstrando a sua relevância, a sua atualidade e a viabilidade da pesquisa, finaliza este primeiro capítulo.

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Idealizado como consequência da desordem causada pela Segunda Grande Guerra Mundial, o modelo de desenvolvimento econômico e social baseado no *welfare state* – Estado do bem-estar social – apresentava sinais de inviabilidade, já em meados da década de 1970. Para autores como Bresser-Pereira (2003;1996), o fim do Estado do bem-estar social foi fruto de uma crise fiscal, da incapacidade do Estado arrecadar a quantia de recursos necessária à promoção das melhorias sociais sob sua responsabilidade. Ano após ano, o volume de dinheiro arrecadado pelos cofres públicos foi crescente, já que a estrutura da administração pública deveria se adequar a uma nova função social. Entretanto, a quantidade e a qualidade dos serviços prestados pelos governos ficavam muito aquém do necessário para o atendimento das demandas sociais.

O propósito inicial de diminuir as diferenças econômicas, culturais e sociais entre as pessoas, regiões e países não foi atingido. Apesar da ação intervencionista do poder público no mercado as distorções sociais cresceram, contribuindo para um processo onde aumentavam progressivamente as demandas das populações e regiões menos favorecidas, econômica e socialmente, forçando novos incrementos nos gastos dos governos com suas respectivas administrações.

Esse é um dos sintomas aparentes no panorama mundial desde o final do século passado. As mudanças tecnológicas, principalmente as ocorridas nos setores da informática e das comunicações, aceleraram e acentuaram o desequilíbrio sócio-econômico no cenário mundial. As mudanças, sempre presentes na história da humanidade, passaram a ocorrer com uma rapidez muito maior.

Segundo Mendes (2004), as mudanças que têm alterado a configuração da ordem mundial, do ponto de vista econômico, podem ser constatadas pelo:

- a) fim da bipolaridade que existia entre EUA – Estados Unidos da América e a extinta URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;
- b) deslocamento do eixo econômico-financeiro mundial do lado ocidental para o lado oriental do planeta;
- c) arranjo de grandes blocos comerciais;
- d) processo de globalização dos setores financeiros, comercial, produtivo e tecnológico;
- e) processo de separação das economias exportadoras de matérias-primas e economias industriais;
- f) desequilíbrios econômicos mundiais.

Este processo de mudança teve início com a sociedade industrial. A revolução industrial - origem ao capitalismo moderno, propiciou a rápida expansão do desenvolvimento material da humanidade. Tal expansão, entretanto, exigiu e continua a exigir um alto custo para a natureza e, por conseguinte, para a humanidade. É sabido que a partir de meados do século XVIII até os dias atuais, o homem destruiu mais a natureza do que em toda a sua história anterior.

Os sistemas industriais alcançaram apogeu de sucesso, tornando-se capazes de criar e acumular grandes quantidades de capital produzido pelo homem. Entretanto, o capital natural, do qual depende diretamente a prosperidade econômica da civilização, vem declinando rapidamente. Isto significa que o índice de perdas do capital natural cresce na mesma proporção dos ganhos em bem-estar material. Considera-se capital natural, segundo Hawken et al. (1999), o conjunto dos recursos e sistemas vivos da natureza, do qual se retira a matéria-prima para que se possa produzir bens e serviços.

Do ponto de vista de sua perenidade, o modelo capitalista contemporâneo apresenta sinais de insustentabilidade, não mais pelo risco de esgotarem-se alguns importantes recursos, como o petróleo ou algum mineral, mas para si próprio e, segundo autores mais pessimistas, como Gray (2006), para a própria vida sobre o

planeta. Constatções recentes do aumento da temperatura da terra, do aumento da intensidade de chuvas e outros eventos da natureza fortalecem esses argumentos. Com a continuidade do modelo de crescimento econômico atual, do ponto de vista da sobrevivência, o planeta corre o risco de ter grande parte de seus ecossistemas esgotados de forma irreversível.

Um dado importante a ser considerado nesse processo é a falta de controle do fluxo internacional financeiro e, em alguns casos, de mercadorias. Os Estados tornaram-se incapazes de desempenhar o seu papel de promotor das necessidades básicas da população – segurança, saúde, educação, de promover desenvolvimento econômico dos países e de controlar a grande massa de recursos financeiros que circula livremente pelo mundo. Este volume financeiro, estimado em mais de um trilhão de dólares americanos, tira proveito dos fusos horários nas diversas bolsas de valores do planeta e, de tempos em tempos, chega a ameaçar a estabilidade dos governos dos países em desenvolvimento. Todo este movimento contribui para uma maior concentração de renda e riqueza nos países mais ricos.

A preocupação com a busca de um modelo de desenvolvimento alternativo, que fosse sustentável, iniciou-se com o Clube de Roma no final da década de 1970. Foi oficializado, posteriormente, em 1983, por meio da divulgação do Relatório Brundtland, da CMMAD - Comissão Mundial para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente (*WCU - World Conservation Union*), também chamada de IUCN - *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources*. Este tema tornou-se, aos poucos, objeto de interesses de vários estudiosos. Dentre eles destacou-se Sachs (1986), ao atribuir, inicialmente, três dimensões, apresentadas por ele como objetivos, para que se alcançasse a sustentabilidade do desenvolvimento sócio-econômico da humanidade: as dimensões econômica, a ambiental e a social.

Alguns anos depois, Sachs (1993) sugere a ampliação para cinco dimensões: social, econômica, ecológica ou ambiental, cultural e espacial, como objetivos para a busca da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. As organizações, por sua vez, tanto de cunho privado como as da sociedade civil, se viram obrigadas a se adaptarem ao cenário mundial onde o papel do Estado havia sido bastante reduzido. Discute-se, inclusive, a idéia da constituição de um Estado mínimo para o governo

das nações, onde a participação do poder público seria centrada somente nas questões ligadas às áreas da segurança e da justiça.

As organizações, tanto públicas como privadas ou da sociedade civil, promoveram revisões em seus processos, em sua estrutura e na forma de atuar na realidade, diante do novo cenário sócio-econômico e cultural do mundo globalizado. Surgiram novas teorias organizacionais, novos modelos e técnicas de gestão que tiveram como objetivo entender os processos organizacionais dentro dessa nova e dinâmica realidade.

Com a constatação de que o Estado do bem-estar social tornou-se incapaz de atender as demandas por melhoria das condições sócio-econômicas da população no mundo globalizado surgiram as condições para que um novo arranjo social se formasse na sociedade civil. A partir da década de 1970 foram criadas diversas organizações da sociedade civil, de maneira livre e de iniciativa autônoma, com o objetivo de desempenhar papéis que antes eram incumbência do poder público.

De forma subjacente, aumentou o número de organizações civis que propõem esforços conjuntos entre si, com o primeiro e o segundo setores, na busca de um modelo de desenvolvimento sustentável. O conjunto dessas organizações, que podem ter formatos de fundações, associações, clubes, movimentos, casas de cultos religiosos e outros, recebeu a denominação de Terceiro Setor e será conceituado e caracterizado na primeira seção do próximo capítulo.

Muitas dessas organizações foram criadas para atuar nessas duas frentes: na conscientização da população para a busca da redução das desigualdades sócio-econômicas e na supressão da deficiência na prestação dos serviços de promoção do bem-estar da sociedade, por parte do Estado. Gradativamente, essas duas preocupações ganharam abrangência internacional, sendo assumidas por diversos organismos internacionais.

A partir da década de 1980, outros arranjos de interesses econômicos surgiram, aumentando a concentração de renda, conhecimento e poder nas mãos de grandes grupos econômicos e financeiros. Novas Tecnologias foram desenvolvidas, principalmente nas áreas de informação e comunicação, afetando as relações entre países, governos, sociedade, organizações e pessoas. Limites

geográficos de nações e empresas desapareceram, ao mesmo tempo em que as pessoas obtinham mais acesso a informações de toda natureza.

Como decorrência da facilidade de acesso a um maior número de informações, a consciência de que o homem não é o dono do planeta terra vem crescendo, na medida em que crescem os movimentos em defesa do meio-ambiente e do consumo responsável.

No Brasil, as relações entre produtor e consumidor foram ajustadas por intermédio da aprovação de um novo código de defesa do consumidor. Outras legislações, em paralelo, foram revistas e atualizadas, como o Código Civil Brasileiro, a própria Lei 9.790/99, conhecida como Lei das OSCIPs, que criou o Termo de Parceria entre o Governo e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e a Lei do Voluntariado.

Concomitantemente, tem aumentado o número de organizações da iniciativa privada que adotam ações voltadas para a responsabilidade social, atuando na promoção da melhoria sócio-ambiental, demonstrando a relevância do tema do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade. Este movimento tem se apresentado como um caminho sem volta. A cada dia, a sociedade civil congrega interesses comuns de pessoas que buscam promover o bem-estar social e ambiental, dentro ou fora de outras organizações, sejam elas públicas ou privadas.

Por nascerem dentro das comunidades, partindo de iniciativa e do esforço de indivíduos ou pequenos grupos, as organizações da sociedade civil dependem, para a sua sobrevivência, do trabalho de pessoas voluntárias. Deste voluntariado – como é conhecido o movimento de dedicação de parte do tempo das pessoas sem remuneração alguma na elaboração de trabalhos voltados para a melhoria das condições de vida da população e do planeta – surgem as condições para a criação e manutenção destas organizações da sociedade civil, que fazem parte do que se convencionou denominar de Terceiro Setor da sociedade.

A Pastoral da Criança, instituição objeto desta pesquisa, é um dos exemplos de organizações que dependem do trabalho voluntário para a sua atuação e sobrevivência. O movimento da Pastoral da Criança conta, apenas no Brasil, com a colaboração de mais de 250 mil voluntários. Destes, quase 150 mil pessoas

voluntárias têm comprometimento formal com a sustentabilidade dessa organização. (Relatório de Atividades da Pastoral da Criança, 2006).

Esta configuração nas relações sociais tem como finalidade a preservação do meio-ambiente e a redução das desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais entre dos diferentes grupos sociais. A crença que une todas essas ações é a de que as pessoas são os agentes transformadores da realidade social e, assim sendo, de que é possível, na prática, colaborar para que a sociedade tenha um desenvolvimento sustentável, onde a renda, o conhecimento, a participação cidadã e o poder sejam distribuídos de forma mais igualitária entre todos.

Diante desse quadro de referência, procurou-se resposta para o seguinte problema de pesquisa:

De que maneira o voluntariado tem influenciado o desenvolvimento local, de forma sustentável, considerando-se as atividades desenvolvidas pelos líderes comunitários da Pastoral da Criança, uma organização do Terceiro Setor com a coordenação nacional sediada em Curitiba - PR?

A premissa implícita nesta pesquisa é que uma maior atuação das organizações da sociedade civil do Terceiro Setor contribui para a redução das desigualdades sociais. O movimento de sua concepção e fundação ocorre espontaneamente dentro das comunidades e, portanto, contém de maneira objetiva, uma noção dos problemas sociais vivenciados e para os quais estas organizações dirigem suas ações. O movimento do voluntariado, portanto, surge como elemento importante, tanto para a criação, como para a manutenção destas organizações da sociedade civil.

1.2 HIPÓTESES DE TRABALHO

De acordo com a classificação de Gil (2005), a hipótese de uma pesquisa requer uma relação de dependência entre duas variáveis. Para Boaventura (2007), hipóteses são instrumentos típicos da pesquisa científica que vieram enriquecer as

pesquisas sociais. No caso específico desta pesquisa, procurou-se estabelecer esta relação entre as variáveis 'líderes voluntariados' que prestam serviços para a Pastoral da Criança e o desenvolvimento do local onde atuam, de forma sustentável. Foram utilizadas como Categorias de Análise, a própria atuação dos líderes voluntários e os principais indicadores adotados pela organização: 'mortalidade infantil', 'desnutrição infantil' e a 'saúde de gestantes', por meio do Programa Em Busca das Gestantes.

As hipóteses de trabalho são apresentadas a seguir:

- a) as organizações do Terceiro Setor que estruturam a atuação de seus voluntários por meio da promoção do desenvolvimento local atingem seus objetivos e se tornam auto-sustentáveis;
- b) a Pastoral da Criança atinge os seus objetivos, sobrevive e cresce, principalmente, em função do trabalho dos líderes comunitários voluntários;
- c) o processo de capacitação do líder voluntários da Pastoral da Criança torna-o capaz de desempenhar uma função determinante no alcance dos objetivos estabelecidos;
- d) existência de um número maior de pessoas atuando como líderes voluntários contribui para a redução dos índices de mortalidade infantil, de desnutrição de crianças e para a melhoria da saúde de gestantes nas comunidades onde atuam.

1.3 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é examinar a influência, no desenvolvimento local, de forma integrada e sustentável, das atividades dos líderes voluntários da Pastoral da Criança, uma organização do Terceiro Setor, com sede de coordenação nacional na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Em termos específicos pretende-se:

- a) Contextualizar o trabalho voluntário no Brasil, com foco no Estado do Paraná;
- b) Identificar o trabalho voluntário na Pastoral da Criança, seus fundamentos, estrutura e processos técnico-administrativos;

- c) Descrever e analisar as atividades dos líderes voluntários nas suas respectivas comunidades, na busca pela sustentabilidade, sob o ponto de vista de três indicadores utilizados pela Pastoral da Criança: 'Mortalidade Infantil', 'Desnutrição Infantil' e o 'Programa Em Busca das Gestantes'.

1.4 JUSTIFICATIVA

A redução da atuação do Estado como promotor das ações de melhoria social e redistribuição de renda e riqueza abriu espaço para o surgimento das organizações da sociedade civil, como se viu na introdução desse trabalho. Nas últimas três décadas, segundo a RITS – Rede de Informações do Terceiro Setor (2006), o número destas organizações cresceu rapidamente, movimentando expressivos recursos financeiros e gerando um grande número de empregos. Os dados relativos ao Terceiro Setor no mundo e no Brasil são apresentados, em conjunto, no capítulo dos fundamentos teóricos.

O crescimento no número de organizações que compõem o Terceiro Setor no Brasil, no período compreendido entre 1991 e 1995, segundo o levantamento feito pelo Conselho da Comunidade Solidária (1998), órgão atrelado à Casa Civil da Presidência da República, criado no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi superior a 30%, passando de 225 mil para um número estimado em 300 mil organizações.

Na cidade de Curitiba-PR, em 2006, ocorreu o 4º Congresso GIFE sobre Investimento Social Privado, que reuniu 550 congressistas de empresas, institutos, fundações e grupos ligados ao Terceiro Setor. Discutiu-se, neste encontro, os desafios para uma sociedade sustentável. Em paralelo a este Congresso, ocorreu a 5ª Mostra de Ação Voluntária, Cidadania e Responsabilidade Social praticadas por diversas instituições e organizações. Das pessoas que trabalharam no evento, 58% eram voluntárias, segundo a organização do evento.

No Brasil, o Poder Executivo, reconhecendo a importância e o rápido crescimento do Terceiro Setor, enviou, para aprovação do Congresso, a Lei 9.790/90, conhecida como Lei das OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Com esta medida, o governo procurou transferir para a as

empresas privadas e para as OSC - Organizações da Sociedade Civil parte das atividades antes desempenhadas por ele, por meio de parcerias, tema que será desenvolvido no segundo capítulo.

As OSC - termo genérico mais utilizado no Brasil - por não terem no lucro o seu objetivo primeiro, dependem de mecanismos autônomos que garantam a sua sustentabilidade financeira, seja por meio de doações ou de contratos de parcerias firmados com empresas do setor privado, do setor público ou com ambas.

Faz-se importante ressaltar que nem todas as organizações da sociedade civil obtêm êxito em seus propósitos. Segundo levantamento feito pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 77% das quase 300 mil organizações não governamentais – conforme citado anteriormente, número estimado, pois ainda não existe um censo do setor - sobrevivem com muita dificuldade, muitas vezes sem condições de pagar salários e mesmo as despesas com tarifas de água e energia elétrica.

A falta de profissionalização de muitas dessas entidades e de um modelo de gestão que garanta a sua sustentabilidade encabeçam a lista de causas de insucesso das organizações do Terceiro Setor, segundo a RITS (2006). Uma melhor compreensão dos mecanismos que dão sustentabilidade ao desenvolvimento das organizações que atuam com resultados positivos poderia contribuir para a redução dos índices de insucesso destas organizações.

Neste cenário considerou-se oportuno e relevante aprofundar a investigação destas organizações, examinando a influência que a atuação do voluntariado nestas instituições exerce no desenvolvimento das comunidades onde atua. Para tanto, esta pesquisa se propôs a examinar o caso de uma organização do Terceiro Setor com coordenação nacional sediada em Curitiba-PR, que, pelos resultados obtidos em sua atuação, foi indicada em 2001, para concorrer ao prêmio Nobel da Paz. Esta organização é a Pastoral da Criança.

A criação do Movimento da Pastoral da Criança, considerado um organismo social da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi motivada pelo desejo de se reduzir, por meio de medidas simples de higiene, nutrição e cidadania, a taxa de mortalidade infantil que havia no Brasil. Ao se dedicar a salvar vida de crianças, essa organização preserva diretamente o futuro das comunidades onde

atua. Mais que isso: incentiva, por meio de sua metodologia de capacitação, que as pessoas que vivem em comunidades menos assistidas exerçam seus direitos democráticos de cidadãos, na busca de um futuro melhor.

A pesquisa tornou-se viável, dentre outros fatores, pelo fato de se localizar na cidade de Curitiba-PR, a sede da coordenação nacional da organização, objeto de estudo, onde mantém centralizada a gestão, tanto dos recursos humanos quanto dos recursos materiais, tecnológicos e financeiros recebidos de apoiadores do trabalho desenvolvido pela Pastoral da Criança. A gestão dos programas desenvolvidos e implantados em todas as regiões do país e no exterior é, também, realizada nesta sede, em Curitiba – PR, à qual obteve-se relativa facilidade de acesso.

Este estudo guarda afinidade com as linhas de pesquisa propostas pelo curso de Mestrado do Centro Universitário Franciscano do Paraná - UniFAE, uma vez que atua sobre o campo da sustentabilidade e do desenvolvimento local, examinando, de forma profunda, uma organização do Terceiro Setor.

Pretende-se que o resultado desta investigação forneça subsídios que possam contribuir para o sucesso na implantação ou na gestão de outras organizações do Terceiro Setor que lidem com o trabalho voluntário, na promoção do bem estar social e do desenvolvimento local.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta pesquisa está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo são apresentados o tema, o problema de pesquisa as hipóteses de trabalho, os objetivos e a justificativa desse estudo. Explora-se a recente revalorização do voluntariado e a crescente preocupação com o desenvolvimento sustentável.

No segundo capítulo são descritos os conceitos de Terceiro Setor, voluntariado, sustentabilidade e desenvolvimento. Procura-se ressaltar o rápido crescimento no número de OSC - Organizações da Sociedade Civil, que têm como objetivo a busca de melhorias das condições sócio-econômicas e culturais no meio em que se encontram. Pesquisou-se o movimento do voluntariado nas organizações, explorando a relação entre as pessoas e as organizações. O desenvolvimento, do

ponto de vista social e econômico, é analisado sob os enfoques local, integrado e sustentável.

Os procedimentos metodológicos são demonstrados no terceiro capítulo, com a caracterização da pesquisa e suas perguntas, a apresentação das Categorias de Análise, que permitem a comparação entre indicadores da organização em regiões onde a Pastoral da Criança atua com dados onde sua presença ainda não se concretizou. São indicadores relacionados, principalmente, à área da saúde, que é o campo onde a Pastoral da Criança concentra o seu trabalho.

Na seqüência é apresentada a delimitação do estudo, que se fez necessária em função da abrangência de atuação da organização. A definição de termos relevantes é apresentada a seguir. Alguns destes termos contêm significados um pouco diferenciados do senso comum, por se tratar de terminologia própria da Pastoral da Criança. O capítulo é finalizado com a apresentação dos dados coletados durante a fase de pesquisa e com as observações pertinentes às limitações da pesquisa.

O quarto capítulo traz a apresentação e a análise dos dados, iniciando com uma visão histórica do trabalho voluntário no Brasil e, particularmente, no Estado do Paraná. Segue-se uma visão da organização Pastoral da Criança, desde a sua idealização e a experiência do projeto-piloto, em 1983, até os dias atuais, demonstrando as alterações de procedimentos adotados pela Pastoral durante a sua história.

Este capítulo é finalizado com o perfil dos voluntários líderes comunitários, considerado neste estudo como uma das Categorias de Análise, e a forma de sua atuação junto às comunidades e à própria organização da Pastoral da Criança.

O capítulo final apresenta as conclusões da pesquisa realizada, demonstrando as inferências identificadas na pesquisa, seguidas de algumas recomendações para estudos posteriores.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Neste capítulo contextualiza-se o Terceiro Setor no Brasil, examinando a evolução histórica da atuação das Organizações da Sociedade Civil. Descreve-se, também, a forma como ocorre o trabalho voluntário nas organizações, em particular na Pastoral da Criança, demonstrando o foco de sua atuação. Examina-se, na seqüência, a relação entre pessoas e organizações de toda natureza.

No item seguinte deste capítulo são averiguados os conceitos de sustentabilidade, as alterações que estes conceitos apresentam nas últimas décadas; são descritas, de forma um pouco mais detalhada, as cinco dimensões atribuídas ao desenvolvimento sustentável: social, econômica, espacial, ambiental e cultural. Este capítulo é finalizado com a apresentação dos conceitos relacionados ao desenvolvimento local, integrado e sustentável.

2.1 TERCEIRO SETOR

Nesta seção são relacionados os conceitos mais difundidos do Terceiro Setor, acompanhados de um breve relato histórico deste recente movimento da sociedade civil. Em seguida são identificadas as principais características dessas organizações, demonstrando semelhanças e diferenças entre algumas tipologias atuantes no Brasil. A seção finaliza-se com uma visão panorâmica sobre as áreas de atuação das OSC, que atuam na promoção da melhoria das condições de vida da população brasileira. Por se tratar de um conceito ainda em formação, algumas informações referentes às entidades do Terceiro Setor mantiveram as denominações originais.

2.1.1 Conceitos básicos

Considera-se Terceiro Setor, numa expressão mais abrangente e adotada por diversos autores, dentre eles Ferrarezi (2002), o conjunto de organizações sem fins lucrativos, formadas por iniciativa da sociedade civil, que não são empresas privadas nem empresas públicas e guardam características dessas duas esferas em sua

atuação. Não pertencem nem ao Estado, considerado o Primeiro Setor, nem ao mercado, denominado Segundo Setor. Estas organizações atuam no domínio público, mas são concebidas e mantidas por interesse privado. Contêm, portanto, características tanto do Primeiro quanto do Segundo setores. Enquadram-se nessa classificação uma série de entidades conhecidas como ONGs - organizações não governamentais, associações beneficentes, sindicatos, ligas, igrejas, hospitais e instituições educacionais não públicas, dentre outras.

Sob o aspecto jurídico, entretanto, as entidades sem fins lucrativas reconhecidas pela legislação brasileira são as associações, as fundações privadas, as sociedades simples, as cooperativas, além das OSCIPs e das Organizações Sociais, que forma criadas por legislação especial.

A figura 1 a seguir diferencia, sob o aspecto jurídico, as organizações do primeiro, segundo e terceiro setores, de acordo com a natureza da sua atuação:

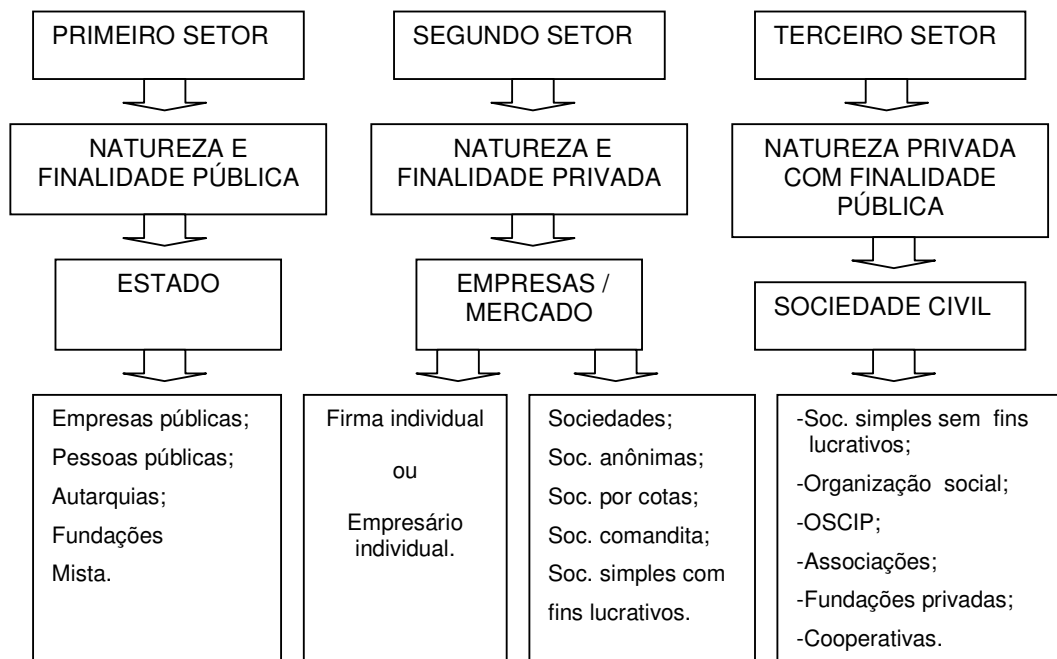


FIGURA 1 – ORGANIZAÇÕES DO PRIMEIRO, SEGUNDO E TERCEIRO SETORES, SOB O ASPECTO JURÍDICO.

Fonte: adaptado de Lewis (2006).

Segundo o documento “Manual sobre Instituições sem Fins Lucrativos no Sistema de Contas Nacionais”, elaborado pela Divisão de Estatísticas da ONU – Organizações das Nações Unidas (2002), para ser caracterizada como sem fins lucrativos e, portanto, integrar o Terceiro Setor, a organização ou entidade deve preencher, simultaneamente, cinco critérios: ser privada, institucionalizada, auto-administrada, voluntária e sem fins lucrativos.

A Constituição Federal do Brasil identifica e denomina de forma específica as seguintes organizações sem fins lucrativos:

- a) Associações (art. 5º , incisos XVIII e XIX)
- b) Fundações privadas (art. 150º, inciso VI, alínea “c”)
- c) Sindicatos (art. 8º, incisos I a VIII e art. 150º , inciso VI, alínea “c”)
- d) Partidos Políticos (art. 17º e art. 150º, inciso VI, alínea “c”)
- e) Cultos Religiosos e Igrejas (art. 19º, inciso I e art. 150º , inc. VI, alínea “b”)
- f) Serviço Social Autônomo (art. 240º e art. 62º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias).

O Código Civil Brasileiro, que é o documento que tem a competência da definição das espécies de pessoas jurídicas, registra que as sociedades são pessoas jurídicas de direito privado com fins econômicos e lucrativos (arts. 44º e 981º), inclusive as sociedades cooperativas. Segundo o Código Civil, caracterizavam-se como sem fins lucrativos as seguintes organizações:

- a) Associações (arts. 44º e 53º), definidas como união de pessoas que se organizam para fins não econômicos.
- b) Fundações (arts. 44º e 62º), que poderão ser constituídas para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
- c) Organizações religiosas (art. 44º, parágrafo 1º), sendo vedado ao poder público, inclusive, negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.
- d) Partidos Políticos (art. 44º, parágrafo 3º), que devem ser organizados para funcionarem conforme disposto em lei específica.

Os conceitos de Terceiro Setor variam segundo a ênfase dada a um de seus elementos ou característica, tais como diferenciação dos outros setores, abrangência, finalidade ou natureza jurídica das organizações que o compõem.

A expressão Terceiro Setor, de acordo com Fernandes (1994), foi traduzida de *third sector*, termo inglês, e faz parte do “vocabulário corrente nos EUA, como sinônimo de organização de voluntários e organização sem fins lucrativos” (p.25). Segundo o autor, a idéia de um Terceiro Setor está longe de ser clara, na maioria dos contextos.

Coelho (2000) registra que pesquisadores europeus e norte-americanos consideram que o “termo Terceiro Setor expressa uma alternativa para as desvantagens, tanto do mercado, associadas à maximização do lucro, quanto do governo, com sua burocracia inoperante” (p.40). Combina os atributos de flexibilidade e eficiência do mercado com os da equidade e da previsibilidade do setor público.

No Brasil, a expressão OSC - Organizações da Sociedade Civil tem-se tornada mais conhecida. No século XVIII, esse conceito desempenhou importante papel na filosofia política moderna. Designava, segundo Fernandes (1994), um “plano intermediário de relações entre a natureza, estado pré-social, e o Estado, aonde a socialização complementar-se-ia pela obediência a leis universalmente reconhecidas” (p.26).

A partir do final da década de 90, a expressão OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – ficou consagrada, como decorrência da aprovação da lei 9.790/99, que criou a parceria entre o Estado e as organizações do Terceiro Setor.

Estar na sociedade civil implica um sentido de presença cidadã, segundo Fernandes (1994), com seus direitos e deveres, num “(...) plano simbólico que é anterior ao obtido pelo pertencimento político, dado pela mediação dos órgãos de governo” (p.31).

Para a realização desta pesquisa, adotou-se o conceito de Terceiro Setor de Fernandes (1994):

O Terceiro Setor é aquele composto por organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (p.27)

A figura 2, a seguir, relaciona as diversas denominações atribuídas às entidades pertencentes ao Terceiro Setor, independentemente do aspecto legal:

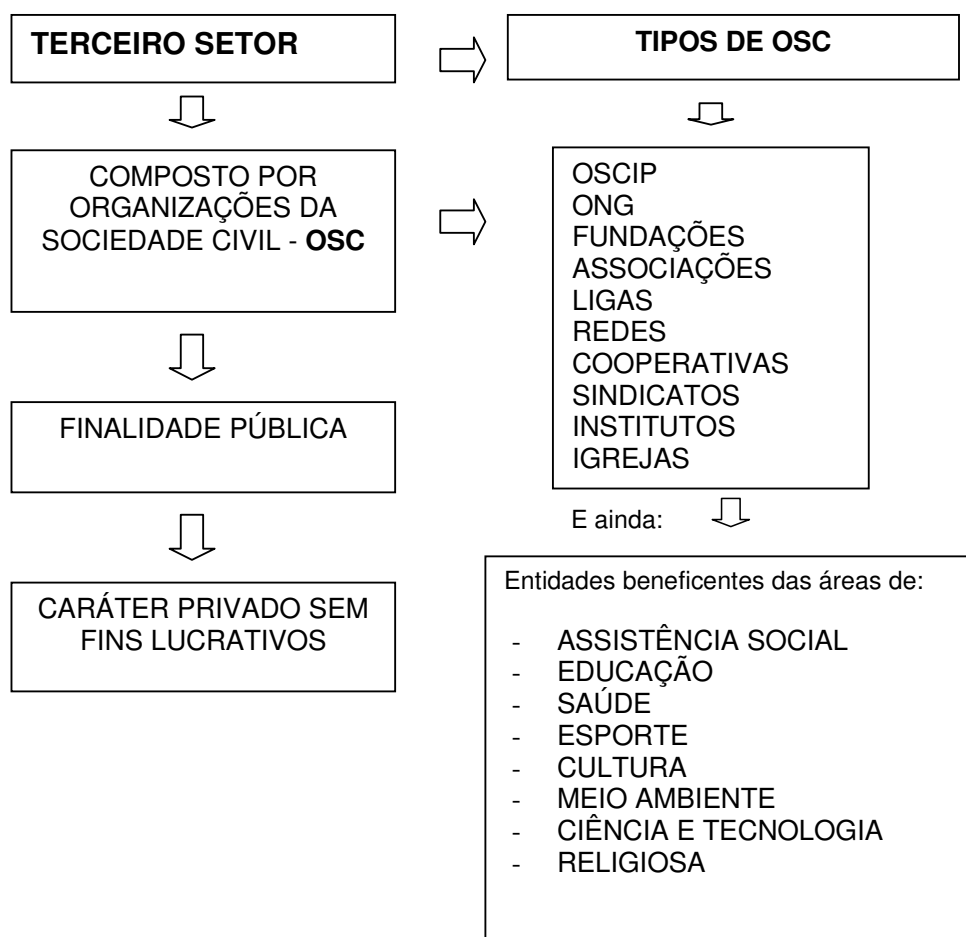


FIGURA 2 – DENOMINAÇÕES DIVERSAS DE ENTIDADES PERTENCENTES AO TERCEIRO SETOR.

Fonte: adaptação de dados pesquisados pelo autor.

2.1.2 Especificidades do Terceiro Setor

As primeiras referências ao que se considera hoje como Terceiro Setor no mundo dizem respeito às organizações de filantropia e de associações comunitárias e voluntárias. Entretanto, ao longo da história, a prática tem ocorrido de maneira não uniforme e, em cada região, desenvolve-se mais para uma atuação do que para outra.

Nos EUA – Estados Unidos da América, como o Estado não centraliza em si todas as responsabilidades e papéis necessários ao desenvolvimento social, as entidades filantrópicas e o associativismo cultural surgiram e se desenvolveram de maneira natural, dentro do conhecido modo-de-vida norte-americano. Estas entidades filantrópicas assumem, desde cedo, um papel complementar à atuação do Estado.

Na Europa, o Terceiro Setor se desenvolve a partir da tradição de filantropia, incentivada pela Igreja Católica, no período entre a idade média e as grandes guerras mundiais do século XX. Como decorrência da destruição causada pela Segunda Guerra Mundial, o voluntariado, na Europa, teve sua atuação reduzida a partir da metade do século XX, sendo retomado na década de 70, já como decorrência da incapacidade dos Estados de responderem às demandas pelo bem-estar social.

O que é relevante, entretanto, é a importância que o Terceiro Setor foi, gradualmente, adquirindo, em diferentes países. De acordo com Nunes (2006), nos Estados Unidos da América “observa-se, a partir dos séculos XIX e XX, uma tendência à expansão de fundações milionárias, a exemplo da Fundação Rockefeller, Fundação Ford e Fundação W. K. Kellog” (p.21).

Nos EUA, segundo o CETS, no início da década de 1990, os estudos indicavam que o Terceiro Setor movimentava 340 bilhões de dólares, passando para 621 bilhões em 1996. No final da década de 1990, a importância movimentada pelo Terceiro Setor norte-americano já atingia a cifra de 1 trilhão de dólares, correspondendo a 10% de seu PIB, ou seja, quase o dobro do PIB brasileiro.

Comparada ao PIB das maiores economias mundiais, de acordo com o CETS, a importância movimentada pelo Terceiro Setor apenas nos EUA ocuparia a sétima posição, ficando pouco abaixo da economia italiana.

Na figura 3 a seguir são apresentados alguns dados relativos ao movimento financeiro e ao número de trabalhadores envolvidos com o Terceiro Setor.

Recursos financeiros movimentados anualmente nos EUA (2003)	US\$ 1,76 bilhões
Empregos gerados nos EUA(1996)	12 milhões
Recursos financeiros movimentados anualmente no Brasil (2002)	R\$ 220 milhões
Empregos gerados no Brasil (1995).....	1,8 milhões
Número de voluntários atuando no Terceiro Setor (1999)	12 milhões

FIGURA 3 - DADOS DO TERCEIRO SETOR

Fontes: adaptado de informações de RITS (2002), CETS (2006) e Nunes (2006)

Em países europeus, como Itália, França e Alemanha, as organizações sem fins lucrativos movimentaram em 1995 o equivalente a 3% do PIB de cada um desses países. No Brasil, em levantamento feito pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no mesmo ano, o volume de recursos movimentados pelo Terceiro Setor no Brasil foi de 10,6 milhões de reais, o que na época equivalia a 1,5% do PIB – Produto Interno Bruto. Estima-se que em sete anos esse valor tenha crescido para 220 milhões de reais. Na tabela 1 está demonstrada a participação do Terceiro Setor no PIB de alguns países:

País	%
Estados Unidos da América (2003)	10,3
França (1995)	3,0
Alemanha (1995)	3,0
Brasil (1995)	1,5

TABELA 1 - PERCENTUAL DO PIB MOVIMENTADO PELO TERCEIRO SETOR

Fonte: adaptado de informações do CETS (2006)

Do total de recursos financeiros aplicados no Terceiro Setor brasileiro, 36,9% eram, em 1995, dirigidos para a Educação. No final da década a participação das organizações educacionais havia reduzido para 34%, de acordo com levantamento do Conselho da Comunidade Solidária. Segundo este levantamento, a participação, em percentual, das ONGs – foram pesquisadas apenas ONGs - por área de atuação está demonstrada na tabela 2, a seguir:

Quantidade de ONGs no Brasil distribuídas por área de atuação em %	
Educação e pesquisa	34,00%
Saúde	16,40%
Cultura	15,70%
Assistência Social	15,20%
Associação de Profissionais	8,90%
Religião	8,40%
Defesa dos Direitos Humanos	1,20%
Meio Ambiente	0,20%

TABELA 2 – ONGS POR ÁREA DE ATUAÇÃO NO BRASIL

Fonte: Conselho da Comunidade Solidária (1999)

Segundo o estudo denominado “As organizações sem fins lucrativos no Brasil: ocupações, despesas e recursos”, aplicado no Brasil pelo ISER - Instituto de Estudos da Religião, em 1995, e que fez parte de um projeto internacional da John Hopkins University (EUA), o Terceiro Setor, sob o ponto de vista de movimentação de recursos financeiros, era a oitava força econômica mundial. Para efeitos comparativos, se as organizações que compõem o Terceiro Setor em todo o mundo fossem um país, sob o ponto de vista econômico, estariam à frente de países como Inglaterra, Espanha, Itália e Canadá.

Esses recursos têm origem, basicamente, em quatro fontes de receitas, de acordo com Ferrarezi (2002) e o ISER – Instituto de Estudos da Religião (1999):

Origem dos recursos das Organizações sem Fins Lucrativos em %	
Doação de pessoas físicas	14,00%
Repasses de verbas públicas	14,50%
Doações de empresas	3,20%
Recursos próprios com a atividade	68,30%

TABELA 3 – RECURSOS DAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Fonte: ISER – Instituto de Estudos da Religião (1999) e Ferrarezi (2002)

No Brasil, o Terceiro Setor gerou um número de empregos três vezes superior ao número de empregos gerados pelo governo federal, não contando funcionários militares e dos estados e municípios, segundo pesquisa elaborada pelo IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, divulgada em dezembro de 2002.

Esta pesquisa traz diversos dados sobre as organizações do Terceiro Setor no Brasil. Propõe, ainda, um modelo de identificação e classificação destas organizações, baseado em critérios internacionais. Segundo os resultados dessa pesquisa, no Brasil, em 2002, já existiam 276 mil fundações e associações sem fins lucrativos.

Outra informação desta pesquisa merece destaque: o número de organizações que atuam na defesa de grupos ou de minorias, de centros comunitários, associação de moradores, enfim, que atuam na defesa de direitos humanos, quadruplicou em 6 anos: passou de 11 mil para 45 mil, entre 1996 e 2002. Esse rápido crescimento reflete o aumento do nível de conscientização e da cidadania da população brasileira, que, se organiza, cada vez mais, na cobrança do poder público de seus direitos como cidadãos.

Esta pesquisa ainda apresentou outros dados importantes sobre o Terceiro Setor no Brasil, tais como:

- as organizações do Terceiro Setor representam apenas 5% do total de empresas registradas no Brasil, no final do ano de 1990;
- 62% das ONGs foram fundadas na década de 1990;
- 77% das ONGs não tinham funcionários registrados oficialmente;
- 26% das organizações são formadas por grupos de origem religiosa;
- 47% dos empregados em ONGs atuam no setor de saúde e educação

A grande dificuldade de se mensurar o Terceiro Setor no Brasil, com dados que exprimam confiável precisão, pode ser explicada pelo fato de co-existirem, sob uma mesma denominação, entidades de áreas e interesses tão distintos. São organizações bastante heterogêneas, podendo existir organizações bastante divergentes e até contraditórias entre si. Os dados mais recentes disponíveis atualmente datam de meados da década de 1990.

O primeiro Censo do Terceiro Setor está sendo realizado pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – FGV-EAESP, por meio do CETS – Centro de Estudos do Terceiro Setor. Pretende-se, com este trabalho, fazer o mapeamento de todas as organizações do país. O Censo começou a ser realizado no Estado do Pará, tendo concluído a cidade de Belém. Esse trabalho foi realizado em parceria com a Fundação Orsa, Fundação Salvador Arena e o Governo do Estado do Pará. Algumas outras cidades, como Londrina, no Estado do Paraná, estão com seu levantamento bastante adiantado.

Do ponto de vista da parceria entre as áreas pública e privada, o mais recente documento brasileiro relacionado ao Terceiro Setor é a Lei 9.790/99, conhecida como Lei das OSCIPs. Este documento introduziu algumas alterações com relação à legislação anterior, ainda vigente, dentre as quais, de acordo com Ferrarezi (2002) pode-se destacar:

- processo de qualificação menos oneroso e mais ágil que a legislação anterior;
- reconhecimento de novas áreas de atuação, como a esportiva e tecnológica;
- acesso com menor burocracia aos recursos públicos;

- maior controle dos projetos que envolvem recursos públicos;
- maior controle social das atividades das organizações
- introdução de mecanismos de planejamento, avaliação e controle de novos projetos.

Além de organizar e expandir as áreas de atuação reconhecidas pelo Estado das organizações do Terceiro Setor, a Lei das OSCIPs criou e estabeleceu as condições para o Termo de Parceria entre o poder público e as entidades que cumprirem os requisitos para qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Para Franco (2000), apesar de sua importância, a Lei 9.790/99 ainda não é conhecida e pode demorar a sê-lo, porque, além da dificuldade natural da mudança de marco regulatório, os dirigentes e funcionários estatais ainda não se dispuseram a fomentar as atividades públicas das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Na prática, isto significa que poucos Termos de Parceria foram assinados.

Do ponto de vista de benefícios fiscais, as OSCIPs continuam a ter direito à imunidade tributária sobre renda, patrimônio e serviço, prevista no artigo 150 da Constituição federal (associação sem fins lucrativos), no exercício das suas atividades.

Para empresas do setor privado que desejarem participar de algum projeto de uma OSCIP, a principal vantagem é a forma de captação de recursos, que pode ser feita por meio de renúncia fiscal, permitida pela Lei 9.249/95 e pela Medida Provisória 2158-35, artigos 59 e 60. Essa legislação permite doações até o limite de 2% do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, mais 1,5% desse lucro para pesquisa e educação.

2.1.3 Tipos e características das organizações do Terceiro Setor

De maneira geral, pode-se afirmar quais são e o que são as organizações não-governamentais que compõem o Terceiro Setor, embora se tenha dificuldade de identificá-lo, de forma mais objetiva. Estas entidades guardam algumas

características comuns. É importante, primeiramente, que se esclareça uma certa confusão com relação à expressão organizações sem fins lucrativos.

Na realidade, a organização pode e até deve ter lucro e este é necessário para prover a entidade dos recursos necessários ao seu desenvolvimento, modernização e ampliação. O que a legislação não permite é a distribuição de lucro obtido com a operação destas organizações. Considera-se sem fins lucrativos a “pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais brutos ou líquidos (...) auferidos mediante o exercício de suas atividades (...)” (LEI 9.790/99, parágrafo 1º, art. 1º).

Esta é uma das grandes diferenças entre organizações do Segundo e do Terceiro Setores, já que para as primeiras, o maior objetivo é a distribuição dos lucros entre os acionistas ou sócio-operadores.

Sabe-se, também, que a grande maioria das organizações da sociedade civil opera com prejuízos e vivem do provisionamento de recursos oriundos das empresas privadas, assim como existem grandes organizações, principalmente cooperativas de trabalho médico, que obtêm grandes lucros em sua atuação. Uma dessas organizações é brasileira e constitui-se como a maior operadora de saúde da América Latina.

Apesar de ser composto por organizações de natureza, locais e atividades tão diversos, alguns aspectos no seu exercício são comuns e Fernandes (2000) identifica quatro características das organizações do Terceiro Setor que, basicamente, as diferenciam das empresas do Primeiro e Segundo setores, que são:

- a) Todas fazem um contraponto às ações do governo, demonstrando que não existe política pública que não possa ser implementada pelo setor privado. Neste sentido, as organizações do Terceiro Setor procuram ocupar o vazio deixado pela ausência de atuação do poder público. A baixa capacidade na execução de tarefas sociais, a falta de capilaridade por parte dos órgãos estatais e a dificuldade de continuidade de programas e ações implementados quando ocorre troca de governo. É a iniciativa privada com fins públicos, que age e não apenas cobra as ações por parte do poder público.

- b) Fazem contraponto às ações do mercado, na medida em que promovem uma certa socialização do setor produtivo. Na busca pela sua viabilidade, as entidades do Terceiro Setor envolvem as empresas e o mercado como um todo, cobrando uma maior responsabilidade social por parte destas organizações. Até a década de 1980, grande parte das empresas disponibilizavam recursos apenas para projetos culturais, no bojo da abertura proporcionada pelas Leis Rouanet, de número 8.313/91 e do Áudio-visual, de número 8.685/93. O objetivo era apenas o do benefício da renúncia fiscal. A partir da constituição das grandes fundações americanas e das organizações não-governamentais européias de atuação mundial, foram, gradativamente, sendo despertadas, no Brasil, ações voltadas para a promoção do bem-estar social.
- c) As próprias organizações emprestam um sentido maior aos elementos que compõem o Terceiro Setor, quando os abriga sob uma mesma denominação. Na medida em que são categorizadas, por mais que se distingam em seus propósitos e áreas de atuação, as organizações da sociedade civil adquirem uma certa uniformização no que diz respeito a controles, informações, centros de referência e outros. Permite, inclusive, que se desenvolvam classes ou categorias de entidades dentro da mesma grande classificação como organizações do Terceiro Setor.
- d) As organizações do Terceiro Setor projetam uma visão integrada da vida pública, com elementos do primeiro e segundo setores da economia e da sociedade. Nesse aspecto, as organizações do Terceiro Setor contribuem para a redução da transferência de responsabilidades pelos problemas sociais, que tradicionalmente ocorre entre os setores público e privado. Em suas atuações, as organizações do Terceiro Setor retiram de cada um desses lados os elementos que lhes interessam para poder exercer com eficácia a sua missão e ao agir desta forma, promove a integração e o interesse de um sobre o outro.

Ferrarezi (2002) ainda identifica cinco características comuns às organizações do Terceiro Setor e que as diferencia das demais organizações do governo e do mercado:

- a) Constituem-se fora da estrutura formal do Estado;

- b) Não são constituídas para fins lucrativos, o que as torna diferentes das empresas de mercado;
- c) São constituídas por cidadãos e pessoas jurídicas de direito privado;
- d) São compostas por adesões voluntárias, e
- e) Produzem bens e/ou serviços coletivos que se destinam desde uma pequena comunidade até a toda a sociedade.

Dentro do conjunto de organizações da sociedade civil que compõem o que se considera como Terceiro Setor no Brasil, duas expressões ganharam destaque sobre as demais: as ONGs – organizações não governamentais e, mais recentemente, as OSCIPs – organizações da sociedade civil de interesse público. É oportuno aprofundar o contexto de surgimento, o conceito e esclarecer as diferenças entre essas duas terminologias.

Segundo a ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, a expressão ONG¹ no âmbito mundial surgiu nas Organizações das Nações Unidas – ONU, na década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial, para designar organizações supranacionais e internacionais que se estabeleceram não por acordos governamentais.

No Brasil, as primeiras ONGs surgiram como decorrência dos movimentos sociais, que se organizaram para buscar e oferecer condições para atendimento às demandas das comunidades onde atuavam, ao mesmo tempo em que exerciam maior controle sobre as políticas públicas. As ONGs nasceram, portanto, de movimentos sociais locais.

A motivação para se constituir uma ONG parte da comunidade que pretende atuar na promoção de uma causa, com a finalidade de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais solidária. Do ponto de vista formal, segundo a ABONG, uma ONG constitui-se pela vontade autônoma de mulheres e homens, que se reúnem com a finalidade de promover objetivos comuns de forma não lucrativa. Nasce de uma proposição local.

¹ Na língua inglesa, esta sigla ficou conhecida como NGO – Non-Governmental Organizations.

No Brasil, existem três formatos de instituições para as ONGs: associações, fundações e organizações religiosas. Juridicamente, entretanto, toda ONG é uma associação civil ou uma fundação privada. Para que possam atuar em conformidade com as leis, as organizações não governamentais devem se submeter à legislação vigente para associações civis ou fundações privadas e, para tanto, devem constituir uma estrutura administrativa.

A partir da constituição jurídica, uma ONG deve buscar os outros registros necessários para seu funcionamento nas áreas fiscal, trabalhista e local, além de indicar com um contador responsável pelas obrigações contábeis.

De acordo com a pesquisa realizada sobre o Terceiro Setor pela ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, realizada em 2002, a maioria das ONGs no Brasil foi constituída na década de 90. Mais de 77% das ONGs não têm funcionários, ou seja, empregados com registro na carteira de trabalho. Dentre o total de ONGs que tinham empregados registrados, a maioria atuava nas áreas de saúde e educação. Segundo esta pesquisa, as organizações não governamentais que mais cresceram são as que atuam na defesa dos direitos humanos e do meio ambiente e de entidades de apoio a classes.

As OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, mais recentes, foram criadas por meio da Lei 9.790 de 23 de março de 1999, cuja íntegra está apresentada no Anexo A, resultante do trabalho do Conselho da Comunidade Solidária, órgão atrelado à Casa Civil do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Esta lei fornece os termos para o estabelecimento da parceria entre o poder público e a organização da sociedade civil interessada na liberação de recursos públicos para o exercício de sua atividade.

Para se classificar como OSCIP, segundo Ferrarezi (2002), a entidade deve, dentre outras observações impeditivas, não ter fins lucrativos, não ser organização comercial, cooperativista, sindical, religiosa, hospitalares e educacionais não gratuitos e fundações públicas. A lei, segundo esta autora, eliminou a subjetividade das interpretações quando adotou apenas dois critérios que devem ser obedecidos conjuntamente, para aprovar a qualificação de uma organização como OSCIP. Os dois critérios são: finalidade e regime de funcionamento.

A organização que desejar obter a qualificação como OSCIP e passar a ter direito às benesses previstas na lei deve ter, como objetivo social, a promoção de pelo menos uma das seguintes finalidades, apresentadas na figura 4 :

- a) Assistência social;
- b) Cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- c) Gratuita da educação ou da saúde;
- d) Segurança alimentar e nutricional;
- e) Desenvolvimento sustentável e defesa do meio ambiente;
- f) Voluntariado.
- g) Desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- h) Novos modelos sócio-produtivos, de comércio, de emprego e de crédito;
- i) Direitos estabelecidos;
- j) Paz, da ética, da cidadania, dos direitos humanos e da democracia;
- k) Estudos, pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas;
- l) Conhecimento técnico-científicos relacionados a essas atividades.

FIGURA 4: EXIGÊNCIAS RELATIVAS AO OBJETIVO SOCIAL DAS OSCIPS

Fonte: Lei 9.790/99 (2000, p.26)

As organizações devem incluir, ainda, em seus estatutos mecanismos que permitam uma gestão idônea e com transparência e responsabilização pelos atos praticados em seu nome.

Além das OSCIPs, existem, conforme demonstrado na figura 2 da página 26, outras formas de organizações da sociedade civil que são enquadradas no Terceiro Setor, apesar de nem todas se constituírem como pessoas jurídicas de direito. Dentre estas entidades, as fundações, as associações, as ligas, as redes e os institutos são as mais expressivas em quantidade.

As fundações se formam pela constituição de um patrimônio com o objetivo de servir a fins públicos. É constituída no momento em que o patrimônio, geralmente doado, adquire personalidade jurídica, passando a exercer a atividade para qual a fundação foi constituída. Deve seguir a uma legislação específica: lei 3071/16.

As associações são organizações constituídas por duas ou mais pessoas e designa uma entidade sem fins lucrativos. Possui um objetivo perseguido pelas pessoas que a constituem e esse objetivo pode ser beneficente, científico, político, recreativo, artístico, esportivo, social e outros mais. É o formato mais usual dentre as organizações do Terceiro Setor.

As ligas são associações de pessoas, grupos ou partidos que visam defender interesses comuns. É uma forma de associação com objetivos sociais, sem fins lucrativos e pertencente às organizações do Terceiro Setor. As redes assemelham-se às ligas, reunindo, entretanto, entidades que possuem objetivos comuns.

Os institutos seguem um regime particular imposto à entidade, em decorrência das regras em que foi formatado. Pode-se constituir em uma organização de qualquer dos três setores da sociedade – Primeiro, Segundo ou Terceiro, atuando em diversas áreas, como literária, artística, científica, política, beneficente e outras.

No período entre os anos de 1999 (entrada da Lei 9.790/99) e de 2002, foram emitidos 508 certificados de qualificação de OSCIP'S, segundo Ferrarezi (2002), sendo 163 para organizações que atuam na área assistencial, 98 na área ambiental, 65 na educacional, 61 na área de crédito, 39 na área cultural, 33 na área da saúde, 31 na área de pesquisa e 7 na área jurídica. No gráfico 1, a seguir, demonstra-se a relevância da participação das organizações voltadas para a área assistencial no número total de OSCIP'S.

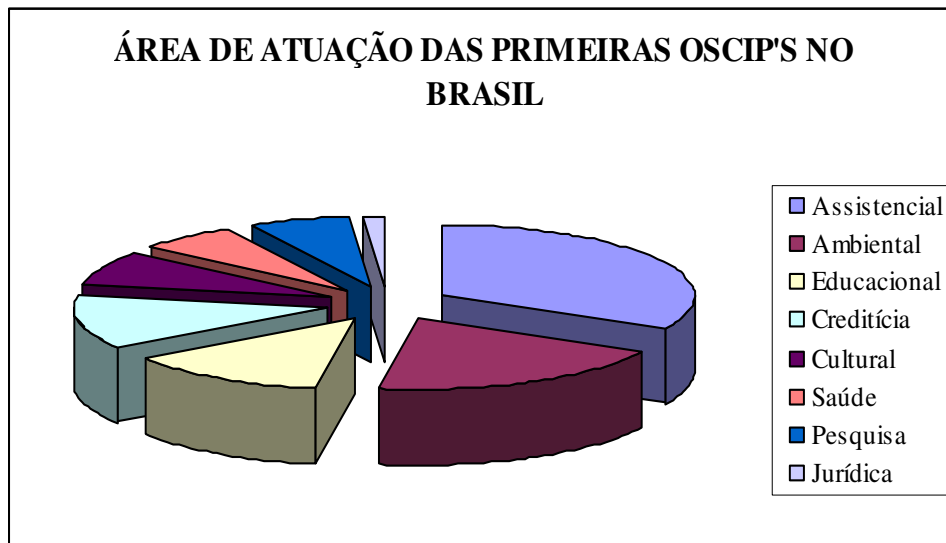


GRÁFICO 1- ÁREA DE ATUAÇÃO DAS OSCIP'S QUALIFICADAS NO BRASIL: 1999 - 2002

Fonte: Ferrarezi (2002, p.29).

A maioria dos procedimentos para a obtenção do Termo de Parceria da Lei 9.790/99 das OSCIP'S foram simplificados, tanto em termos burocráticos quanto em termos de prazo. Esse era um dos propósitos do trabalho elaborado pelo Conselho da Comunidade Solidária, concretizados por meio da Lei das OSCIPs e da Lei do Voluntariado. Outro aspecto a ser destacado na Lei 9.790/99 é a introdução de penas por mau uso dos recursos públicos liberados, por meio da assinatura do Termo de Parceria firmado entre a entidade e o Ministério da Justiça, para a atuação da entidade enquadrada como OSCIP.

A figura 5, na página 42, demonstra algumas das diferenças entre as novas ferramentas propostas pelo Termo de Parceria e os dispositivos que existiam anteriormente:

COMPARATIVO ENTRE O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DAS OSCIP'S E AS OUTRAS INSTITUIÇÕES			
Parâmetro/Qualificação	<i>OSCIP</i>	Utilidade Pública	CEBAS(*)
Processo	Barato e simples	Caro e complexo	Caro e complexo
Prazos para obtenção	30 dias	Meses ou anos	Meses ou anos
Aceitação	Interesse público	Interesse coletivo	Interesse coletivo
Remuneração dirigente	Opcional	Vedada	Vedada
Exigência regras de gestão	Várias	Não há previsão	Não há previsão
Acesso a recursos públicos	Termo de Parceria	Convênio	Convênio
Controle	Por resultados	Aplicação recursos	Aplicação recursos
Avaliação resultados	Comissão avaliação	Não há previsão	Não há previsão
Avaliação interna	Conselho fiscal	Não há previsão	Não há previsão
Penas p/ mau uso dos bens	Seqüestro dos bens	Devol. Recursos/multas	Devol. recursos/multas

(*) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

FIGURA 5 – COMPARAÇÃO DOS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO DE OSCIPS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES

Fonte: adaptado de Ferrarezi (2002).

2.2 O VOLUNTARIADO

Nessa seção são relacionados alguns conceitos de voluntariado e trabalho voluntário e apresentada uma breve visão de sua manifestação histórica na sociedade. A seguir, descreve-se a evolução do trabalho voluntário no Brasil, desde o período de colônia portuguesa. A seção finaliza-se com uma demonstração de como se configura a relação entre o ser humano, visto de seu lado comportamental, e as organizações, de forma geral.

2.2.1 Conceitos básicos

O voluntariado, da forma como é hoje praticado, tem origem nos anos 80, com a atuação das ONGs, em defesa da causa ambiental. Aos poucos essa atuação foi se ampliando para direitos do consumidor, do idoso e do portador de necessidades especiais.

Por meio do documento que instituiu o Ano Internacional do Voluntariado, em 2001, a ONU definiu o voluntariado como sendo o jovem ou o adulto que, por interesse próprio e por espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem a contrapartida de remuneração, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de promoção do bem-estar ou, ainda, em outros campos.

De acordo com a Lei 9.608 – conhecida como a Lei do Voluntariado, em seu artigo primeiro, o trabalho voluntário é definido como sendo:

(...) atividade não remunerada, prestado por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou de instituições privadas de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive, mutualidade, não gerando vínculo empregatício nem obrigação trabalhista, previdenciária ou afim. (LEI 9.608, 1998).

Essa lei foi, juntamente com a Lei das OSCIPs, resultante do trabalho do Conselho da Comunidade Solidária. Segundo Ruth Cardoso (2001), que presidiu este Conselho, houve, na década de 1990, no Brasil, uma mudança para melhor no conceito de voluntariado, que se direcionou para um encontro de solidariedade e cidadania. O Instituto RITS conceitua o voluntariado como a doação pelos cidadãos de tempo, trabalho e talento para causas de interesse social e comunitário, visando a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Pode-se constatar, por todos estes conceitos, que o voluntariado tem passado por um processo de mudança, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, sendo novamente valorizado, tanto por representantes do Primeiro, quanto do Segundo e Terceiro Setores.

As ações voluntárias estão presentes no mundo desde a idade média, e, tradicionalmente, encontraram na religião, principalmente a católica, espaço para sua manifestação, sobretudo com mulheres. As atividades desenvolvidas tinham caráter eminentemente filantrópico e de caridade.

Durante o período da sociedade industrial, principalmente a partir do início do século XX, o trabalho voluntário sofreu uma forte redução, atribuída principalmente a dois fatos: a ocorrência das grandes guerras e ao fato de que as mulheres, gradativamente, passaram a assumir outras atividades, como profissão, além de cuidarem dos seus lares.

No Brasil, diversos exemplos de organizações voltadas para o trabalho voluntário existem há vários anos, como as Santas Casas de Misericórdia, atuando desde o século XV e a Cruz Vermelha, desde 1863.

Nos anos recentes, principalmente a partir da década de 1980, o voluntariado tem crescido em abrangência, atuando em diversas áreas, a partir da instituição e da divulgação do trabalho de organizações internacionais de grande porte como o Greenpeace, a Care, o WWF e a Anistia Internacional, apenas para citar alguns exemplos. Do ponto de vista do envolvimento de pessoas com o trabalho voluntário a participação também tem sido significativa. Para o autor Meister (2003), a Irlanda possui 33% de sua população adulta realizando trabalho voluntário. No Peru são 31%, no Japão são 26%, na Holanda 24% e na Argentina 20%.

Esse novo voluntário, segundo Meister (2003), é aquele que “faz por causa de uma necessidade de fazer, tanto de quem faz, como de quem necessita de tal ação” (p.150). A dignidade e o valor da vida são os grandes valores que um voluntário traz em sua atuação. Por este aspecto, a atuação do voluntário não tem fronteiras, vence o individualismo, o egoísmo e a inércia, para colocar-se a serviço do bem comum.

2.2.1 O voluntariado e as organizações

Entre as empresas privadas é crescente o número de organizações que estimulam e disseminam o exercício de atividades voluntárias de seus colaboradores. Esse movimento está sendo chamado de voluntariado empresarial e

se configura por meio do apoio formal da empresa para que seus funcionários ou aposentados passem a servir, voluntariamente, uma comunidade, com seu conhecimento, suas habilidades e parte de seu tempo.

O voluntariado realiza uma importante contribuição para a sociedade. Estima-se, segundo Meister (2003), que, a partir de um estudo feito em alguns países de forma empírica, essa contribuição constitui-se entre 8% e 14% do PIB. É vista como um indicador de bom governo e de desenvolvimento, pois integra a sociedade e resgata da pobreza, do desemprego, da alienação e da prática organizacional parcelas menos favorecidas da população. Estas são algumas das razões para o crescimento de ações de governos e empresas na direção de incentivar o exercício do trabalho voluntário.

A partir do início da década de 1990, no Brasil, o voluntariado começou a ser fortemente valorizado pelas empresas privadas, frente à comprovação da ineficácia das respostas do poder público às demandas de melhoria das condições de vida das populações mais necessitadas. As organizações que incentivam ações de trabalho voluntário melhoram a sua imagem junto à população.

O voluntariado nas organizações cresceu e se desenvolveu no chamado neoliberalismo, que substituiu o estado do bem-estar-social. Sob a ideologia do neoliberalismo, o Estado reduziu bastante a sua área de interferência direta na sociedade. Como as demandas por melhorias sociais cresciam, em direção oposta à interferência do poder público, o ambiente social era propício para o crescimento do Terceiro Setor.

De movimentos de grupos menores o voluntariado se abriu para grandes ações. O Movimento Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida surgiu em 1993, proposto pelo sociólogo Herbert de Souza, tinha como objetivo organizar a sociedade brasileira para o combate a fome. Dois anos após, a socióloga e então primeira dama Ruth Cardoso organiza o Conselho da Comunidade Solidária, incentivando a sociedade a participar de projetos sociais e cujo trabalho culminou com a Lei 9.970 das OSCIPs, como comentado no capítulo anterior. Também é de iniciativa do Conselho da Comunidade Solidária o Programa Voluntários, lançado em 1997, que incentiva e oferece apoio à implantação de centros de voluntariado em todo o país.

Em 1998 é promulgada a já citada Lei do Voluntariado – Lei 9.608/98, cuja íntegra se encontra no Anexo B) – que dispõe sobre as condições para o exercício do serviço voluntário e estabelece um termo de adesão. Esta Lei busca atender uma demanda da sociedade civil que, cada vez mais, mobiliza o trabalho voluntário, ampliando esse tipo de ação solidária tanto às entidades públicas, quanto às entidades privadas sem fins lucrativos, independentemente da qualificação da organização. A Lei exige, entretanto, que essas entidades atuem com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou assistenciais. Regulariza, também, o trabalho voluntário, eximindo as organizações públicas ou privadas de quaisquer obrigações trabalhistas e previdenciárias. Foi uma iniciativa do Conselho da Comunidade Solidária, assim como também o foi o Programa Voluntários, que teve como objetivo, na sua criação, segundo Ferrarezi (2000), incentivar a implantação de uma cultura de voluntariado, dando visibilidade, qualidade e continuidade às iniciativas existentes.

Em 2002 a ONU – Organizações das Nações Unidas, que também é uma organização do Terceiro Setor – escolheu o Brasil para apresentar o relatório do Ano Internacional do Voluntário, instituído em 2001. Naquela ocasião, a presidente do centro de Voluntariado de São Paulo, Milú Villela, discursou na Assembléia da ONU e defendeu a idéia de que o voluntariado deveria continuar a fazer parte da estratégia de inclusão e desenvolvimento social. Foi a primeira vez que uma mulher da sociedade civil, discursou no plenário da ONU. A Proposta de Milú Villela teve adesão de 143 países.

O voluntariado que nasce do encontro da solidariedade com a cidadania não substitui o Estado nem se contrapõe com o trabalho remunerado. Exprime, sim, a capacidade da sociedade civil de assumir responsabilidades e de agir por si mesma. O trabalho voluntário é, segundo o RITS, uma via de mão dupla: não só generosidade e doação, mas também abertura a novas experiências, oportunidade de aprendizado, prazer de se sentir útil, criação de novos vínculos de pertencimento e afirmação do sentido comunitário.

O crescimento do Terceiro Setor está diretamente relacionado com o crescimento do trabalho voluntário. Para Meister (2003), existem algumas ações sociais que só podem ser desenvolvidas por organizações da sociedade civil, pois nem o setor público nem o privado conseguem atuar em questões que envolvem

valores tão profundos que somente o ser humano pode dar. Para este autor, alguns aspectos delinham o trabalho voluntário, tais como:

- a) a ação voluntária é um valor universal, aceita por todas as sociedades, pois projeta uma sociedade mais justa e desenvolvida;
- b) o voluntário age segundo as mais diversas motivações e razões, desde religiosas até ideológicas;
- c) o voluntário sente-se bem, praticando o bem;
- d) é próprio da ação voluntária a opção individual daquele que assim deseja ser. Sua ação é resultado de uma postura ética. Nesse sentido, diz esse autor que se pode afirmar que o voluntário é um agente transformador.

O trabalho voluntário é um dos elementos que constituem o ser humano, pois não há como existir o amadurecimento individual sem a presença de outro ser humano. Sobre esta visão registrou Meister (2003):

O exercício do voluntariado tem sempre um componente reflexivo: encontrar é encontrar-se, ajudar é ajudar-se, amar é amar-se. Mas o encontro entre duas identidades e dois diferenciais só é possível através do dom, da generosidade, da gratuidade e da gratidão. Daí que, tantas vezes, a solidariedade seja uma saída sem retorno, e o voluntariado tenha na mesma ação sua própria volta. A diferença se realiza como um dom e o dom se realiza como diferença; só assim nasce a comunhão que entranha a solidariedade (p.38).

O crescimento do exercício do trabalho voluntário proporciona e, ao mesmo tempo revela, um novo posicionamento de nossos valores sociais. Retoma-se o senso de justiça social, de tolerância às diferenças, do senso de igualdade, de equilíbrio social e ecológico.

Para não alimentar a ciranda da alta rotatividade das pessoas que prestam trabalho voluntário, freqüentes pelas mais diversas razões, as organizações que prestam ações voluntárias têm investido na formação dos voluntários, proporcionando o desenvolvimento de habilidades e competências para estabelecer relações com as pessoas que revertam qualquer tendência de crescimento da desumanidade em nossa sociedade. Essa formação também tem o objetivo de preparar os voluntários que desenvolvam o sentido de pertença, fazendo parte de

uma equipe, como um profissional que tem certo conhecimento e um treinamento em uma determinada área de atuação.

Do ponto de vista organizacional, torna-se inviável propor modelos universais de atuação do voluntariado, em função da variedade de formas que o trabalho voluntário pode adquirir. Entretanto, sob o enfoque de políticas públicas para o incentivo ao trabalho voluntário, os governos podem apoiar as iniciativas, estabelecendo um ambiente propício, dando suporte para as empresas do setor privado e buscando parcerias estratégicas com organizações internacionais.

2.2.3 O lado humano nas organizações

No entender dos antropólogos, o ser humano é o único ser possuidor de cultura. De acordo com Laraia (2004), a humanidade conseguiu, no decorrer da sua evolução, estabelecer uma distinção de gênero e não apenas grau, em relação aos demais seres vivos, por possuir, basicamente, duas propriedades: a da comunicação oral e a capacidade de fabricar instrumentos capazes de tornar mais eficiente o seu aparato biológico.

Para alguns filósofos, como Mounier (1967), a pessoa e o meio em que vive - sua comunidade, são indissociáveis e a primeira, ou seja, a pessoa, só se compreende com o segundo – o ambiente, ou seja, com os que vivem a mesma realidade sua. A existência do ser como humano se define na proporção em que o homem existe para amar os outros seres humanos. Ser, para essa corrente da filosofia personalista é equivalente a amar. A idéia da pessoa é a de um ser encarnado em um corpo, situada na história e que se realiza comunitariamente.

Compreender o humano, na visão biológica de Maturana e Resepka (2003), diferentemente da teoria evolutiva, não é compreender o que se conservou de forma diferente na linhagem que deu origem aos seres humanos e a linhagem que deu origem aos chimpanzés. O humano surgiu quando uma linhagem estabeleceu e conservou um nível de comunicação que definiu seu modo de viver, fato que deve ter ocorrido há cerca de três milhões de anos atrás. Para esses autores, o humano e o ser humano são distintos:

O humano é uma maneira de viver, mas o ser humano é uma maneira de viver com uma corporalidade particular que surgiu numa história evolutiva de transformação corporal em relação com a conservação da maneira humana de viver. Assim, em nosso presente, somos seres humanos que vivemos como humanos na corporalidade de Homo sapiens. A realização biológica de nossa corporalidade de Homo sapiens torna possível nossa humanidade, e nosso viver humano torna possível a conservação da corporalidade que possibilita que sejamos humanos. Assim, a nossa identidade, como seres humanos, é uma dinâmica sistêmica particular e permanecerá como tal enquanto for conservada esta dinâmica sistêmica (MATURANA e RESEPKA, 2003, p.76).

Outra distinção que esses autores fazem é do ponto de vista do relacionamento social. Enquanto, para muitos autores, a afirmação de Aristóteles de que o homem é um animal eminentemente político ainda é verdadeira, para Maturana e Resepka os humanos são animais cooperadores. Segundo estes autores, a “cooperação é central na maneira humana de viver, como uma característica de uma vida cotidiana, fundada na confiança e no respeito mútuos” (p.53).

Essa quebra do paradigma do humano como animal político é importante para a compreensão do trabalho voluntário. Os seres humanos preocupam-se com os seus semelhantes e têm preocupações éticas, dada a nossa característica de sermos animais de linguagem e de emoções. Somos, conforme Maturana e Resepka (2003), amorosos e, por sermos amorosos, nos preocupamos com o que acontece com os outros.

Esta preocupação pelo outro não se fundamenta na razão, pois a preocupação ética não tem fundamento racional. Funda-se no amor. Nesse aspecto estes autores se aproximam da visão de que a existência humana se justifica pelo amor a outros seres humanos, orientando o conceito do humano na direção que nos permitirá compreender, em parte, a motivação da ação voluntária desenvolvida por milhares de pessoas dentro da organização objeto deste estudo.

Dentro das organizações, o ser humano busca equilibrar o indivíduo, dimensão solitária do ser humano, com a pessoa social, que se relaciona com o

outro. O homem possui um potencial inato para se desenvolver socialmente e para tanto necessita de um ambiente que lhe propicie tal desenvolvimento. Senge (2004) considera que o ser humano vem ao mundo motivado para aprender, explorar e experimentar. Entretanto, grande parte das organizações é orientada para controlar o indivíduo e não para disponibilizarem o espaço necessário para o desenvolvimento da aprendizagem, da exploração e da experimentação.

A forma como as organizações são estruturadas e administradas, para Senge, e a maneira como as pessoas foram ensinadas a raciocinar e a interagir levam os seres humanos ao seguinte conflito: quando percebem que não interferem nem agem no todo da organização e somente exercem influência e se responsabilizam por uma parte do processo, as pessoas não se comprometem. Não se sentem responsáveis pelo todo da organização.

Segundo Velloso Filho (1999), a criatividade das pessoas na organização é uma condição indispensável para o desenvolvimento da empresa. Reconhece, entretanto, que há diversas barreiras ou deficiências para o exercício desta criatividade, tais como acomodação, medo de assumir riscos, resistência ao novo, à mudança, além da pouca valorização da emoção frente o racionalismo instrumentalizado, decorrente do desenvolvimento sócio-econômico do modelo capitalista.

Nas organizações, geralmente, existem conflitos entre os objetivos individuais e os objetivos organizacionais. À medida que as organizações pressionam as pessoas para alcançarem os objetivos, elas privam os indivíduos da satisfação de seus objetivos pessoais e vice-versa: quando as pessoas buscam seus objetivos pessoais elas deixam de lado os objetivos das organizações. Entretanto, o pleno conhecimento por parte de todas as pessoas daquilo que a organização está querendo construir é premissa básica para que o potencial humano seja colocado na perspectiva da busca do sucesso da organização.

O processo de construção do conhecimento tem como condição o trabalho mental do indivíduo. Entretanto, concebe-se a idéia de que o ambiente tem a capacidade de interferir nesse processo, ou seja, submete o indivíduo a uma série de estímulos, tanto internos quanto externos.

De acordo com Nonaka e Takeuchi (1997) existem dois tipos de conhecimento: tácito e explícito. O conhecimento tácito é aquele que o indivíduo adquire ao longo da sua vida e que não se encontra formalizado em meios concretos. Já o conhecimento explícito é aquele que pode ser armazenado, por exemplo, em documentos, manuais, bancos de dados ou em outras mídias.

Estes autores identificaram quatro modos de conversão do conhecimento tácito em explícito, apresentados na figura 6, a seguir. O processo de externalização é a transformação do conhecimento tácito em explícito. A internalização é o processo inverso. Já a combinação é o processo de interação entre conhecimentos explícitos para a geração de novos conhecimentos. Por fim, a socialização é a interação entre conhecimentos tácitos.

		DESTINO	
		Tácito	Explícito
ORIGEM	Tácito	Socialização	Externalização
	Explícito	Internalização	Combinação

FIGURA 6: QUATRO MODOS DE CONVERSÃO DO CONHECIMENTO

Fonte: Nonaka e Takeuchi (1997, p.61)

O objetivo destes modos de conversão é transformar o aprendizado individual em coletivo, possibilitando a execução de tarefas que não poderiam ser realizadas individualmente. Nas organizações, o processo de interação entre os indivíduos possibilita a construção do conhecimento coletivo, que acabará se constituindo no conhecimento organizacional. Nonaka e Takeuchi (1997) registram que este conhecimento organizacional agregará características particulares, consequência do modo de conversão pelo qual foi gerado.

Sem ambiente que estimule a criatividade e o que permita o improviso na busca de soluções, sem conhecimento claro dos objetivos e sem o sentimento de, de fato, pertencer à organização, dificilmente as pessoas disponibilizarão seu

conhecimento e experiência para a realização dos objetivos das organizações para as quais prestam seus serviços.

O voluntariado surge, nos tempos atuais, como uma alternativa para que as pessoas manifestem sua necessidade de atingir objetivos pessoais, uma vez que não existe a pressão por cumprimento dos objetivos organizacionais. Exatamente por ser uma atividade voluntária, ou seja, de livre escolha e iniciativa, é grande a afinidade dos objetivos da organização ou do grupo comunitário que recebe o trabalho e de quem o doa. O trabalho voluntário proporciona a quem o presta, a oportunidade de se relacionar com o outro e com o mundo de uma forma alegre, bem humorada e entusiasmada.

Tarefas executadas espontânea e voluntariamente por uma pessoa são, para Meister (2003), melhor executadas do que o trabalho realizado que esta pessoa realiza em troca de alguma remuneração. Esta é uma das principais diferenças na relação entre as pessoas e as organizações, quando o trabalho é prestado em troca de algo e quando é desenvolvido voluntariamente, seja por prazer, por civismo, solidariedade, amor ou fraternidade.

A pessoa que, voluntariamente, presta serviços não remunerados em benefício de alguma causa social busca preencher uma necessidade interior que transcende um interesse meramente material ou de reconhecimento, quase sempre presente no cotidiano da organização onde atua como empregado ou como proprietário. Procura, além do exercício de fraternidade e solidariedade, desenvolver seu crescimento espiritual, cívico, emocional e social.

2.3 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo são apresentados os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento, desde uma abrangência mais ampla, sob a ótica de sobrevivência do planeta, até uma visão desses temas dentro das organizações. São descritas as dimensões propostas como objetivos para a obtenção do desenvolvimento sustentável. Alguns autores consideram a sustentabilidade como sinônimo de sobrevivência. Nesse trabalho considerou-se a sustentabilidade como o atributo necessário ao processo de desenvolvimento, que permitirá que as próximas

gerações disponham das mesmas condições de vida que a geração atual. Para alguns autores ela se configuraria como a principal meta do desenvolvimento.

Nas seções seguintes são examinados alguns aspectos ligados ao desenvolvimento local, integrado e sustentável.

2.3.1 Conceitos básicos

A busca incessante pelo crescimento da industrialização e pelo desenvolvimento econômico, de acordo com Oliveira (2002), levou grande parte dos países do mundo a centrar os seus esforços na promoção do crescimento do PIB, deixando a qualidade de vida em segundo plano. O crescimento econômico era visto como meio e fim do desenvolvimento. Essa visão está mudando lentamente, apesar de ter deixado danos irreversíveis para a humanidade, com relação aos recursos naturais.

O desenvolvimento, em qualquer que seja o ponto de vista, deve ser o resultado do crescimento econômico que propicia a melhoria na qualidade de vida de todas as pessoas. Para Vasconcellos e Garcia (1998), o desenvolvimento deve incluir a utilização dos recursos pelos diversos setores da economia, com vista a melhorar indicadores de bem-estar, reduzindo índices de pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia.

Até o início da década de 1970, o crescimento econômico mundial era regulado apenas pela capacidade tecnológica de aumento de produtividade e lucro. Os primeiros movimentos que demonstraram preocupações com a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social têm sua origem na década anterior (1960), como movimento dos *hippies*. Mesmo não sendo um movimento estruturado, introduziu o discurso do ambientalismo, iniciando a discussão sobre a utilização dos recursos naturais.

Com o Clube de Roma, que em 1972 produziu e divulgou um documento intitulado *Limits to Growth*², iniciou-se, formalmente, a discussão sobre o modelo de crescimento econômico. Pela primeira vez, um documento de divulgação mundial

² Limits to Growth: expressão da língua inglesa que significa Limites para o Crescimento.

revelava preocupações com o uso indiscriminado de recursos não renováveis e com o aumento expressivo de resíduos e poluição lançados na biosfera. O Clube de Roma é uma organização internacional formada por pessoas de expressão mundial, dentre elas diversos ex-chefes de estado e ganhadores de prêmios Nobel.

Este mesmo Clube de Roma divulgou, em 1976, seu terceiro relatório. Neste documento, alertava os países e governos que, antes de se esgotarem alguns recursos necessários à manutenção do padrão de vida de muitas pessoas, o mundo explodiria numa 'convulsão', decorrente da grande desigualdade existente entre países pobres e países ricos. Novamente, de forma inédita e oficial, um documento produzido por pessoas ilustres, de países com expressão mundial, reconhecia que o modelo de crescimento e desenvolvimento econômico aumentava a concentração de riqueza nas mãos de países ricos, tornando o mundo mais injusto e aumentando a desigualdade entre os povos.

Em 1983 foi criada a CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, por decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas. A CMMAD foi um passo importante para o desenvolvimento de conceitos e propostas relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

Os trabalhos dessa comissão foram concluídos em 1987, quando foi apresentado o relatório *Our Common Future*³, que formulava, segundo Barbieri (1997), os seguintes princípios, dentro do objetivo da busca da sustentabilidade em uma nova visão de desenvolvimento:

- retomar o crescimento como condição necessária para erradicar a pobreza, deixando de lado a idéia de crescimento zero, proposta por alguns teóricos;
- mudar a qualidade do crescimento para torná-lo mais justo, equitativo e menos intensivo em recursos e energia;
- atender as necessidades humanas de emprego, alimentação, energia, água e saneamento;
- manter um nível populacional sustentável;
- conservar e melhorar a base de recursos;
- reorientar a tecnologia e administrar os riscos;

³ Our Common Future: expressão da língua inglesa que significa Nosso Futuro Comum.

- incluir o meio ambiente e a economia no processo decisório das políticas governamentais.

Esse documento ficou mais conhecido como Relatório Brundtland, sobrenome da primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, que presidiu o encontro. Foi lido em Estocolmo, no encerramento da Conferência Mundial para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente pelo então secretário, Maurice Strong. O Relatório Brundtland ratificou as preocupações demonstradas pelos relatórios do Clube de Roma. Surgiu, nesta época, no cenário mundial, um nome que iria trabalhar exaustivamente para a divulgação desse relatório: Ignacy Sachs. Foi Sachs quem desenvolveu o conceito de ecodesenvolvimento, como tentativa de identificar um novo parâmetro de desenvolvimento: aquele que respeitava os limites da natureza.

A expressão ecodesenvolvimento foi alterada, ainda na década de 1980, para desenvolvimento sustentável, incluindo outros objetivos que não somente o ambiental – naquele momento, o social e o econômico – e passou a ser difundida em todo o mundo. O ponto de partida foi a divulgação, pela UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza, do documento Estratégia de Conservação Ambiental, que trazia a idéia de desenvolvimento sustentável por meio da conservação dos recursos vivos.

Mesmo tendo recebido algumas críticas – a principal delas por tratar apenas dos recursos vivos – o documento recebeu o apoio da ONU, por meio do PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Esta iniciativa da ONU contribuiu para a popularização da expressão 'desenvolvimento sustentável'.

No início da década de 1990 realizou-se, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente e o Desenvolvimento – ECO 92 . O conceito de desenvolvimento sustentável e as demais recomendações do Relatório Brundtland foram aprovados e incorporados ao documento resultante do encontro, denominado Agenda 21 de compromisso para as ações futuras. Este documento propunha que, localmente, cada país encontrasse os meios para colocar em prática medidas que assegurassem o compromisso firmado pelos chefes de estado presentes na ECO-92. Dentre estas medidas está a redução da quantidade de energia e de recursos utilizados na produção de bens e serviços, a disseminação de

tecnologias ambientais e a promoção de pesquisas de novas fontes de energia e recursos renováveis.

Inicialmente focado em uma perspectiva ambiental, sob a ótica da preservação dos recursos naturais e condições climáticas do planeta, os estudos para o desenvolvimento sustentável foram, aos poucos ganhando outras perspectivas. Desde o início da década de 1990, trabalha-se a busca do desenvolvimento sustentável sob a ótica de cinco dimensões, como veremos nesta seção, apesar de alguns autores já considerarem outras dimensões, como a técnico-científica, como tão importantes quanto às cinco mais conhecidas: social, ambiental, espacial, cultural e econômica.

Desenvolvimento sustentável pode ser considerado a expressão chave do presente momento histórico. Existem, segundo alguns autores, mais de 160 definições para a expressão. Bellen (2004), considera que o grande número de definições para a expressão seja uma decorrência da própria indefinição da compreensão do significado de um desenvolvimento sustentável.

Neste trabalho de pesquisa em nível de mestrado, considerou-se sustentabilidade a condição que permite a continuidade do desenvolvimento, que deve buscar ser sustentável. O desenvolvimento sustentável é, segundo o Relatório Brundtland (1987), aquele que permite que as gerações futuras desfrutem das mesmas condições que a geração atual. É o modelo de desenvolvimento que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. Esse foi o conceito aprovado pelos países participantes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento- ECO 92 e descrito na Agenda 21.

Para Dresner (2002), essa definição contém dois aspectos importantes que precisam ser observados em cada um dos países:

- a) a idéia de necessidades deve estar vinculada às necessidades dos países pobres;
- b) a visão de limites deve prever os diferentes estados de desenvolvimento tecnológico e social das várias regiões.

Apesar de ter nascido como uma preocupação apenas com a natureza e os recursos naturais, o conceito de sustentabilidade foi ampliado, exigindo uma forte

integração entre os temas que são considerados seus atributos. De fato, como observou Ultramari (2001), “alarga-se o enfoque ambiental da idéia de sustentabilidade para áreas como social, econômica e, mais recentemente, e, em menor grau, a cultura, a história, entre outros” (p.8). Para este autor, o reconhecimento da dificuldade de se obter a sustentabilidade induziu a adoção da idéia de desenvolvimento sustentável, como um processo com que visava um futuro, ou um presente postergado, mas sustentável.

Dentro deste contexto de preocupação com a sustentabilidade, o ambiente passou a ser considerado como um fator necessário à perenidade também das organizações da iniciativa privada, ou seja, do Segundo Setor. É por meio da análise ambiental e das relações mantidas entre a organização e o ambiente em que está inserida que se pode medir a sua capacidade de sobrevivência. Dessa análise deve-se extrair a sua capacidade de desenvolver e reter o conhecimento adquirido por meio de organizações de sistemas abertos, onde o indivíduo passa a ser valorizado e incentivado a tomar as suas próprias decisões, em vez do uso de comandos e controles diretos, difundidos pelas teorias mecanicistas.

Essas mudanças promoveram, também, uma alteração no modelo de gestão das empresas, propiciando o surgimento de diversas teorias de organizações. A multiplicidade de idéias e correntes em teoria organizacional passaram a receber influência das mais diversas áreas, dentre as quais a engenharia, psicologia, sociologia, social, administração, antropologia, biologia, política e economia. Abriu-se, portanto, um novo perspectiva para análise organizacional, principalmente como decorrência da interdisciplinaridade. Uma dessas propostas de análise organizacional foi elaborada por Morgan (2002) e apresenta um modelo de compreensão do funcionamento das organizações baseado em comparações com outros conceitos, por meio de metáforas. Algumas metáforas propostas por este autor também facilitam a compreensão tanto da forma de organização das comunidades onde grupos de pessoas trabalham voluntariamente, quanto das alternativas encontradas por estes grupos para a sustentabilidade de sua atuação. Um breve resumo da proposta de Morgan é apresentado a seguir.

A primeira metáfora proposta por esse autor é um convite para observarmos as organizações como máquinas, onde cada parte desempenha um papel claramente definido frente ao funcionamento do todo. A comparação tem inspiração

no fato de que no mundo moderno as máquinas têm influenciado cada aspecto da existência humana, aumentando a produtividade e dando nova forma à maneira de viver das pessoas. Ao mesmo tempo esse processo transforma a natureza da atividade produtiva numa forma mecanizada, rotineira e sem criatividade, apesar do alto índice de eficiência produtiva.

A vida organizacional é composta por rotinas que exigem precisão de um relógio, onde as pessoas têm um horário marcado para entrar e sair do trabalho, para descansar e metas a cumprir. Espera-se que as pessoas que façam parte desse tipo de organização atuem como se fossem máquinas que se interligam, onde cada uma desempenha o seu papel claramente definido em prol do funcionamento do todo.

Algumas pessoas avaliam a mecanização como benéfica por possibilitarem ganhos de produtividade elevados, ao mesmo tempo em que tornavam a humanidade mais dependente dela. Outras pessoas julgam que a mecanização torna o ser humano alienado no momento em que deixa a produção artesanal para trabalhar em grandes indústrias, abandonando áreas rurais e se aglomerando em centros industriais urbanos, trazendo, como consequência, o aumento da agressão, da sobreposição da racionalidade sobre o espírito humanístico,

A segunda metáfora mostra as organizações como organismos. Nessa visão é necessário compreender e administrar as necessidades organizacionais e as relações com o ambiente. São, na verdade, diversos tipos de organização, como se fossem organismos vivos que pertencem a diferentes espécies, que buscam uma contínua adaptação ao meio em que vivem. Os indivíduos, os grupos e as organizações possuem necessidades que devem ser satisfeitas o que provoca a ampliação do ambiente organizacional para que se obtenha a sobrevivência de todos.

A tarefa de empreender mudanças e desenvolvimento organizacionais bem sucedidos depende de uma melhor harmonia entre as diferentes dimensões em jogo, de tal forma que a organização possa ir ao encontro dos desafios e oportunidades colocados pelo ambiente. Na natureza, verifica-se que os organismos são dotados de uma harmoniosa relação interna e externa, como resultado de sua

própria evolução. Nas organizações, a existência dessa harmonia depende das decisões que as pessoas, que ali trabalham, tomam.

Já a terceira metáfora traça um paralelo entre as organizações e o cérebro humano. Nessas organizações o processamento de informações, a aprendizagem e a inteligência ganham maior importância. As organizações são sistemas de informações. Nas empresas mecanicistas, esses sistemas tornam-se rotinas, enquanto nas organizações matriciais e orgânicas são temporários e fluentes.

O cérebro e a organização são comparados a um sistema holográfico, onde as capacidades requeridas no todo estão embutidas nas partes. Para que se possa criar uma organização do tipo holográfica é preciso garantir o todo em cada parte, criar conexão e redundância, desenvolver especialização e generalização simultaneamente e criar a capacidade de auto-organização. Morgan registra ainda que muitas organizações possuem características holográficas em suas estruturas.

A quarta metáfora compara as organizações com as culturas, ou seja, com realidades construídas socialmente e sustentadas por um conjunto de valores, idéias, normas, rituais e crenças.

Os sistemas políticos foram os elementos escolhidos por Morgan para a quinta metáfora. Esse paralelo parte da idéia de que os sistemas de governo são baseados em vários princípios políticos que legitimam os mais diversos tipos de regras, da mesma forma como os fatores específicos que delineiam a política da vida organizacional. A política organizacional nasce quando as pessoas pensam de forma diferente e também querem agir de maneira diferente, propiciando o surgimento de uma tensão que precisa ser resolvida politicamente. Ela pode ser estudada de forma sistemática, enfocando as relações entre interesses, conflito e poder.

A sexta metáfora diz respeito às organizações como prisões psíquicas, onde as pessoas caem nas armadilhas dos seus próprios pensamentos, idéias e crenças ou mesmo de preocupações que se originam na dimensão inconsciente da mente humana. As organizações são compostas por diferentes pessoas, que possuem diferentes visões de mundo e vivem sob a égide de diferentes modelos mentais. É natural que algumas crenças ou preocupações de natureza pessoal contaminem

todo um grupo e, como em uma corrente, acabem por criar falsos entendimentos sobre a organização.

Já a sétima metáfora sugere uma visão das organizações como fluxo e transformação, ou seja, como ambiente de mudanças. Busca compreender a lógica da mudança que dá forma à vida social por meio de três imagens: a de sistemas auto-reprodutores, com a causalidade mútua e da lógica dialética. Esta metáfora parte do princípio de que as organizações são uma realidade empírica aparente e é possível entendê-las pela decodificação da lógica das transformações e mudanças que revelam essa realidade empírica.

A última metáfora faz um comparativo das organizações como instrumentos de dominação. Alerta para os aspectos potencialmente exploradores das organizações, onde o ponto central está no processo de dominação que uma ou mais pessoas sobre as outras.

Para fins de desenvolvimento dessa pesquisa, far-se-á referência à imagem da metáfora proposta por Morgan (2002) que compara as organizações como fluxo e transformação, com ênfase na idéia de sistema auto-reprodutores, adaptando, a idéia de organização contida na visão desse autor, às pequenas comunidades menos assistidas social e economicamente.

Isoladas do restante da sociedade, tais comunidades podem ser vistas como organizações que fazem parte de uma estrutura social mais ampla. Sendo organizações sociais, são constituídas por pessoas e possuem as condições necessárias para o estabelecimento de objetivos comuns, da mesma forma como ocorre em instituições públicas ou empresas privadas. Em paralelo a esta imagem de organizações sociais que vivem em permanente processo de mudança, as comunidades locais podem ser entendidas, também, como organismos vivos. Não apenas metaforicamente, pois realmente, o são. Neste aspecto pode-se fazer outro viés com a segunda metáfora de Morgan (2002), a que compara organizações a organismos.

Sob a ótica da sustentabilidade, deve-se considerar como fator primordial para as organizações além do ambiente em que estas estão inseridas, isoladamente, as relações existentes entre estas organizações e seus respectivos ambientes.

Examinando-se os diversos tipos de organizações sociais – institucionais, privadas ou comunitárias – como fluxo e transformação e considerando-se o ambiente ou a comunidade como fator de promoção, desenvolvimento e retenção do conhecimento adquirido, pode-se imaginar a organização social como tendo a capacidade de valorizar-se a si mesma e de encontrar caminhos para a transformação de sua realidade.

Indivíduos e organizações, para Morgan (2002), devem influenciar o processo de escolha do tipo de auto-imagem que delineará suas ações e, portanto, seu futuro. Este depende, portanto, em última instância do próprio grupo social. A lógica dialética contida, de acordo com este autor, na metáfora da mudança, aponta na direção de que a aparente contradição de que a existência de um problema – desigualdade social – traz em si as condições para sua solução – o desenvolvimento local. O fato de existir a desigualdade social implica e justifica a organização social, por meio da valorização de indivíduos e grupos sociais, para a busca do desenvolvimento local.

A análise das organizações, sejam públicas, privadas ou do Terceiro Setor, por meio das metáforas de Morgan (2002), facilita a compreensão dos processos nos diversos níveis de relacionamentos que ela desenvolve para alcançar seus objetivos.

Pode-se traçar outro paralelo entre as organizações sociais e organismos vivos, dentro das metáforas desse autor. A comunidade é viva e também está em permanente mudança. Este aspecto fornece as condições para que as organizações sociais locais encontrem condições de crescer, se desenvolver e oferecer formas de reprodução deste desenvolvimento para outras comunidades, num processo contínuo. Partindo-se de uma visão de organização social composta por toda a humanidade, estas pequenas comunidades corresponderiam, numa visão metafórica autopoietica, à menor parte do tecido social, capaz de se reproduzir estando vinculado a uma rede de inter-relações de dependência.

Neste sentido é possível entender as pequenas comunidades como sistemas autônomos, portanto, capazes de especificar a sua própria legalidade ou identidade. Em seu próprio meio encontram-se as condições para o seu desenvolvimento.

2.3.2 Desenvolvimento local e integrado

A expressão ‘Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável – DLIS’ tem se tornado freqüente nos estudos e propostas relacionados a modelos alternativos de desenvolvimento, principalmente em regiões ou comunidades menos favorecidas. Esta idéia passou a ser amplamente utilizada após 1992, após a Conferência ECO-92. É uma estratégia de indução do desenvolvimento, de forma sustentável, que prevê a participação das pessoas do local, mobilizadas para viabilizarem recursos materiais e humanos por meio de parcerias com empresas e governos.

Discutida em uma visão mais ampla que simplesmente a conservação dos recursos naturais, a busca pela sustentabilidade deve considerar uma revisão do modelo de desenvolvimento atual, que é baseado prioritariamente na acumulação de riquezas, conhecimento e poder. Apontar em uma direção de articulação com outros objetivos, entre eles o enfrentamento das desigualdades sociais, a busca pela justiça social, a garantia de organização social, o direito a trabalho e renda dignos, a um ambiente saudável e ao bem estar.

A busca pelo desenvolvimento local, integrado e sustentável passa pela geração de renda, multiplicação do número de proprietários produtivos, pela melhoria do nível de escolaridade e pelo aumento das organizações da sociedade civil, uma vez que o Estado não obteve sucesso, como promotor desse desenvolvimento.

Nessa ótica o desenvolvimento local, integrado e sustentável configura-se como uma nova proposta, dentro da perspectiva de um modelo alternativo para a obtenção dessa melhoria da qualidade de vida.

Discutir desenvolvimento local em um cenário de globalização pode parecer, à primeira vista, contraditório. Entretanto, desde o início de 1997, quando estava em andamento o mapeamento das organizações sem fins lucrativos no Brasil, feito pelo Conselho da Comunidade Solidária, têm-se discutido, cada vez mais, o desenvolvimento local e integrado como um caminho para se obter o

desenvolvimento sustentável, por meio do empoderamento de pequenos atores econômicos.

De acordo com Franco (2000), o tema da localidade do desenvolvimento é comentado tanto por defensores do atual modelo de crescimento econômico, baseado na acumulação de riquezas, quanto pelas pessoas que são contrárias a esse modelo. A própria globalização cria as condições para que se inicie um processo de busca de identidades, de diferenciação de valores, culturas e localidades. A flexibilidade exigida pelo novo modelo produtivo, onde a busca da eficácia produtiva supera as barreiras geográficas e onde os mercados são espacialmente distintos.

Planejar o desenvolvimento regional é, para Oliveira e Lima (2003), pensar primeiramente na participação da comunidade local, no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento.

Fora do foco puramente econômico do desenvolvimento, uma outra vertente é a que surge a partir das organizações da sociedade civil, que trabalham e difundem a idéia de cidadania ampla, enfrentando o fenômeno da exclusão social resultante do atual modelo acumulativo de crescimento econômico. Novas políticas públicas são exigidas, por de um novo posicionamento das camadas da população menos assistidas e mais carentes de serviços públicos, principalmente nas áreas da saúde e educação.

O local, dentro da expressão Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável, se aproxima da idéia de comunidade. O desenvolvimento local troca a generalidade abstrata de uma sociedade global, configurada como suporte do Estado, pelas particularidades das minorias sociais orgânicas que passam a desenhar o seu próprio futuro. O local, portanto, nessa visão de Franco (2000), é um produto do olhar. É um resultado da vivência em uma realidade que, ao mesmo tempo em que identifica diferenças e desvantagens comparativas a outras realidades. Neste sentido é um modo de ver o desenvolvimento tradicionalmente entendido como crescimento econômico, como o desenvolvimento humano, social e sustentável. Ainda para este autor, é o que melhora a vida das pessoas, de todas as pessoas, das que vivem hoje e da que viverão no futuro.

Esta é a idéia de desenvolvimento sustentável de Sachs (2004), quando registra ser esta uma alternativa possível e desejada para promover a inclusão social, o bem-estar econômico e a preservação dos recursos natural.

Visto dessa ótica, o desenvolvimento local não é simplesmente uma reprodução, em escala reduzida, de um modelo de desenvolvimento, mais amplo, já conhecido e aplicado por diversas vezes nos últimos anos. Trata-se, sim, de uma nova categoria, de um novo tipo de modelo de desenvolvimento, onde se adota uma outra metodologia de diagnóstico, de análise e de ação.

Ao se admitir a possibilidade de um desenvolvimento local, assume-se que existem diferenças entre os locais. Caso contrário não haveria sentido discutir o tema, nem tampouco a expressão local. Essa diferença reside no capital humano, na vocação e nas condições ambientais da comunidade considerada como local.

Para Caldas (2005), é preciso desenvolver outras dimensões do local, que não apenas a territorial. Segundo esse autor, é necessário enxergar o local como espaço de experimentação, como espaço de articulação e conflito de interesses e como espaço de democratização das políticas públicas. De acordo com este autor, ao se distinguir o local é necessário identificar um sentimento de pertencer a algo e de se conectar com outros locais, em diversas escalas.

A realidade no local se aproxima mais do conceito de realidade apontado por Santos (2003), pois não se reduz ao que existe, mas se relaciona com o campo das possibilidades. O que se deve buscar no desenvolvimento local é potencializar a diversidade que propicia a vantagem comparativa e a complementaridade entre locais distintos.

Essa noção de diversidade conduz, a primeira vista, à idéia de divergência ou de competição, principalmente quando observada sob a ótica do mercado ou, de forma mais abrangente, do desenvolvimento baseado prioritariamente no crescimento econômico. Entretanto, a diversidade pode se configurar como um fator de cooperação, mesmo quando se refere a áreas de atuação semelhantes. Essa idéia de cooperação que, de acordo com Franco (2000), sem a qual não se efetiva um processo de desenvolvimento local, acaba por formar ou definir a comunidade. Atores sócio-econômicos de pequeno porte, quando associados em rede, podem ganhar amplas condições de competição, inclusive em âmbito internacional.

Segundo Wilber (2000), a idéia de integrar está relacionada à noção de reconciliar, juntar partes, unir ou abarcar. Esse conceito não tem um sentido de uniformidade e nem relação com a tentativa de se eliminar as diferenças e as multiplicidades. Revela um significado de agrupamento, de fazer parte de algo, enfim, contribuir com sua parte para um melhor resultado de um grupo maior. Essa cooperação, muitas vezes formalizada em redes, está, portanto, intrinsecamente relacionada à idéia de integração.

A integração pode e deve ocorrer horizontalmente, entre diferentes manifestações sociais dentro da comunidade. Uma atividade esportiva, em uma proposta de desenvolvimento integrado, pode incentivar, de forma paralela, uma atividade cultural ou educacional e vice-versa. Busca-se, desta forma, integração entre áreas de demandas sociais distintas.

A integração de diferentes setores ou grupos sociais pode ocorrer por outros meios, que não aqueles tradicionalmente relacionados à troca de bens e serviços. Podem se integrar em redes, e, portanto, unir, além de bens e serviços – capital empresarial – também capital humano, capital social e capital natural.

Como capital humano, Franco (2000) entende aquele que se refere ao conhecimento, ao saber fazer e à capacidade de criar e recriar esse conhecimento. O capital humano envolve, então, aspectos ligados à educação, à saúde, à alimentação, à cultura e áreas ligadas ao bem-estar social. São indicadores ligados ao desenvolvimento humano. Logo, se no Brasil país tem-se baixa escolaridade média da população, tem-se pouco capital humano, quando comparado a países com média de escolaridade alta.

Os níveis de organização de uma sociedade determinarão o capital social. Existe, segundo Franco (2000), uma relação direta entre os níveis de associativismo, confiança e cooperação, atingidos por uma sociedade democrática organizada do ponto de vista cívico, a boa governança e a prosperidade econômica. Essa relação deveria ser compreendida como o capital social do extrato social considerado. Portanto, baixos níveis de capital social indicam baixos níveis de desenvolvimento social.

O capital natural, definido por Hawken et al. (1999), é bastante amplo, pois é considerado como o conjunto dos recursos e sistemas vivos da natureza, do qual se

retira a matéria-prima para que se possa produzir bens e serviços. Franco adota um conceito ligado mais ao local, quando registra que o capital natural diz respeito às condições ambientais e físico-territoriais herdadas por determinado grupo social.

Para que uma comunidade se desenvolva, é importante que ele se associe, em uma das formas acima descritas, com outra comunidade local. Essa forma de se integrar é que permitirá que se estabeleça uma rede de cooperação, possibilitando que um novo sistema se firme. Neste novo sistema, mais capital humano gerará mais capital social que, por sua vez, gerará mais capital empresarial de bens e serviços, possibilitando o desenvolvimento humano e social.

A busca pelo desenvolvimento local, integrado e sustentável passa, portanto, pela geração de renda, multiplicação do número de proprietários produtivos, melhoria do nível de escolaridade e pelo aumento das organizações da sociedade civil. Todas essas ações devem ser validadas, viabilizadas e incentivadas por meio de políticas públicas.

Diferentemente de outras metodologias de promoção do desenvolvimento local, o DLIS é, fundamentalmente, uma estratégia de investimento em capital social. Tal estratégia é aplicada por meio de algumas tecnologias sociais inovadoras de articulação de redes, de incentivo do exercício da cidadania e de processos de participação democrática realizadas em escala local.

2.3.3 Desenvolvimento sustentável

A noção de 'ser sustentável' está associada à idéia de estabilidade, de permanência no tempo e de durabilidade e, portanto, diz respeito à própria vida. Está ligada à idéia de uma relação do homem com os recursos naturais, que teria como objetivo a conservação do meio ambiente.

A expressão desenvolvimento sustentável surgiu a partir de uma adaptação do conceito de eco-desenvolvimento elaborado por Ignacy Sachs e Maurice Strong nos anos 70. A preocupação com a sustentabilidade naquela época era de cunho ecológico e referia-se à sustentabilidade biológica – e focalizavam a interdependência entre uma população e os recursos de seu ambiente. Allen (1980)

foi um dos primeiros autores a adotar a expressão 'desenvolvimento sustentável', e o definiu como o que possibilita satisfação duradoura das necessidades humanas e a melhoria da qualidade de vida. Entretanto, a expressão ganhou expressão mundial a partir da publicação do Relatório Brundtland.

O conceito de desenvolvimento sustentável é o ponto central do Relatório Brundtland. Este documento fez parte de uma série de iniciativas anteriores às Conferências Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro (1992) e Rio+10, realizada em Johannesburgo, em 2002. Todos estes encontros reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento. Ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. Apontam para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os atuais padrões de produção e de consumo.

De acordo com o Relatório Brundtland, políticas ambientais compensatórias ou corretivas para os sintomas do crescimento prejudicial não são suficientes para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento social e econômico. É preciso que as diferentes nações visem a um tipo de desenvolvimento que integre a produção com a conservação e ampliação dos recursos e que as vincule ao objetivo de dar a todos uma base adequada de subsistência, com acesso mais eqüitativo aos recursos. Nessa ótica, a idéia de um desenvolvimento sustentável apresenta uma proposta de integração de políticas ambientais e estratégias de crescimento.

Para alguns autores, como Ultramari (2001), corre-se o risco de nunca atingir o desenvolvimento sustentável, pois essa expressão seria um paradoxo, já que por desenvolvimento, entende-se o processo de industrialização e o crescimento do consumo, enquanto a expressão sustentabilidade traz em si a noção de manutenção, de equilíbrio.

Nesta pesquisa adotou-se a visão de desenvolvimento sustentável apresentada por Franco (2000), a qual considera ser aquele que conduz à construção de comunidades humanas sustentáveis, ou seja, comunidades que buscam atingir um padrão de organização em rede, dotado de características como interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade.

Pode-se perceber que o conceito de desenvolvimento sustentável tem uma abrangência ampla e uma busca de aplicação cada vez mais diversificada. A partir

da década de 1990, fala-se de meio de transporte sustentável a consumo sustentável, de planejamento sustentável a turismo sustentável. Entretanto, em todas elas, busca-se uma articulação entre as três primeiras dimensões a ele atribuídas: econômica, ambiental e social. Essas três dimensões são vistas como indissociáveis para a busca da sustentabilidade.

Pode-se entender, portanto, o desenvolvimento sustentável como uma referência a diferentes processos que possibilitem uma transição do modelo de crescimento atual para um novo modelo de desenvolvimento.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992 – Eco 92, ratificando o que a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo, em 1972, alertou o mundo, em seu documento de encerramento os perigos enfrentados pela humanidade, caso não fossem feitas alterações no modelo de desenvolvimento baseado apenas no crescimento econômico.

Em seu documento de encerramento, a Eco-92 proclamou 27 princípios da sustentabilidade. Estes princípios relatam uma preocupação com a harmonia e ordenação de crescimento, qualidade de vida, preservação, responsabilidade frente às gerações futuras, gerenciamento do impacto ambiental e utilização dos recursos naturais. Importante ressaltar que, mais do que se preocupar com as limitações dos recursos naturais, toda estratégia adotada para o desenvolvimento sustentável deve considerar aspectos de igualdade entre lugares, sejam comunidades, regiões ou países, e gerações de seres humanos. Portanto, para que um modelo de desenvolvimento seja sustentável é necessário que se baseie, além dos aspectos de precaução na utilização de recursos, em princípios de solidariedade, de participação dos atores envolvidos nas tomadas de decisão.

A busca da redução das desigualdades sociais entre povos, regiões e locais, passa a ser, então, um dos principais objetivos na busca por um desenvolvimento sustentável. Para que estas desigualdades, não bastam ações assistencialistas do poder público ou das empresas do setor privado. É preciso que a redistribuição de renda e riqueza acompanhe a democratização do conhecimento e do poder. São necessárias, portanto, ações em todas essas três frentes. Depois de atingidos estes objetivos, segundo Franco (2000), comunidades humanas sustentáveis serão

construídas, possibilitando uma organização em rede dotada de características de interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade.

Sachs (1994) propôs que, para se obtivesse êxito na busca pela sustentabilidade, ou seja, o principal objetivo do desenvolvimento sustentável, fossem consideradas cinco dimensões, como referenciais dessa busca: ambiental ou ecológica, econômica, social, espacial, cultural. A seguir estas dimensões são analisadas, com foco na sua importância ou dependência da interferência humana.

A preocupação com os impactos causados ao meio-ambiente no processo de desenvolvimento da sociedade é a preocupação central da dimensão ambiental. Alguns autores denominam esta dimensão como “capital natural” que, segundo Hawken et al. (1999), compreende todos os recursos conhecidos utilizados pela humanidade: a água, os minérios, o petróleo, as árvores, os peixes, o solo, o ar, dentre outros. Compreende, ainda, de acordo com estes autores, os sistemas vivos, como as savanas, os cerrados, os mangues, florestas, os pastos, enfim, todas as fontes de bens e serviços constituídos em ecossistemas, como, por exemplo, a armazenagem de água.

Deve-se ajustar o crescimento econômico à distorção estrutural da economia, resultante da produção e dos padrões desnecessários de consumo. Para Barbieri (1996), a ordem econômica internacional em vigor é injusta e assimétrica, uma vez que incentiva a concentração de riqueza, enquanto os processos de exploração dos recursos são descentralizados. O modelo de desenvolvimento atual permite e incentiva a utilização dos recursos naturais de forma descontrolada, desrespeitando os diversos ecossistemas existentes no planeta. No atual cenário mundial, sob o ponto de vista ambiental, os países desenvolvidos possuem grandes débitos em relação aos países pobres ou em desenvolvimento.

Sachs (1994), propõe que a busca pela sustentabilidade sob a dimensão ambiental passa pela redução da utilização de combustíveis fósseis, diminuição da emissão de substâncias poluentes, adoção de políticas de conservação de energia e de recursos, substituição de recursos não-renováveis por renováveis e pelo aumento da eficiência na utilização dos recursos naturais.

Já para Bellen (2004), sustentabilidade ambiental significa encontrar meios para aumentar a “capacidade do planeta pela utilização do potencial encontrado nos

diversos ecossistemas, tendo como preocupação a manutenção da sua deterioração em um nível mínimo” (p.37).

A dimensão econômica da sustentabilidade refere-se à apropriação e distribuição eficientes dos recursos naturais, buscando a escala produtiva mais apropriada. Nesta dimensão observa-se o mundo apenas como um estoque de recursos e fluxo de capitais. Dentro do modelo atual de desenvolvimento não existe preocupação com a escala e esta abstração se mostra de duas formas: em primeiro lugar, considera-se que o meio ambiente é uma fonte inesgotável de recursos e em segundo lugar que o planeta se configura como um depósito de resíduos de tamanho infinito. Como registrou Capra (2002), acumular riqueza é o valor máximo para o capitalismo globalizado.

Se o objetivo é alcançar a sustentabilidade, a integração entre o meio ambiente e a economia deve estar presente em todos os processos decisórios, dentro de diferentes setores da sociedade, com governos, indústrias e ambiente doméstico.

Na dimensão social a preocupação central é com a presença do ser humano na ecossfera, particularmente no que diz respeito ao bem-estar dos homens e os meios utilizados para a melhoria da qualidade de vida. A busca por serviços básicos de saneamento, ar puro, serviços médicos, segurança e educação deve ser o principal objetivo desta dimensão.

Para Sachs (1994), a dimensão social da sustentabilidade refere-se a um processo de desenvolvimento que permita um crescimento estável, onde a renda seja mais bem distribuída, reduzindo as diferenças entre regiões, grupos sociais e países, promovendo a melhoria das condições de vida das populações. A dimensão social pode ser entendida a partir de dois indicadores: a saúde e a educação.

As ações de promoção de melhoria das condições de saúde e de educação devem ser interligadas. A ação sobre um desses indicadores, como a saúde, por exemplo, deve ser complementada com ações sobre o outro – a educação. As iniciativas devem se concentrar em saneamento básico, por um lado, mas serem reforçadas por ações educacionais de higiene e práticas preventivas para uma boa saúde.

A sustentabilidade, na dimensão espacial, de acordo com Sachs (1986), refere-se à capacidade de suporte do planeta, ante o crescimento desenfreado da população e suas conseqüências, como ocupação irregular do espaço, movimentos migratórios, inchaço dos grandes centros urbanos, dentre outras. Nesta ótica, a preocupação com o desenvolvimento volta-se para uma melhor distribuição da população e das suas atividades no planeta. A busca deve ser por uma configuração urbano-rural que permita uma maior proteção à diversidade biológica, enquanto melhora a qualidade de vida das pessoas.

Deve-se procurar a manutenção das populações em seus locais de origem, provendo as regiões como menor potencial de desenvolvimento dos recursos necessários para a permanência destas pessoas, com a mesma qualidade de vida de outros espaços. A grande aglomeração de pessoas nos centros urbanos contribui para a degradação ambiental, por concentrar maior quantidade de resíduos, por aumentar áreas pavimentadas e por reunir, em uma pequena área geográfica um grande número de agentes poluentes do ar, o que favorece a ocorrência freqüente de tempestades e inundações nestas áreas.

Sachs (1994) registra que a cultural é a dimensão mais difícil de ser concretizada. Refere-se à busca da modernização mediante o desenvolvimento social sem, contudo, perder a identidade cultural específica de cada região ou grupo social.

De acordo com a Agenda 21 da Cultura, documento resultante do encontro das autoridades locais, realizado em Maio de 2004, em Barcelona, na Espanha, há que se preservar a diversidade cultural por ser o principal patrimônio da humanidade. Considera que, tanto a cultura quanto o meio ambiente, são bens comuns da humanidade. O desenvolvimento deve ser tal que permita o “acesso ao universo cultural e simbólico em todos os momentos da vida, desde a infância à velhice”.

Para alguns autores, como Boff (2001), a busca da sustentabilidade sob todas as dimensões, dentro do atual modelo capitalista de acumulação é infrutífera. De acordo com este autor Boff, não é mais possível manter a lógica da acumulação, do crescimento econômico de forma ilimitada e, ao mesmo tempo, evitar a falência dos sistemas ecológicos que mantêm a vida.

Se, por um lado, o modelo surgido na revolução industrial propiciou, rapidamente, a realização de anseios da sociedade acumulados em séculos, por outro lado consumiu dois terços dos recursos naturais do planeta, sendo que nas últimas três décadas um terço dos recursos da terra desapareceram. A herança recebida de milhões de anos em termos de capital natural está-se consumindo rapidamente. Para alguns autores, não é mais o petróleo ou um mineral que ameaçam limitar o crescimento, mas a própria segurança da vida humana sobre a terra.

Apesar da diversidade e da complexidade que a expressão desenvolvimento sustentável apresentam, para Bellen (2004), deve-se encarar essa dificuldade não como um obstáculo na procura de seu melhor entendimento, mas, sim, como “fator de motivação e como criador de novas visões sobre ferramentas para descrever a sustentabilidade” (p.39).

Para Sachs (2004; 2003), o desenvolvimento poderá ser sustentável quando o homem passar a ser a principal referência dos modelos de crescimento econômico. Ao se promover o bem-estar econômico para todas as pessoas, estar-se-á preservando os recursos naturais e promovendo o desenvolvimento humano.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são descritos os procedimentos a serem seguidos para a realização deste estudo, objetivando demonstrar a cientificidade da presente pesquisa. De acordo com Babbie (2005), toda pesquisa tem como objetivo explicar os fenômenos que ocorrem no mundo, ou seja, explicar como eles operam, qual a sua função e estrutura, como e porque se realizam e como podem ser influenciados e controlados. Para tanto é preciso identificar um método que permita o conhecimento desses fenômenos.

Para Gil (2005), um conhecimento só pode ser considerado científico quando as operações e técnicas que permitam a sua conclusão podem ser identificadas. Para esse autor, um procedimento metodológico deve conter o tipo de pesquisa, a população e amostra, a descrição da coleta de dados e da análise desses dados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto aos objetivos propostos, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritivo-qualitativa, pois se propôs a investigar e interpretar a participação do trabalho voluntário no desenvolvimento local, de forma integrada e sustentável, nas comunidades assistidas pela Pastoral da Criança.

A fase exploratória é a preliminar, onde são coletadas maiores informações sobre o tema da pesquisa. Gil (2005) registra que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Estas pesquisas envolvem três etapas, segundo Seltiz et al. (1974):

- a) levantamento bibliográfico;
- b) entrevistas com pessoas que possuem experiência prática com o tema pesquisado;

c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

A pesquisa exploratória ainda permite que se obtenha informações com relação ao estudo do problema, através das publicações existentes sobre o tema. Esta foi a primeira etapa da pesquisa realizada.

O método adotado nesta pesquisa foi o de estudo de caso, que permitiu a verificação das hipóteses desta pesquisa. O estudo de caso, de acordo com Gil (2005, p. 43), é “caracterizado por um profundo exaustivo estudo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”. Este método pode ser utilizado tanto em pesquisas exploratórias quanto em descritivas.

A natureza predominante desta pesquisa é descritivo-qualitativa, de caráter interpretativo, por ser considerada a mais adequada para se atingir os objetivos propostos. Como foco, neste estudo, pretende-se averiguar a configuração do trabalho voluntário de uma organização do Terceiro Setor de projeção internacional e a sua influência no local onde este trabalho é desenvolvido.

A escolha da pesquisa qualitativa deve-se ao fato de que a mesma deveria “perceber o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores que se expressa pela linguagem do cotidiano” (MINAYO & SANCHES, 1993, p 245).

Para a averiguação do desenvolvimento local sustentável, entretanto, adotou-se, em paralelo, uma abordagem de natureza quantitativa, com o levantamento dos dados referentes aos indicadores trabalhados pela Pastoral da Criança e dos indicadores disponibilizados pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde e do IBGE.

A possibilidade de comparar dados isolados, oriundos dos métodos adotados pela organização objeto da pesquisa, com a subjetividade dos entrevistados enriquece o trabalho. Segundo Chizzotti (2000), o “conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo”(p.80).

Muitos autores, de acordo com Oliveira (2001), preferem não distinguir os métodos quantitativos e qualitativos, por não existir uma precisão das medidas, já que o que se mede continua a ser uma qualidade. Nesta pesquisa, utilizou-se de

entrevistas semi-estruturadas, de observações do pesquisador, de questionários com perguntas semi-abertas e dos dados disponíveis sobre o trabalho desenvolvido pela Pastoral da Criança.

3.2 PERGUNTAS DE PESQUISA

Na realização desta pesquisa buscou-se respostas para as seguintes perguntas:

- a) Qual o papel das organizações do Terceiro Setor?
- b) Como se desenvolve o trabalho voluntário nas organizações do Terceiro Setor?
- c) Que fatores propiciam a sustentabilidade das organizações do Terceiro Setor?
- d) Qual a influência do processo de estruturação do trabalho voluntário em organizações do Terceiro Setor?

Em todas as etapas do processo de elaboração, realização e tabulação dos dados resultantes dessa pesquisa foi observada uma postura de total respeito à privacidade, tanto das pessoas envolvidas no processo, quanto de outras informações que, involuntariamente, tenham surgido no decorrer das entrevistas. O posicionamento ético do proponente da pesquisa foi mantido durante toda a fase de pesquisa.

3.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Os instrumentos de pesquisa foram elaborados de acordo com o Quadro de Categorias de Análise, quais sejam: Mortalidade Infantil, Desnutrição Infantil, o Programa Em Busca das Gestantes e atividades dos Líderes Voluntários da Pastoral da Criança.

Segundo Lakatos e Marconi (2004), o estabelecimento de categorias deve seguir determinadas regras. As categorias de análise devem derivar de um único

princípio de classificação, não permitir que uma resposta se enquadre em mais de uma classificação e serem mutuamente exclusivas.

Indicadores diversos podem ser utilizados como Categoria de Análise. Estes indicadores devem, de acordo com Santos (1994), relevar relações, formas, funções, formas de organização e estruturas, com diferentes níveis de interação e de contradição.

Na figura 7, a seguir, estão demonstradas as Categorias de Análise utilizadas nesta pesquisa:

CATEGORIA	DESCRIÇÃO DO INDICADOR
MORTALIDADE INFANTIL	Número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade ocorridos para cada mil crianças nascidas vivas.
DESNUTRIÇÃO INFANTIL	Número de crianças com idade até 6 anos, que apresentam indicadores abaixo do percentil 3 do NCHS – National Center for Health Statistics. Segundo a metodologia recomendada por este organismo, divide-se o peso pela idade da criança e/ou altura pela idade da criança, enquadrando o resultado em faixas de percentual por desvio padrão (DP) da mediana da população de referência internacional recomendada pelo NCHS.
EM BUSCA DAS GESTANTES	Número de gestantes carentes passíveis de acompanhamento pela Pastoral da Criança.
LÍDER VOLUNTÁRIO	Resultados da atuação de pessoa que desenvolve atividades para a Pastoral da Criança, junto a sua comunidade, após passar pelos processos de recrutamento e capacitação da organização.

FIGURA 7 – CATEGORIAS DE ANÁLISE

Fonte: adaptado do Guia do Líder da Pastoral da Criança (2006)

3.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo foi realizado na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na sede de Coordenação Nacional da Pastoral da Criança, na sede da Coordenação do Núcleo Oeste da cidade de Curitiba e em comunidades dos bairros CIC, São Braz e Xaxim, no período compreendido entre os meses de setembro de 2006 e fevereiro de 2007. A sede de Coordenação Nacional localiza-se à Rua Jacarezinho, 1691, no Bairro Mercês, CEP 80810-900, em Curitiba-PR. Trabalham nesta sede 62 funcionários que têm, na compilação dos dados e na alimentação do sistema de informações da organização a sua principal atividade. A sede de Coordenação do Núcleo Oeste de Curitiba está situada à Rua Adolfo de Oliveira Franco, 22, no bairro Campo Comprido, CEP 80310-640, na cidade de Curitiba-PR.

O endereço eletrônico www.pastoraldacrianca.org.br foi consultado para obtenção de dados secundários, além dos obtidos em pesquisas já realizadas sobre a atividade da organização e de documentos técnicos da Pastoral da Criança, tais como Relatórios Anuais de Atividades e as publicações do Guia do Líder da Pastoral da Criança.

O universo da pesquisa é composto por coordenadores nacionais, regionais, setoriais e de área, cuja atuação direta ou indireta relaciona-se com a cidade de Curitiba, juntamente com líderes comunitários voluntários atuantes nas comunidades citadas, independentemente de sexo, idade, grau de condição ou situação sócio-econômica. Dentre as pessoas pesquisadas encontram-se, por exemplo, enfermeiras, faxineiras, psicólogas, donas de casa e pedreiros.

Foram entrevistadas três pessoas da coordenação nacional, das áreas de relações institucionais e assistência social, uma pessoa da coordenação estadual no Estado do Paraná, uma da coordenação setorial da cidade de Curitiba e duas coordenadoras de área de bairros de Curitiba. Uma psicóloga, responsável pelo programa de capacitação dos líderes voluntários, também foi entrevistada.

Estas pessoas que atuam nas áreas de coordenação indicaram as áreas onde pudessem ser distribuídos os questionários para os líderes comunitários. Foram entregues 120 questionários, divididos proporcionalmente ao número de voluntários de cada área.

Dois processos de amostragem, ambos intencionais foram adotados: o primeiro, que contou com a participação das pessoas que exercem cargos de coordenação nacional dentro da organização e o segundo processo de amostragem, que definiu a amostra dos líderes comunitários voluntários, o qual contou com a colaboração dos coordenadores do setor oeste de Curitiba. Dentre as pessoas que exercem ou já exerceram cargo de coordenação foram entrevistadas sete pessoas. Dentre os líderes comunitários voluntários, considerados como sujeitos-tipos, obteve-se o retorno de 82 questionários, dos 120 questionários distribuídos, que foram respondidos de forma satisfatória. O retorno foi superior a 68% do universo, composto por diferentes faixas etárias, mantendo a correlação com a grande maioria dos voluntários do sexo feminino (95%) que atuam na Pastoral da Criança.

Para Richardson (1999), os sujeitos-tipos “são aqueles que representam as características típicas de todos os integrantes que pertençam a cada uma das partes da população” (p.109).

Foram coletadas as informações relativas à abordagem qualitativa das categorias de análise durante as entrevistas. Estas informações contribuíram para a compreensão do processo de recrutamento, capacitação e monitoramento das atividades dos líderes comunitários voluntários.

Para a análise dos dados referentes às outras categorias de análise – mortalidade e desnutrição infantil e o Programa Em Busca das Gestantes, foram pesquisados dados do sistema de informações da Pastoral, do Ministério da Saúde e do IBGE.

3.5 DEFINIÇÃO DE TERMOS RELEVANTES

APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL – processo que busca desenvolver a capacidade das pessoas realizarem ações e resolver questões referentes ao universo organizacional em que atuam.

APOIADOR – Trabalhador voluntário que, esporadicamente, presta serviços para a Pastoral da Criança, sem assumir compromissos regulares ou duradouros. São, por exemplo, motoristas, cozinheiros e brinquedistas que trabalham nos encontros mensais de avaliação

ou no Dia da Celebração da Vida, também conhecido como o Dia do Peso, por ser a confraternização durante a qual as crianças são pesadas.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – processo que permite que as pessoas supram as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – são objetivos referenciais do desenvolvimento sustentável propostos por Ignacy Sachs. Em seu trabalho mais recente, ele considera as seguintes dimensões: social, econômica, espacial, ambiental ou ecológica e cultural.

FAB – FOLHA DE ACOMPANHAMENTO BÁSICO – é a ferramenta de gestão da Pastoral da Criança onde são registrados os dados do acompanhamento de todas as gestantes e crianças acompanhadas pelos líderes de uma comunidade. Termo empregado nesta pesquisa também no plural: FABs.

LÍDER COMUNITÁRIO DA PASTORAL DA CRIANÇA – pessoa capacitada pela Pastoral da Criança que exerce trabalho voluntário no acompanhamento de crianças até seis anos, gestantes e suas famílias.

MÍSTICA – para a Pastoral da Criança, a mística é a força que impulsiona e anima a caminhada; é a seiva que alimenta e sustenta a vida, que brota de uma experiência pessoal e comunitária com Jesus. São três os aspectos desta mística: a caridade cristã, a formação contínua e a celebração.

SUSTENTABILIDADE – é a condição que permite que as gerações futuras possam ver atendidas as suas necessidades da mesma forma que a geração do presente. Termo utilizado também no sentido de perenidade.

TERCEIRO SETOR – o conjunto de organizações da sociedade civil que não pertencem ao poder público, considerado o Primeiro Setor e nem à iniciativa privada, considerada o Segundo Setor.

VOLUNTARIADO – ações decorrentes da doação pelos cidadãos de tempo, trabalho e talento para causas de interesse social e comunitário. Exercido em diferentes áreas, como educação, saúde, cultura, defesa de direitos, meio ambiente, esporte e lazer. Utilizado, nesta pesquisa, como sinônimo do trabalho voluntário exercido por um grupo de pessoas.

3.6 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para a coleta dos dados secundários, foram utilizadas as publicações em documentos técnicos de gestão e divulgação da Pastoral da Criança, tais como o Guia do Líder, Abrangência de Resultados e o Jornal da Pastoral da Criança. Também foram consultadas as informações disponíveis no endereço eletrônico da organização. Pesquisou-se, ainda, publicações de entrevistas concedidas pela coordenadora geral da Pastoral da Criança – Dra. Zilda Arns, em diversos veículos da imprensa escrita e eletrônica, além de artigos, regimento, estatuto e demais documentos que permitiram melhor entender, ilustrar e confirmar os fenômenos pesquisados.

Para Gil (2005), o mais importante na análise e interpretação dos dados em uma pesquisa de estudo de caso é a preservação da totalidade da unidade social. Por esta razão buscou-se coletar dados em diferentes áreas de atuação dos coordenadores da organização e em regiões distintas da cidade de Curitiba.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas em salas de reuniões das sedes de coordenação nacional e regional da Pastoral da Criança, primeiramente de forma individual e, posteriormente, com pequenos grupos de até três coordenadores, procurando enriquecer as informações recebidas de cada um dos entrevistados. De acordo com Vergara (2006), os grupos de foco são utilizados como uma forma de pesquisa para se obter informações ou idéias sobre um tópico ou serviço específico. No caso deste estudo, buscou-se focar o processo de recrutamento, capacitação e atuação dos líderes voluntários comunitários da Pastoral da Criança.

A escolha de entrevista semi-estruturada deveu-se ao fato de esta técnica permitir uma maior interação entre o pesquisador e o entrevistado, possibilitando ao autor desta pesquisa, uma maior oportunidade de observar aspectos da comunicação não verbal durante as entrevistas.

Para maior liberdade de expressão das pessoas entrevistadas, as conversas não foram gravadas. Entretanto, todas as informações recebidas foram imediatamente transcritas, após o término das entrevistas, de forma a preservar, da forma mais íntegra possível, todas as contribuições recebidas dos coordenadores.

Os questionários tiveram a finalidade de confrontar a visão que os entrevistados, que têm função de coordenação, possuem de determinados aspectos relevantes para a pesquisa com a visão que as pessoas que atuam nas comunidades possuem. A escolha do questionário justifica-se pelo fato de muitos dos voluntários que atuam como líderes comunitários na Pastoral da Criança serem semi-analfabetos. Por esta razão, inclusive, um dos programas complementares da Pastoral é a alfabetização de adultos. A forma de questionário, frente a esta realidade, apresentou-se como a melhor alternativa para a coleta dessas informações.

O tratamento dos dados foi feito por meio de uma análise descritiva, com base nas informações recebidas no que diz respeito ao processo de estruturação da organização e atuação dos líderes voluntários comunitários da Pastoral da Criança.

Esta pesquisa buscou examinar a influência que o trabalho voluntário dos líderes da organização objeto do estudo exerce sobre o desenvolvimento local, de forma integrada e sustentável, por meio da análise do perfil e da atuação destes líderes e de indicadores de redução de Mortalidade Infantil, Desnutrição Infantil e o Programa Em Busca das Gestantes, das comunidades onde esses voluntários realizam o seu trabalho.

3.7 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Como toda pesquisa, esta apresenta algumas limitações, em decorrência do método de investigação utilizado. De acordo com Gil (2005), apesar do estudo de caso ser bastante utilizado nas ciências sociais, encontram-se algumas objeções a sua aplicação. Dentre estas objeções pode-se destacar a dificuldade de generalização, pois a análise de um único caso fornece uma base frágil para abrangência das ocorrências estudadas.

As técnicas utilizadas para a obtenção dos dados – entrevistas semi-estruturadas e questionários com perguntas semi-abertas – também podem ser restritivas. Os dados de natureza perceptiva e a observação com anotações podem apresentar dificuldades para a compreensão dos fatos em estudo por parte do pesquisador. Além disso, as respostas ou comentários fornecidos pelos pesquisados

podem sofrer alguma distorção, dentre outros fatores, em consequência de entendimentos diferenciados, principalmente entre o entrevistador e os entrevistados.

Segundo Boaventura (2007), em pesquisas de estudo de caso o processo de coleta dos dados é mais complexo que nos outros tipos de pesquisa, porque se utiliza sempre mais de uma técnica, o que constitui um princípio básico que não pode ser descartado.

Outros aspectos podem, ainda, ser considerados limitantes, tais como:

- O período em que foi realizada a pesquisa, compreendido entre setembro de 2006 a fevereiro de 2007, pode ser considerado um fator limitante do enfoque longitudinal.
- O número de sujeitos que compuseram a amostra intencional dos líderes voluntários. Pode-se supor as informações obtidas poderiam ser enriquecidas se um número maior de voluntários fosse pesquisado;
- O local onde foi realizada a pesquisa. Possivelmente, a mesma pesquisa realizada em alguma região pobre do Nordeste do país, apontasse para resultados que pudessem diferenciar dos obtidos neste estudo.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo inicia com uma descrição do exercício do voluntariado no Brasil e no Estado do Paraná. O trabalho voluntário no Brasil confunde-se com a sua história, pois a Santa Casa de Misericórdia instalou-se na região da atual cidade de Santos no tempo do Brasil Colônia, em 1534.

Segue-se uma descrição da organização Pastoral da Criança, em uma visão que abrange desde a sua concepção e primeiras atividades até os dias atuais, demonstrando os principais momentos de mudanças dentro da organização. Nesses momentos de mudança foram estabelecidas as condições para que a organização aprimorasse a sua metodologia de trabalho.

4.1 O TRABALHO VOLUNTÁRIO NO BRASIL

O voluntariado, com maior ou menor intensidade, obteve seu espaço de atuação, seja na forma de doação de dinheiro, seja na forma de doação de tempo e experiência no trabalho. Associado, historicamente, a um trabalho de caráter religioso e assistencialista de ajuda às pessoas menos favorecidas social e economicamente, o trabalho voluntário se volta, hoje, para uma manifestação de solidariedade, dentro de uma perspectiva de participação cidadã. Se no passado, o que movia as pessoas na direção do voluntariado era a caridade e o amor ao próximo, hoje em dia é a responsabilidade social, embutida de valores como a cidadania, comprometimento com a comunidade e consciência da participação no processo de redução das desigualdades entre as pessoas e regiões.

4.1.1 Histórico

A Santa Casa de Misericórdia, considerada o primeiro núcleo de trabalho voluntário no país, iniciou suas atividades em 1534, na então Vila de Santos. A Santa Casa da cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco, foi instituída logo após,

em 1539. Também no século XIX foram fundadas as Santas Casas de São Vicente, Salvador e São Paulo.

Em 1907 foi fundada a Cruz Vermelha Brasileira. Dois anos após, o escotismo, com o lema 'ajudar o próximo em toda e qualquer ocasião' estabeleceu-se no país. Em 1935 foi promulgada a Lei de Declaração de Utilidade Pública, para regulamentar a colaboração do Estado com as instituições de filantropia. Segundo esta Lei, se credenciam a receber o título de Utilidade Pública as organizações que adquirirem personalidade jurídica, que sirvam desinteressadamente à coletividade e que não remunerem as pessoas que ocuparem os cargos de diretor e conselheiros.

O então Presidente Getúlio Vargas, em 1942, aprovou a criação da Legião Brasileira de Assistência. De autoria da primeira dama Darci Vargas, tinha como principal objetivo assistir as famílias dos soldados enviados para lutarem na Segunda Guerra Mundial. Findo o conflito, a Legião Brasileira de Assistência passou a atender famílias carentes, de forma geral.

A APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – foi criada em 11 de dezembro de 1954, quando da chegada ao Brasil de Beatriz Bemis, que integrava o corpo diplomático norte-americano e era mãe de uma portadora da Síndrome de Down. Nos EUA, Bemis já havia participado da criação de mais de 250 associações de pais e amigos de excepcionais, que tinham como objetivo incentivar a assistência aos portadores de deficiência mental.

Alguns anos mais tarde, em 1967, por uma iniciativa do governo militar do General Castelo Branco os estudantes universitários se engajam no voluntariado por meio do Projeto Rondon, que tinha como objetivo levar o desenvolvimento e a assistência ao interior do país. Este programa permaneceu até 1989, quando foi extinto. No Governo Lula (2002) o projeto Rondon foi retomado.

A Pastoral da Criança surgiu em 1983, tendo como principal objetivo o combate à desnutrição e a mortalidade infantil em áreas menos assistidas pelo poder público, que apresentavam altos índices de óbitos de crianças com até um ano de idade.

Algumas estatísticas apresentadas por organizações de incentivo do exercício do voluntariado, tais como O Portal do Voluntariado, RITS e Voluntários, revelam o que está sendo desenvolvido no Brasil, com relação ao trabalho voluntário. De

acordo com o Portal Universia Brasil, em pesquisa realizada junto com a H2R Pesquisas Avançadas, 21% dos estudantes brasileiros do ensino superior participam de algum programa social como voluntários.

Segundo o ISER – Instituto de Estudos de Religião (1998), 22,6% dos adultos no Brasil doam alguma parte de seu tempo para realizar ações voluntárias em instituições ou para ajuda de pessoa física fora de suas relações mais próximas.

A média de doação de tempo, por voluntário, no Brasil, é de 74 horas por ano, ou algo como 6 horas por mês, em média. As instituições religiosas recebem 58,8% do trabalho voluntário no país e a área social recebe 16,7%. Apenas 6,5 % do tempo de voluntariado no Brasil é dedicado à área da saúde. O perfil do voluntário é o do brasileiro médio, do cidadão comum, de diversas idades, rendas, níveis educacionais e filiações religiosas.

Com relação ao trabalho voluntário no Brasil, a pesquisa realizada pelo ISER (1999) e detalhada por Landim (2000) traz outras informações importantes:

- há comprovação de que a grande maioria do tempo dedicado ao serviço voluntário ainda é oferecido às áreas tradicionais da ação social e da instituição religiosa;
- existe o predomínio de uma visão positiva a respeito do trabalho voluntário;
- há coexistência de duas lógicas quanto aos motivos para o trabalho voluntário: a antiga, da obrigação moral, religiosa e assistencialista e da nova lógica da participação cidadã, da responsabilidade social e da busca de resultados efetivos na diminuição das desigualdades e injustiça sociais;
- há coexistência do entendimento de que o Estado é responsável pela solução das carências sociais e, por isso, cabe a ele promover ações que atendam essas carências e do entendimento da importância de que a própria comunidade assuma o protagonismo das mudanças sociais que julgar necessárias.

De acordo com uma pesquisa realizada pela ADVB – Associação de Dirigentes de Marketing no Brasil (2005), com mais de 2.800 empresas, 62% dos pesquisados disseram que incentivam seus empregados a realizarem, voluntariamente, ações sociais voltadas à comunidade. Segundo os empresários, o

incentivo de funcionários ao exercício do trabalho voluntário traz benefícios para a empresa, seja em termos de melhoria da imagem institucional, seja pelo desenvolvimento dos conhecimentos, técnicas e habilidades dos colaboradores da organização.

4.1.2 Voluntariado no Estado do Paraná

A Santa Casa de Misericórdia foi, também no Estado do Paraná, a primeira instituição fundada por voluntários, a partir da experiência das outras Santas Casas já instituídas no país. A cidade que recebeu a primeira instituição foi Paranaguá, primeiro núcleo urbano a se desenvolver no Estado, em 1835.

Embora tenha a sua origem em 1843, por iniciativa de um grupo de pessoas que se auto denominavam de Fraternidade Curitibana, a organização foi instituída definitivamente em 9 de junho de 1852. A primeira sede se localizava na via hoje denominada de Rua Treze de Maio. O primeiro hospital, entretanto, foi inaugurado pelo então Imperador Dom Pedro II em 22 de maio de 1880.

Em 1985 foi criada a Fundação Santa Casa de Curitiba e em 1991 o Instituto Paranaense de Saúde Mental e a Academia de Cultura de Curitiba.

Por uma iniciativa do Colégio Nacional de Secretarias de Segurança Pública, em 10 de julho de 1990, o então Governador Álvaro Dias sancionou a Lei 9315, que oficializou como a Semana do Voluntário Paranaense o período compreendido entre os dias 24 e 30 de Setembro. O dia 27 de Setembro ficou sendo a data alusiva ao Voluntário do Paraná. Esta data teve validade até que a ONU instituiu, dois anos após, o Ano do Voluntariado, apontando a data de 05 de dezembro como o Dia do Voluntário.

No final da década de 1990 instituiu-se o PROVOPAR – Programa do Voluntariado Paranaense, uma entidade civil, sem fins lucrativos, voltada para o Terceiro Setor, que atua por meio de uma parceria com o Governo do Estado do Paraná e a sociedade civil. Além de incentivar a adesão de pessoas ao exercício do voluntariado, o PROVOPAR promove, dentro do Estado do Paraná, a melhoria da qualidade de vida e a valorização das populações com baixo índice de

desenvolvimento humano, procurando viabilizar programas e ações de geração de renda e inclusão social.

4.2 A PASTORAL DA CRIANÇA: DOS PRIMÓRDIOS ATÉ OS DIAS ATUAIS

A Pastoral da Criança é uma OSC – organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, comunitária, que atua em todos os Estados do Brasil e em outros 16 países e que tem como objetivo o desenvolvimento integral de crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades.

Os principais valores da Pastoral da Criança são a solidariedade entre as pessoas e a socialização do conhecimento, como foco o desenvolvimento de crianças dentro do ambiente familiar, na faixa etária da concepção até os seis anos de idade, em sua grande maioria não assistidas pelo poder público. Conta com um grande número de voluntários – em 2006 o número é superior a 155 mil líderes comunitários e mais de 120 mil apoiadores voluntários, perfazendo um total de 265 mil pessoas que doam tempo e trabalho para a organização.

A Pastoral da Criança recebe apoio financeiro para sua manutenção de diversas entidades. Duas instituições, entretanto, são a base de sustentação financeira da organização: o Ministério da Saúde do Governo Brasileiro e o UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Basicamente a Pastoral desenvolve sete programas, de acordo com informações do Guia do Líder:

- a) sobrevivência e desenvolvimento integral da criança, por meio de ações básicas de saúde, nutrição, educação e comunicação, sobretudo nos bolsões de miséria;
- b) formação humana e cristã das famílias e líderes comunitários, agentes voluntários e apoio especial às pessoas da terceira idade;
- c) promoção dos direitos da criança e do adolescente;
- d) redução da violência familiar e comunitária;
- e) geração de renda para as famílias acompanhadas e ajuda mútua entre elas;

- f) alfabetização de jovens e adultos que participam da Pastoral;
- g) registro de informações sobre a situação de crianças e da família no Brasil.

A Pastoral da Criança é um organismo de ação social da CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, mas de atuação ecumênica, ou seja, é aberta a pessoas de todos os credos e que praticam todas as religiões. Também não faz distinção de raça, cor, sexo, opção política ou nacionalidade.

A principal característica da atuação da Pastoral da Criança é a articulação de uma grande rede de lideranças voluntárias inseridas nas comunidades locais, visando à redução da desnutrição e mortalidade infantis. Na Pastoral da Criança, o voluntário realiza seu trabalho junto às famílias que acompanha e, dessa forma, assume e manifesta a sua responsabilidade social.

Segundo o gestor de relações institucionais da Pastoral da Criança, o movimento nasceu de duas provocações: uma, que pode ser entendida como sendo humanitária, já que tinha como objetivo a redução da mortalidade e da desnutrição infantis, e outra, que seria um desafio pessoal da Dra. Zilda Arns, sua coordenadora desde o início do movimento. Surgiu em um momento em que o Brasil dava sinais de esgotamento do Governo Militar e que a Teologia da Libertação ganhava corpo na Igreja Católica Latino-americana.

A preocupação inicial era a de democratizar o conhecimento técnico-científico da área da saúde, partindo da experiência pessoal da Dra. Zilda Arns, como médica pediatra e sanitarista.

Durante o seu período de implantação o projeto enfrentou resistências das duas correntes que dominavam a Igreja Católica no Brasil, no começo dos anos 80: os da esquerda, ligados à Teologia da Libertação e os da direita, seguidores das orientações conservadoras do vaticano. Os primeiros diziam que o movimento era assistencialista e os segundos diziam que era uma ação de comunistas, revolucionários.

A Pastoral da Criança surgiu como decorrência de uma solicitação do então Diretor Executivo da UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância – James Grant ao cardeal brasileiro Dom Paulo Evaristo Arns, em 1982, durante uma reunião da ONU sobre a paz mundial ocorrida na Suíça. Tal solicitação era para que o

cardeal procurasse desenvolver um projeto para combater as altas taxas de mortalidade infantil no país, que tinham na diarreia a sua maior causa. Dom Paulo Arns encarregou a Dra. Zilda Arns do projeto, com o acompanhamento do então Arcebispo de Londrina – Dom Geraldo Majella Agnelo. A Igreja Católica, portanto, está na origem do movimento.

Um ano depois, em Florestópolis - pequeno município no norte paranaense, o projeto piloto foi implantado. A taxa de mortalidade infantil na época, neste município, era de 127 por mil crianças nascidas. Depois de um ano, após a realização do trabalho da pastoral da criança, a taxa caiu para 28 mortes para cada mil crianças nascidas

No ano seguinte, a Pastoral recebeu o apoio da CNBB, após apresentar os resultados obtidos pelo trabalho durante a Assembléia Geral da CNBB, em Itaici, cidade do interior do Estado de São Paulo. O movimento hoje já ultrapassou os limites do território brasileiro e já exporta o seu modelo de desenvolvimento infantil para diversos outros países, como Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Venezuela, Uruguai, Colômbia, Timor Leste e Filipinas.

Como teve sua origem atrelada à Igreja Católica, a capilaridade do movimento foi desenhada sob a estrutura de descentralização de ações da própria igreja, aproveitando, portanto, dioceses e paróquias como meio para atingir as comunidades com índices elevados de mortalidade infantil.

Com o início da modernização da gestão e da abertura da economia no Brasil, no início da década de 1990, o governo decidiu descentralizar os serviços de saúde e baseou-se na experiência da Pastoral da Criança. Foi um momento de grande exercício de adaptação por parte do movimento, pois como o governo havia se inspirado no modelo de penetração na comunidade desenvolvido pela Pastoral, havia sobreposição de assistências às famílias carentes. Mais ainda: os agentes comunitários de saúde eram remunerados pelo governo e, por esse motivo, muitos dos voluntários da Pastoral da Criança deixaram o movimento e se inscreveram como agentes.

Com o passar do tempo, os dois trabalhos foram se complementando. O agente de saúde passou a visitar as famílias no dia em que o líder da Pastoral faria

a conferência do peso das crianças. Também aos poucos, muitos dos líderes que haviam deixado o movimento para se ingressarem como agentes comunitários de saúde foram retornando, pois não encontraram na nova atividade a mesma dedicação e perseguição de metas que havia na Pastoral.

A Pastoral da Criança constitui um movimento relativamente pequeno, em termos de controle e gestão, com aproximadamente 62 pessoas administrando o conjunto e mantém uma parceria forte com o Ministério da Saúde, para efeitos de financiamento. Este Ministério foi responsável pelo repasse de aproximadamente R\$ 20 milhões, no período compreendido entre os meses de outubro de 2004 a setembro de 2005, segundo os dados da publicação Abrangência e Resultados da Pastoral da Criança.

A figura 8, a seguir, demonstra a dimensão e a abrangência do trabalho voluntário na Pastoral da Criança:

DADOS SOBRE A PASTORAL DA CRIANÇA	
Estados brasileiros onde a Pastoral da criança está presente (100%)	27
Dioceses com Pastoral da Criança (100%)	260
Setores com Pastoral da Criança (subdivisão)	3004
Paróquias com Pastoral da Criança (64%)	5670
Ramos com Pastoral da Criança (subdivisão das paróquias)	5991
Comunidades acompanhadas	36422
Líderes voluntários atuantes	145.200
Apoiadores voluntários atuantes	119.726
Voluntários a serviço da Pastoral da Criança	264.926
Média mensal de famílias acompanhadas	1.329.262
Média mensal de gestantes acompanhadas	83.993
Média mensal de idosos (+60 anos) acompanhados	33.587
Número de alunos em cursos educacionais de jovens e adultos	11.234

FIGURA 8 – DADOS SOBRE A PASTORAL DA CRIANÇA

Fonte: Relatório Anual da Pastoral da Criança (Abrangência e Resultados) do ano de 2004

Conforme dados da coordenação da Pastoral da Criança, a mortalidade de menores de um ano nas comunidades em que a organização atua é mais de 50% menor do que a média nacional, em levantamento que engloba crianças ricas e pobres. Este resultado ganha significado especial quando se observa que a Pastoral tem sua ação concentrada em regiões de pobreza e miséria, onde esse índice costuma chegar ao dobro da média nacional. Dados como este mostram que, de maneira sistemática e organizada, na prática da solidariedade humana, as comunidades se tornam agentes de sua própria transformação. Dessa maneira consegue-se reduzir a desnutrição e a mortalidade tanto infantil quanto maternal, ao mesmo tempo em que as famílias – especialmente a mulher, são educadas como agentes de transformação da realidade social.

Dentro dessa proposta de formação das famílias, o trabalho da Pastoral da Criança procura difundir e cultivar valores culturais, humanos e cristãos, tais como a solidariedade, a fraternidade e o respeito ao outro. Outros resultados que merecem destaque são a redução da violência e da marginalidade e o retorno das famílias atendidas a valores éticos, que estimulam a preservação do que existe de melhor na vida em comunidade.

Pode-se afirmar que o problema da violência no ambiente familiar, que afeta milhares de crianças por ano em todo Brasil, é muito reduzido nas famílias acompanhadas pela Pastoral da Criança. Esta é uma maneira eficaz de prevenir, na família, o abandono das crianças, que vão às ruas em busca da sobrevivência, fugindo do ambiente familiar hostil. Com base nesses dados, pode-se inferir que, se todas as comunidades carentes tivessem acesso ao trabalho da Pastoral, não somente reduziriam rapidamente as doenças e as mortes, como também a violência e a marginalidade – quatro indicadores que acompanhados, formal ou informalmente, todos os meses, pela organização.

4.3 O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA PASTORAL DA CRIANÇA

A Pastoral da Criança se apóia em um voluntariado muito ativo. Na primeira ação da organização, ainda não institucionalizada, a Pastoral contou com a colaboração de 20 pessoas, segundo relato da Dra. Zilda Arns, bastante

comprometidas com os objetivos então propostos: reduzir a mortalidade infantil, decorrente, principalmente da diarreia, na cidade de Florestópolis-PR.

Em 2006, a organização conta com mais de 155 mil pessoas que trabalham de forma descentralizada, na grande maioria dos casos inseridas em suas comunidades. Recebe, também, apoio direto de quase 120 mil pessoas, que ajudam na organização do Dia da celebração da Vida, trabalham como motoristas, cozinheiros ou na diversão de crianças das comunidades. Consegue-se assim juntar a capacidade organizativa de uma Organização da Sociedade Civil com a escala que permite a intensa participação das pessoas nas comunidades assistidas.

Um dado importante é o registro de que, dentre este grande número de voluntários, cerca de 122 mil (quase 80%) vivem em favelas ou palafitas, nos grandes bolsões de pobreza do país. São, na grande maioria, mulheres (95%) e quase a totalidade (98%) pertencentes às classes sociais C e D.

São mais de sete mil equipes de coordenação espalhadas pelo Brasil, formadas por pessoas que são capacitadas pela própria Pastoral da Criança para ajudar as mães. Segundo depoimento do coordenador de relações institucionais da Pastoral da Criança, Clóvis Bouffleur, existem voluntários das mais diversas faixas etárias que também atuam como agentes comunitários de saúde, para o Ministério da Saúde.

4.4 PERFIL E RESULTADOS DA ATUAÇÃO DOS LÍDERES VOLUNTÁRIOS

Nesta seção foram apresentados os resultados obtidos por meio do trabalho dos líderes comunitários da Pastoral da Criança que se referem aos indicadores das três Categorias de Análise desta pesquisa. Na seqüência são descritos o perfil e as principais atividades desenvolvidas por estes voluntários.

4.4.1 Mortalidade infantil

A mortalidade infantil na Pastoral da Criança é de 14 óbitos durante o primeiro ano de vida para cada mil nascidos vivos. Esse número é inferior à metade da

mortalidade infantil no Brasil, de acordo com o último Senso Demográfico do IBGE realizado no ano de 2000. Este índice, no Brasil, segundo este senso, era de 30,1 mortes no primeiro ano de vida para cada mil crianças nascidas vivas. Significa dizer que nas regiões onde a Pastoral da Criança atua morrem 1,4% das crianças nascidas vivas, enquanto no Brasil (incluindo as regiões onde a Pastoral atua), morrem 3,01 % das crianças nascidas vivas.

É preciso registrar que a Pastoral da Criança atua nas regiões onde se encontram as comunidades menos assistidas. Importante registrar que quase 50% dos líderes comunitários moram em favelas ou palafitas. Este fato atribui uma importância maior ao resultado obtido neste indicador pelo trabalho voluntários da organização.

Segundo estudo realizado pelo IBGE (2005), a taxa de mortalidade infantil no Brasil três anos após o senso já havia sido reduzida, passando das 29,6 mortes em 2000 para 25,8 óbitos antes de um ano de vida para cada mil nascimentos de crianças vivas. Em algumas regiões mais pobres, como no Nordeste, o índice caiu de 45,2 por mil para 38,2 óbitos antes de um ano para cada mil nascidos vivos. A melhoria deste indicador teve como principal causa a atuação da Pastoral da Criança nestas regiões menos assistidas.

Os dados referentes à mortalidade infantil no período entre 2000 e 2005 no Brasil, por regiões, segundo este estudo do IBGE estão na tabela a seguir:

REGIÃO	2000	2005	REDUÇÃO
NORTE	30,9	29,6	13,9%
NORDESTE	45,2	38,2	15,5%
SUDESTE	22,2	18,9	14,9%
SUL	20,5	17,2	16,1%
CENTRO-OESTE	23,3	20,1	13,7%
MÉDIA/PAÍS	30,1	25,8	14,3%

TABELA 4 - MORTALIDADE INFANTIL ENTRE 2000-2005, POR REGIÕES.

Fonte: IBGE (2005)

Apesar da expressiva redução obtida nos índices de mortalidade infantil nos últimos anos, o Brasil ainda é um país com uma das maiores ocorrências de óbitos entre crianças com até um ano dentre os países latino-americanos. Neste indicador, o Brasil supera apenas a Bolívia (63/1000), o Peru (41/1000) e a Guiana (40/1000) – dados relativos a estes países disponibilizados pelo IBGE (2001).

4.4.2 Desnutrição infantil

Assim como tem ocorrido com a mortalidade infantil, nas regiões onde a Pastoral da Criança atua o índice de desnutrição infantil é inferior em mais de 50% ao índice nacional. Dentre as mais de 1,8 milhão de crianças acompanhadas pelos líderes comunitários da Pastoral, apenas 7% encontravam-se desnutridas, segundo o relatório do ano de 2005. A média nacional é de 16% de crianças desnutridas entre 0 e 6 anos.

O resultado obtido pela Pastoral da Criança é decorrente de um programa de suplementação alimentar chamado de 'multimistura', uma espécie de farofa feita com ingredientes simples, fáceis de serem encontrados e de custo muito baixo. Os ingredientes mais utilizados no preparo da 'multimistura' são, segundo Eveline Cunha Moura, nutricionista da Pastoral da Criança:

- farinhas de trigo, de aveia, de milho que ajudam na formação dos músculos;
- sementes, que são ricas em gordura, proteínas, vitaminas e minerais;
- farelos de trigo e de arroz, ricos em vitaminas ferro, cálcio, zinco e fibras, que contribuem para a formação do sangue e dos ossos;
- cascas de ovos, muito ricas em cálcio
- folhas verde-escuras, muito ricas em vitaminas A, ferro e cálcio, além de outros nutrientes.

Pode-se empregar a 'multimistura' no preparo de pães e junto às refeições, sempre na etapa final do preparo de algum cozimento.

Das regiões onde a Pastoral da Criança atua, o Estado do Paraná tem o menor índice de desnutrição infantil do país, segundo os últimos dados disponíveis em sua página, na rede mundial de computadores. Neste mesmo contexto, o maior índice de desnutrição infantil é do Estado de Alagoas.

4.4.3 Em busca das gestantes

Em Setembro de 2004 a Pastoral da Criança lançou o Programa Em Busca das Gestantes. O principal objetivo deste projeto é aumentar o número de mulheres em período de gestação acompanhadas pelos líderes voluntários comunitários da organização.

Segundo depoimento da Dra. Zilda Arns, quanto mais cedo as gestantes forem acompanhadas, mais chances as crianças têm de nascerem saudáveis. Ao acompanhar a gestante desde os primeiros meses de gravidez, ajudamos a mãe e o bebê a terem melhores condições de saúde física, mental e emocional.

Após um ano de implantação deste programa, o número de gestante havia aumentado de aproximadamente 84 mil para perto de 100 mil mulheres, acusando um crescimento superior a 15%. Destas gestantes acompanhadas, mais de 90% fazem regularmente consultas pré-natal,

Este programa está alinhado com uma das “8 Metas do Milênio”, aprovadas por 191 países, em reunião da ONU, ocorrida em 2000: melhorar a saúde das gestantes até 2015.

No Brasil, somente a metade das gestantes realiza as seis consultas de pré-natal recomendadas durante a gestação, segundo dados da Secretaria de Vigilância em Saúde (2004), órgão atrelado ao Ministério da Saúde, divulgados pelo Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. A missão dos líderes voluntários da Pastoral é identificar e convencer essas gestantes das comunidades onde atuam a buscarem o serviço de saúde.

No terceiro trimestre de 2005, o trabalho desenvolvido pelos líderes comunitários da Pastoral da Criança contribuiu para que a desnutrição entre as gestantes fosse 13% menor em relação ao mesmo período do ano anterior,

reduzindo em 9% o número de crianças que nasceram com baixo peso, ou seja, menos de 2,5 Kg.

Pode-se perceber que este programa tem reflexos diretamente sobre os dois indicadores anteriores – mortalidade infantil e desnutrição infantil, pois uma gravidez saudável contribui para que a criança nasça com saúde e tenha condições de se desenvolver melhor.

4.4.4 Líder voluntário

De acordo com a coordenação da Pastoral da Criança, para que uma pessoa possa atuar como líder voluntário nas comunidades, a serviço da organização, é preciso que preencha alguns requisitos, quais sejam:

- a) Ser capacitada pela Pastoral da Criança, dentro do programa de capacitação contínua desenvolvido e mantido pela organização;
- b) Ter disponibilidade de tempo para desenvolver as atividades, pois as informações decorrentes de sua atuação precisam ser transmitidas às coordenações para que sejam totalizados, permitindo, assim, aferir o resultado dos trabalhos desenvolvidos;
- c) Possuir um perfil em que se destaquem as características de saber ouvir, observar, acatar, sorrir e ter um bom coração, além da vontade de participar na melhoria das condições de vida das famílias pobres;
- d) Ser alfabetizada ou conte com apoio de um alfabetizado para o preenchimento da Folha de Acompanhamento Básico – FAB, ferramenta utilizada para o trabalho junto às gestantes e às crianças;
- e) Morar na comunidade ou muito próximo a ela e, portanto, conheça a realidade dessa comunidade;
- f) Ter a capacidade e a vocação de somar esforços e compartilhar.

Um líder comunitário voluntário da Pastoral da Criança assume o compromisso de desenvolver e relatar os resultados das atividades necessárias ao

propósito da organização. Esse compromisso é formalizado por meio do registro de sua adesão ao Livro de Outro da Pastoral. Dentre as atividades que desenvolve, um líder deve:

- Identificar as crianças menores de seis anos e as gestantes da comunidade;
- Cadastrar no Caderno do Líder e acompanhar as crianças e famílias em ações básicas de saúde, nutrição, educação infantil e cidadania;
- Fazer visitas domiciliares mensais às crianças e às famílias acompanhadas;
- Preencher os dados mensais do Caderno do Líder e repassa durante a Reunião de Reflexão e Avaliação para que seja preenchida a FABS da comunidade;
- Organizar o 'Dia da Celebração da Vida', até 2002 denominado o 'Dia do Peso', pois neste encontro as crianças da comunidade são pesadas e têm seus dados e os de sua mãe registrados nas FABS.

4.4.5 Análise interpretativa dos conteúdos

A busca por um modelo de desenvolvimento, que seja sustentável, tem propiciado aos três setores: público, privado e Terceiro Setor, em todos os países e em todas as esferas, a possibilidade de articulação de forma mais efetiva. Este movimento tem propiciado um rápido crescimento das organizações da sociedade civil que compõem o Terceiro Setor. Neste movimento, a estratégia de iniciar a partir de ações locais, surgidas nas comunidades e em parceria com elas, tem-se mostrado como um dos mais eficazes por diversas razões. Dentre estas pode-se destacar:

- o fato de surgir nas comunidades ou atuar com membros a ela pertencentes, a OSC incorpora a percepção da realidade de pessoas que, efetivamente, a vivem;
- por conhecerem e vivenciarem os seus problemas, as pessoas moradoras das comunidades enxergam com maior objetividade e menor margem de erro as mudanças necessárias para o desenvolvimento do local. Neste aspecto a

visão das mudanças necessárias tende a envolver um número maior de pessoas voluntárias no planejamento e nas ações que se percebem como necessárias;

- o entendimento de que o ambiente está em permanente mudança – uma das metáforas de Morgan – e de que uma intervenção na realidade local desejada pelas pessoas que vivem essa realidade, configura-se como um forte argumento para a adesão de pessoas de comunidades próximas, estabelecendo uma rede de participação e solidariedade em prol do alcance dos objetivos das organizações da sociedade civil;
- por tender a capturar o comprometimento de um maior número de pessoas nas ações propostas para tal desenvolvimento, é grande a possibilidade de se tornar uma atividade organizada e, portanto, duradoura, sustentável.
- ao se organizar ou buscar a sua atuação por meio de iniciativa de líderes naturais das comunidades, cria-se um ambiente propício para o desenvolvimento destas lideranças, de forma a tornar todo o processo sustentável.

O papel do voluntariado dentro deste cenário ganha importância especial por ser o trabalhador voluntário membro da comunidade que recebe a ação. No caso da Pastoral da Criança a estruturação do trabalho conta, em quase a sua totalidade, com a colaboração de pessoas que estão inseridas nas comunidades. A estas pessoas, chamadas de líderes voluntários, a Pastoral desenvolveu um processo de capacitação contínua desses líderes, de tal forma que eles se investem de um poder reconhecido e, por vezes, invejado, por grande parte dos membros das comunidades onde a Pastoral atua. É a formação de um tipo de liderança que a partir do final da década de 1990, vem sendo chamada de liderança servidora.

Para Hunter (2004), grande parte das pessoas conhece muito sobre liderança, mas não sabe liderar. O desafio está na execução. Liderar, segundo a visão deste autor, é como ser um atleta ou um músico: deve ser desenvolvida com a prática.

A grande dificuldade desse tipo de liderança é que, para ser líder servidor, a pessoa tem que ter humildade. Hunter (2004) define o líder servidor como aquela pessoa com habilidade de identificar e ir ao encontro das legítimas necessidades – e

não desejos – dos outros. Desta forma o líder servidor influencia a comunidade para que possam contribuir completamente com seus recursos, visando o alcance das metas e o bem estar comum, mas com um caráter que inspire confiança.

O ser humano é mutável e tem a capacidade de fazer escolhas transformadoras da realidade em que vive. Ser um líder servidor é desenvolver competências como paciência, gentileza, humildade, respeito e altruísmo, por meio de auto-controle, observação, autenticidade, liberdade e do exercício do perdão.

O líder servidor pensa coletivamente e doa-se em favor do grupo. É o que se pode constatar nas lideranças da Pastoral da Criança. Os líderes adquirem o reconhecimento da sua autoridade por parte dos membros da sua comunidade aproximando-se dos vizinhos, desenvolvendo laços de confiança, de incentivo e de cooperação mútua, em pé de igualdade com os outros membros de sua comunidade.

Oliveira (2006), sintetizando parte de um discurso proferido por Rudolph Giuliani, ex-prefeito de Nova York, proferido em 2005, indica seis princípios da liderança, que são descritos na figura 9, a seguir:

PRINCÍPIO	CARACTERÍSTICA
Crer em suas idéias	O líder deve conhecer e confiar em suas idéias, pois as pessoas são lideradas justamente por meio dessas idéias ou princípios
Otimismo	As pessoas seguem esperança, seguem sonhos. Na prática, seguem pessoas que apresentam soluções para seus problemas
Coragem	É preciso saber administrar o medo, pois coragem não é a ausência de medo. Ser líder é saber lidar com o medo, com o risco
Treinamento	Para controlar o medo é preciso muito treinamento, preparar-se sem trégua. Agindo assim, o líder consegue se antecipar ao que vai acontecer
Trabalho em equipe	Líderes que estão no comando precisam ser lembrados como tal. Assim, é preciso que o líder conheça suas fraquezas justamente para poder encontrar, dentre as pessoas lideradas, aquelas que possam equilibrar tais deficiências
Comunicar-se	Para ser um líder, suas idéias e princípios precisam entrar na mente e no coração das pessoas. A maneira de se atingir tal objetivo é conversar com as pessoas, comunicar-se.

FIGURA 9: PRINCÍPIOS DA LIDERANÇA

Fonte: adaptação do autor

A realização das idéias e dos princípios se faz por meio de outras pessoas. No caso dos líderes da Pastoral da Criança, pode-se observar todos esse princípios com relativa facilidade, principalmente quando se observa o cuidado que a organização tem com a capacitação de seus colaboradores voluntários.

O líder comunitário da Pastoral da Criança desenvolve, como decorrência do processo de capacitação da instituição, características empreendedoras da mesma forma que os empreendedores da iniciativa privada o fazem. É mais do que uma ação filantrópica de ajuda ao próximo. A diferença é que na visão dos empresários, o empreendedorismo visa o mercado, visa valor econômico e visa lucros financeiros, em última instância. No caso da Pastoral da Criança são desenvolvidas características nos líderes voluntários que se apontam mais na direção do empreendedorismo social.

O empreendedor social é uma pessoa com uma missão social, que para ele é central e explícita. Segundo Dees (1998), para ser um empreendedor social são necessárias cinco características básicas:

- a) adotar uma missão de gerar e manter valor social;
- b) buscar novas oportunidades para servir a tal missão;
- c) engajar-se num processo de inovação e aprendizado contínuo;
- d) agir arrojadamente, sem se limitar pelos recursos disponíveis;
- e) ser transparente com seus parceiros e públicos de interesse.

Os líderes voluntários da Pastoral da Criança desenvolvem praticamente todas estas características, dentro do processo de capacitação elaborado pela organização. Mais do que incorporar uma nova tarefa em suas vidas, esses líderes se comprometem com a missão da Pastoral, formalizando este compromisso por meio da assinatura do Livro de Ouro, que é o documento de formalização do ingresso de novos voluntários nas comunidades.

Os líderes identificam continuamente novas oportunidades de atuação da Pastoral, razão pela qual a organização vem ampliando a sua área de atuação na

direção da alfabetização e do exercício da cidadania. Todos os líderes passam, dentro da Pastoral da Criança, por um contínuo processo de capacitação e de inovação na forma de agir. Os primeiros ensinamentos para tomada de decisão no processo de capacitação de novos líderes são: ver, julgar e agir. E, finalmente, por pertencerem à comunidade em que atuam, são transparentes, colaboradores e multiplicadores dos ensinamentos recebidos nos processos de aperfeiçoamento do trabalho voluntário na Pastoral da Criança.

Os resultados constatados na redução dos índices de mortalidade infantil e de desnutrição infantil e no aumento contínuo do número de gestantes atendidas pelos líderes voluntários comunitários da Pastoral da Criança dão prova da eficácia da tecnologia de capacitação desenvolvida pela Pastoral da Criança em seus 23 anos de existência.

Segundo depoimento de todas as coordenadoras entrevistadas, dois aspectos são fundamentais para o sucesso da atuação dos líderes voluntários na promoção do desenvolvimento das comunidades onde moram: o processo de capacitação desenvolvido pela organização e o monitoramento contínuo das atividades desenvolvidas por estes líderes.

Acredita-se que um terceiro e importante aspecto neste processo, comentado por uma das coordenadoras, precisa de ser levado em consideração. Esta coordenadora, quando questionada sobre as razões do sucesso do trabalho dos líderes da Pastoral ela respondeu, prontamente: a mística. Segundo o seu depoimento, esta mística é a responsável pelo crescimento em base sustentável do movimento da Pastoral da Criança, pois propicia que o voluntário fortaleça a sua fé no amor ao próximo ao desenvolver as suas atividades.

O fato de ter-se desenvolvido superpondo-se à rede de paróquias da Igreja Católica, contribuiu para o sucesso da Pastoral da Criança, sob dois pontos de vista:

- a) possibilitou o rápido crescimento. Em 23 anos, são quase 40 mil comunidades assistidas, atualmente, em mais de quatro mil municípios brasileiros, aproveitando a capilaridade da instituição religiosa, em um dos maiores países católicos do mundo;
- b) um comprometimento do voluntário com sua atividade. Em grande parte das instituições que recebem ajuda de voluntários, as recebe segundo a

disponibilidade de tempo e adequação de agenda do trabalhador voluntário. O voluntariado na Pastoral da Criança difere do acima citado em dois aspectos: o primeiro é que o objeto de trabalho dos voluntários são, basicamente, gestantes e crianças recém-nascidas, que, pela própria natureza da situação, não podem aguardar disponibilidade de tempo do voluntário. O segundo é que, ao aderir ao movimento, por envolvimento nas paróquias das Igrejas Católicas, a sua atividade ganha uma dimensão espiritual. “Atuar como líder alimenta o meu espírito”, registrou um dos líderes entrevistados.

Torna-se importante reforçar que todas as vezes que, nesta pesquisa, refere-se ao trabalho dos líderes comunitários da Pastoral da Criança, está-se referindo ao serviço prestado por pessoas voluntárias. Pela própria definição do trabalho voluntário – doação de parte de tempo e conhecimento sem a contrapartida da remuneração – e o foco da atuação dessas pessoas – mães gestantes e bebês, ou, em outras palavras, a vida de terceiros, o caráter empreendedor dos líderes da Pastoral adquire uma dimensão maior.

Conforme o depoimento de uma das coordenadoras entrevistadas, não é possível identificar em que tipo de pessoa um líder comunitário da Pastoral da Criança se transforma, com o passar do tempo e após os diversos processos de capacitação. “Somente sendo um líder voluntário da Pastoral para saber o que é”, disse esta coordenadora, que foi líder comunitária por seis anos.

A atuação do líder voluntário comunitário da Pastoral da Criança tem um forte vínculo com o outro ser humano por ele assistido e essa preocupação não se fundamenta na razão e sim no amor. Fornece as condições para que seja atingido o equilíbrio entre a dimensão solitária da pessoa, antes de tornar-se líder voluntário, com a pessoa social, que se relaciona com o próximo, da mesma comunidade.

5. CONCLUSÕES

O crescimento do interesse pelo exercício do voluntariado por parte de pessoas de todos os níveis sócio-econômicos guarda uma relação direta com o crescimento do Terceiro Setor. O número de OSC cresce como consequência do desejo que o ser humano tem de verem reduzidas as desigualdades sociais e de participar diretamente da construção de uma sociedade, onde a qualidade de vida de todas as pessoas, que vivem hoje e que viverão no futuro, seja o objetivo principal.

O desenvolvimento econômico só resultará em desenvolvimento humano e social se forem atendidas as condições de redistribuição de renda, poder, e conhecimento. Desta forma pode-se chegar a um modelo de desenvolvimento sustentável. Crescer, economicamente, passará a ser importante quando for beneficiar seres humanos que vivem em todas as localidades. Conclui-se, portanto, que um modelo possível é o que promove o desenvolvimento local. De acordo com Sachs (2003), este objetivo será atingido quando não tiver o crescimento como um fim em si mesmo, mas sim o ser humano como a referência maior.

Na análise interpretativa dos conteúdos do capítulo anterior comenta-se sobre a importância da estruturação do trabalho dos líderes ocorrer a partir do local onde moram. Tal constatação parece ser irrefutável, o que corrobora a primeira hipótese dessa pesquisa. No que diz respeito à Pastoral da Criança, segundo um dos entrevistados, o fato de o líder voluntário pertencer à comunidade agiliza o processo de aceitação e de implantação da pastoral naquele local.

Outra vantagem da inserção da liderança pontada pelos entrevistados é a força que o vínculo existente entre o líder e a comunidade adquire. Pelo fato do voluntário conhecer a gestante, ter acompanhado o nascimento das crianças e promover mensalmente o dia da Celebração da Vida, de ambas as partes – voluntário e assistido – o vínculo de relacionamento entre as duas partes cresce e se fortalece.

O voluntariado, segundo os dados obtidos nas entrevistas e questionários realizados nesta pesquisa, configura-se, de fato, como o elemento de viabilização e de sustentação das atividades propostas pela organização Pastoral da Criança. Tal

constatação corrobora com a segunda hipótese, a que sugere que a organização, objeto desta pesquisa, sobrevive e se desenvolve a partir da estruturação de seu voluntariado.

Percebe-se, portanto, que o trabalho desenvolvido pelos líderes comunitários voluntários é diretamente responsável por algum aspecto do desenvolvimento de sua comunidade, seja por meio da redução dos indicadores de mortalidade e de desnutrição infantis demonstrados nas páginas 81 e 82, seja pela vigilância da saúde das gestantes, ou ainda por meio de novos programas elaborados pela organização a partir de oportunidades identificadas por estes mesmos líderes. Dentre estes programas pode-se destacar a prevenção de acidentes domésticos, a educação essencial para o desenvolvimento global da criança, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis junto às famílias e jovens da comunidade e alfabetização de jovens e adultos.

Ao se observar os resultados obtidos pela Pastoral da Criança por meio de suas ações junto às comunidades, chega-se à conclusão de que é uma organização que obtém sucesso no alcance de seus objetivos. Atingir resultados de redução da mortalidade infantil com índices 50% acima dos índices obtidos por ações diretas do Poder Público, com um gasto mensal por criança inferior a R\$ 1,50, é um feito de inegável sucesso. Parte do problema de pesquisa fica, então, respondida.

O questionamento que ainda ocorre relaciona-se com as razões desse sucesso. Esta reflexão adquire uma dimensão ainda maior quando se observa que a Pastoral da Criança atua em mais de 4 mil municípios brasileiros, em todos os Estados da Federação, em realidades tão distintas, como uma favela do Rio de Janeiro, um bairro de classe média baixa de Uberlândia ou uma pequena aldeia sem energia do interior do Estado do Piauí.

A Pastoral da Criança, por ter se estabelecido sobre a estrutura existente da Igreja Católica, agregou à atividade assistencial um forte componente de espiritualidade. Esse novo elemento, conhecido na organização como a mística da Pastoral da Criança, reforça a ação que supre o desejo de assistir ao próximo, fruto da razão por amor ao próximo. A assistência do voluntário deixa de ser um mero acompanhamento de casos para ser uma atividade que alimenta espiritualmente o assistente, no caso da Pastoral. De acordo com a organização, essa mística é

responsável por impulsionar e animar o grande número de voluntários em busca dos objetivos da instituição.

Outro elemento importante para a sustentabilidade das ações da Pastoral da Criança é o processo como a organização estruturou, tanto os métodos de capacitação, quanto o monitoramento das atividades dos líderes voluntários. Partindo de informações e sugestões fornecidas pelos próprios líderes nesses 23 anos de atividade da Pastoral, a organização aperfeiçoou seus processos de recebimento, compilação e divulgação dos dados, de uma forma muito simples e criativa.

A Pastoral atua principalmente nas regiões de pobreza, tendo entre seus líderes pessoas semi-alfabetizadas. Por esta razão, o instrumento de coleta de informações de uso dos voluntários tem que ser bastante simples, com instruções de preenchimento muito claras. Não é possível, ainda, pensar em processo informatizado, pois em algumas regiões nem energia elétrica há. A FAB de 2007, cujo modelo está no Anexo C, é o resultado de aperfeiçoamento do primeiro instrumento de coleta de dados utilizado pela Pastoral em seu projeto piloto de Florestópolis – PR. Ano após ano surgem idéias nas bases, ou seja, nas comunidade - no local, portanto – que são transmitidas como rede para as diversas coordenações e que acabam sendo fatores de aperfeiçoamento da FAB anterior.

A forma como são coletadas as informações também é bastante simples. Cada líder entrega suas FABs com os dados coletados referentes às famílias, gestantes, crianças e recém-nascidos para a sua coordenação da comunidade. As pessoas responsáveis pela coordenação da comunidade entrega as FABs para as coordenadoras de ramo e estas para as de setor. As coordenações de setor é que encaminham para as coordenações de núcleo ou estaduais e estas fazem os dados chegarem à coordenação nacional em Curitiba – PR, onde todos os dados são compilados, em sistema de informações próprio da instituição. Apenas nesta última etapa o processo é informatizado.

Todo o processo é muito simples, objetivo, de baixo custo e eficaz. A Pastoral da Criança consegue informações muito mais precisas dos indicadores de mortalidade e desnutrição infantis do que, por exemplo, os órgãos públicos das três instâncias, responsáveis pela área da saúde da população. Com este método, a Pastoral garante uniformidade das informações recebidas, o que permite que a

organização possa fazer suas correções de rumo, seu planejamento e melhor direcionar suas ações.

A abordagem metodológica desenvolvida pela Pastoral da Criança, a maior organização da sociedade civil brasileira, elaborada a partir de contribuições dos líderes comunitários – do local, portanto, para a gestão de seus mais de 155 mil líderes voluntários, surge como a resposta que melhor explica o sucesso da atuação da instituição. É um método próprio de aprendizagem organizacional, pois todas as alterações de curso ou todo o planejamento da instituição é feito à partir do local. Neste fato pode residir o caráter de sustentabilidade da organização.

A Pastoral da Criança é um exemplo de organização do Terceiro Setor que, mesmo antes de se discutir formas de DLIS, já atuava na promoção do desenvolvimento local, buscando, a partir de das experiências vivenciadas pelos voluntários, suas próprias formas de sustentabilidade. Demonstrou que é possível reduzir os problemas de desigualdade social por meio da atuação da articulação de pessoas das próprias comunidades carentes. Constitui-se, portanto, como o exemplo mais característico do que se considerou chamar de Terceiro Setor. Por sua forma de atuação e resultados obtidos, destaca-se das demais organizações que se abrigam sob a denominação de Terceiro Setor.

De acordo com depoimento da Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança, “cada setor da sociedade precisa assumir a sua responsabilidade, pois a construção de uma cultura de paz beneficia a todos, pobres e ricos. A desigualdade social não é boa para ninguém, apesar de ser pior para os excluídos”.

Na Pastoral da Criança, governo, empresários e a população organizada somam esforços, cada um exercendo seus deveres e exigindo o cumprimento dos direitos de todos, em um processo de apoio recíproco, para a melhoria das condições de vida de todos.

6. SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Por ser um estudo de caso, esta pesquisa apresenta algumas limitações, dentre as quais a impossibilidade de generalização pode ser considerada a mais restritiva. O estudo de caso de fenômenos sociais pode apresentar vieses em seus resultados, como uma decorrência natural da falta de rigor metodológico e das técnicas utilizadas para obtenção dos dados.

Sugere-se, portanto, que novas pesquisas explorem os seguintes aspectos:

- a) sejam feitas em outras regiões e em outros intervalos de tempo, na mesma organização da Pastoral da Criança, como forma de ampliar no tempo e no espaço a validação das confirmações obtidas neste estudo;
- b) sejam realizadas em outras instituições do Terceiro Setor que trabalhem com o voluntariado, mas que não possuam o forte vínculo que a Pastoral da Criança tem com a Igreja Católica;
- c) examinem outras razões para o desenvolvimento sócio-econômico de comunidades, de forma independente da atuação da Pastoral da Criança;
- d) estudem a atuação dos agentes de saúde pública, vinculados ao Ministério da Saúde do Governo;
- e) comparem o desenvolvimento de comunidades onde a Pastoral da criança atue que apresentem indicadores sócio-econômicos distintos;
- f) identifiquem formas de atuação de lideranças servidoras em outras organizações do Terceiro Setor;
- g) examinem a possibilidade de ampliação para áreas distintas da saúde – educacional, por exemplo – da atuação dos voluntários da Pastoral da Criança;
- h) verifiquem casos estrangeiros de sucesso semelhantes ao da Pastoral da Criança, por meio de literatura publicada em outros países;

REFERÊNCIAS

- ALLEN, R. **Estratégia Mundial de Conservação**. São Paulo: IUCN/WWF/UNEP, 1980.
- BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- BARBIERI, José C. **Desenvolvimento e meio ambiente: estratégias de mudança da Agenda 21**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- BELLEN, Hans Michel van. **Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação**. Revista Ambiente e Sociedade, v.VII, n.1, p.65-87, Jan./Jun. 2004.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da Pesquisa: monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Atlas, 2007.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e Política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- CALDAS, Eduardo de Lima. **Desenvolvimento Local: concepções, avanços e desafios** (2003). Artigo disponível em www.polis.org.br, consultado em 15.01.2007.
- CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CASANOVA, Naria Amélia R. et al. **Orientações e providências preliminares para fundações e entidades do terceiro setor**. Ministério Público do Estado do Paraná. Curitiba: Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, 2005.
- CASTOR, Belmiro V. Jobim C. **O Brasil não é para amadores: Estado, Governo e Burocracia na Terra do Jeitinho**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2004.
- CETS – Centro de Estudos do Terceiro Setor. **Mapa do Terceiro Setor**, disponível em www.mapa.org.br. Acesso em 10.fev.2007.
- CHANLAT, Jean-Francois. **O Indivíduo na Organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1996.
- COELHO, Simone C. T. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre o Brasil e os Estados Unidos da América**. São Paulo: Ed. Senac, 2000.
- CONGRESSO NACIONAL. **Código Civil – Lei nr 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Pesquisa realizada no endereço eletrônico www.planalto.gov.br. Acesso em 29.jan.2007.
- CONGRESSO NACIONAL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Pesquisa realizada no endereço eletrônico www.planalto.gov.br. Acesso em em 29.jan.2007.

DEES, Gregory J. **O Significado de Empreendedorismo Social**. Universidade de Stanford, (Stanford University) 1998. Disponível em : <http://www.gsb.stanford.edu/services/news/DeesSoцентrepPaper>. Acesso em 01.mar.2007.

LANDIM, Leilah; SCALAN, M. Celi. **Doações e trabalho voluntário no Brasil**: uma pesquisa. Rio de Janeiro: Viveiros de castro Editorial, 2000.

DRESNER, Simon. **The principles of sustainability**. London: Earthscon, 2002.

DRUCKER, Peter F. **Administração de organizações sem fins lucrativos**: princípios e práticas. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

FERNANDES, R. C. O que é Terceiro Setor? In: IOSHPE, Evelin (org.). **Desenvolvimento Nacional Sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.25-33.

FERRAREZI, Elizabeth; REZENDE, Valéria. **OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público: a lei 9.970/99 como uma alternativa para o terceiro setor**. Brasília: Comunidade Solidária, 2002.

FERRARI, Afonso Trujillo. **Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1982.

FLEURY, Maria Tereza L.; OLIVEIRA Jr., Moacir de M. **Gestão Estratégica do Conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2001.

FÓRUM UNIVERSAL DA CULTURA. **Agenda 21 da Cultura**: um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural. Barcelona, 2004.

FRANCO, Augusto de. **Por que precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Separata do número 3 da Revista Século XXI. Brasília: Millenium – Instituto de Política, 2000.

FREITAS, M. E. Viver a tese é preciso! In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (orgs.). **A bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2002. p.215-226.

GALANTINO, Nunzio. **Dizer Homem Hoje**: novos caminhos da antropologia filosófica. São Paulo: Paulus, 2003.

GIFE Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. 4º Congresso GIFE sobre Investimento Privado ocorrido em Mai./2006. **Desafios para uma sociedade sustentável**. Disponível em www.gife-cav2006.org.br. Acessado em 20.dez.2006.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GRAY, John. **Cachorros de Palha**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HAWKEN, P.; LOVINS, A.; LOVINS, L. H. **Capitalismo Natural**: criando a próxima revolução industrial. São Paulo: Cultrix, 1999.

HUNTER, James C. **O Monge e o Executivo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

IBGE – Instituto brasileiro de geografia e estatística. Dados de pesquisas sobre o **Terceiro Setor e ONGs**. Disponíveis em www.ibge.org.br. Acessado em 01.fev.2007.

IOSCHPE, Evelyn B. (org.). **Terceiro Setor**: desenvolvimento nacional sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- KIM, Daniel; SENGE, Peter; PUTNAM, Robert, WARDAMAN, Kellie T. (org.) – **Criando organizações que aprendem**. Futura: São Paulo, 1996.
- LAKATOS, Eva M.; MARCONI, M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2004.
- LANDIM, Leilah; SCALAN, M. Celi. **Doações e trabalho voluntário no Brasil**: uma pesquisa. Rio de Janeiro: Viveiros de castro Editorial, 2000.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LEAL FILHO, José G. **Aprendizagem organizacional e gestão estratégica participativa**: teoria e prática para a criação de organizações que aprendem. Curitiba: Juruá Editora, 2005.
- LEWIS, Sandra. Tipos de organizações do Primeiro, Segundo e Terceiro Setores, sob o aspecto jurídico. **Notas de aula**. Mar./Abr., 2006.
- MARCONDES, Danilo. **Textos Básicos de Filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- MATURANA, H.; REZEPKA, Sima N. **Formação Humana e Capacitação**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MEISTER, José Antônio F. **Voluntário**: uma ação com sentido. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.
- MENDES, Judas Tadeu G. **Economia**: fundamentos e aplicação. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, v.9, n.3, p. 239-262, 1993.
- MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MOUNIER, Emmanuel. **Manifesto ao Serviço do Personalismo**. Lisboa: Guimarães, 1967.
- NADLER, David A.; GEERSTEIN, Marc S.; SHAW, Robert B. e associados. **Arquitetura Organizacional**: a chave para a mudança empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- NEVIS E. C.; DIBELLA, A. **Como as organizações aprendem**. São Paulo: Educator, 1999.
- NONAKA, I. ; TAKEUCHI, K. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- NUNES, Andréa. **Terceiro Setor** - controle e fiscalização. São Paulo: Método, 2006.
- OLIVEIRA, Gilson B.; SOUZA LIMA, José Edmilson de. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**, Curitiba, v.6, p. 29-37, 2003.
- OLIVEIRA, Gilson B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p. 37-48, maio/ago. 2002.
- OLIVEIRA, Jayr F. **Profissão Líder**: desafios e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2005.

- OLIVEIRA, Jayr F.; MARINHO, Robson M. **Liderança**: uma questão de competência. São Paulo: Saraiva, 2005.
- PAIS, Daniela. **Incentivos fiscais para a área social**. Artigo publicado em 18.dez.2003, disponível em: www.gife.org.br. Acesso em 22.set.2005.
- PASTORAL DA CRIANÇA. **Guia do Líder**. 27-29. eds. Curitiba: Pastoral da Criança, 1999-2007.
- PASTORAL DA CRIANÇA. **Jornal da Pastoral da Criança**. n.75-84. Curitiba: Pastoral da Criança, 2005/2006.
- PEDRO, Suziméri V. P. S. **Responsabilidade Social**: uma análise sobre as ações da UNIOESTE – Campus Cascavel. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 2003.
- RICHARDSON, J. R. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3.ed., São Paulo: Atlas, 1999.
- RITS. Rede de Informações do Terceiro Setor. O que é o Terceiro Setor? In: **Revista Eletrônica Integração**, disponível em www.integracao.fgvsp.br. Acesso em 18.dez.2006.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2.ed., 1994.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamand, 2002.
- SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho**. Rio de Janeiro: Garamand, 2003.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Cultrix, 1994.
- SELTIZ, C. et al. **Metodologia de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Ed. Pedagógica Universitária, 1974.
- SENGE, Peter M. **A Quinta Disciplina**: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. 16. ed., São Paulo: Best Seller, 2004.
- SILVA, C. L.; MENDES, J. T. G. **Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SZAZI, Eduardo (org.). **Terceiro Setor**: temas polêmicos. São Paulo: Peirópolis, 2004.
- TERRA, José Cláudio C. **Gestão do Conhecimento**: o grande desafio empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- ULTRAMARI, Clóvis. Origens de uma política urbana ambiental. In: **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.3, p.165-178, Jan/Jun. 2001.
- VALLADARES, Angelise (org.). **Tecnologias de gestão**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VELLOSO FILHO, Fernando. Considerações sobre a criatividade. In: **Revista de Administração Pública - RAP**, n.33, p.129-145, Mar./Abr., 1999.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

WILBER, Ken. **Uma Teoria de Tudo**. São Paulo: Cultrix, 2000.

ANEXOS

ANEXO A

Lei 9.790/99 – Lei das OSCIPs



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

DE INTERESSE PÚBLICO

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 2º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

- I - as sociedades comerciais;
- II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
- IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
- V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
- VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
- VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
- IX - as organizações sociais;
- X - as cooperativas;
- XI - as fundações públicas;

XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;

XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

I - promoção da assistência social;

II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V - promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII - promoção do voluntariado;

VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 4º Atendido o disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;

V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdeu aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;

VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;

VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:

a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;

d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo único. É permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título. [\(Incluído pela Lei nº 10.539, de 2002\)](#)

Art. 5º Cumpridos os requisitos dos arts. 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

I - estatuto registrado em cartório;

II - ata de eleição de sua atual diretoria;

III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;

IV - declaração de isenção do imposto de renda;

V - inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 6º Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.

§ 1º No caso de deferimento, o Ministério da Justiça emitirá, no prazo de quinze dias da decisão, certificado de qualificação da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º Indeferido o pedido, o Ministério da Justiça, no prazo do § 1º, dará ciência da decisão, mediante publicação no Diário Oficial.

§ 3º O pedido de qualificação somente será indeferido quando:

I - a requerente enquadrar-se nas hipóteses previstas no art. 2º desta Lei;

II - a requerente não atender aos requisitos descritos nos arts. 3º e 4º desta Lei;

III - a documentação apresentada estiver incompleta.

Art. 7º Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados, ampla defesa e o devido contraditório.

Art. 8º Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei.

CAPÍTULO II

DO TERMO DE PARCERIA

Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

§ 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

§ 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I - a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações

e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V - a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;

VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 11. A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.

§ 1º Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 3º Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata esta Lei estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Art. 12. Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 13. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na [Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#), e na [Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#).

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da organização parceira.

Art. 14. A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para

a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 4º desta Lei.

Art. 15. Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 17. O Ministério da Justiça permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

~~Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos os requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até dois anos contados da data de vigência desta Lei.~~

~~§ 1º. Findo o prazo de dois anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.~~

Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos aos requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até cinco anos contados da data de vigência desta Lei. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#)

§ 1º. Findo o prazo de cinco anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001\)](#)

§ 2º. Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de março de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Renan Calheiros

Pedro Mallan

Ailton Barcelos Fernandes

Paulo Renato Souza

Francisco Dornelles

Waldeck Ornélas

José Serra

Paulo Paiva

Clovis de Barros Carvalho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 24.3.1999.

ANEXO B

LEI 9608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998 - LEI DO VOLUNTARIADO

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo único: O serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 2º - O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições do seu serviço.

Art. 3º - O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias. Parágrafo único: As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1998; 117 da Independência e 110 da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Paiva

ANEXO C

MODELO DA FAB – FOLHA DE ACOMPANHAMENTO BÁSICO

Mês: _____ Ano: _____ Data do preenchimento: __ / __ / __

Nr. de líderes: _____ Número de pessoas na equipe de apoio: _____

Nr de FAMÍLIAS.....

1- Crianças de 0 a 6 anos incompletos cadastradas pelo líder.....

2- Destas crianças cadastradas, quantas são menores de 1 ano.....

3- Crianças de 0 a 6 anos incompletos visitadas no mês.....

4- Destas crianças visitadas, quantas são menores de 1 ano.....

5- Crianças que, no mês, completaram 4 meses.....

6- Destas crianças que completaram 4 meses, quantas estão amamentando.....

7- Crianças pesadas no mês.....

8- Destas crianças pesadas no mês, quantas aumentaram o peso.....

9- Destas crianças pesadas, quantas estavam desnutridas (abaixo do percentil 3).....

10- Crianças que tiveram diarreia no mês.....

11- Destas crianças que tiveram diarreia, quantas tomaram o soro e a mãe insistiu com a alimentação durante a diarreia.....

12- Crianças com vacinas completas para a idade.....

13- Crianças acompanhadas nos indicadores de oportunidades e conquistas.....

14- Segundo os indicadores da pergunta 13, quantas crianças estão em situação de risco (nenhum indicador foi alcançado)

15- Crianças que alcançaram todos os indicadores de oportunidades e conquistas.....

16- Crianças levadas ao serviço de saúde no mês (para vacinação, consulta de rotina ou porque estavam doentes).....

17- Destas crianças levadas ao serviço de saúde, quantas foram atendidas.....

18- Gestantes cadastradas pelo líder.....

19- Gestantes visitadas pelo líder no mês.....

20- Gestantes com vacinas contra o tétano em dia.....

21- Gestantes desnutridas no mês.....

22- Gestantes que foram ao serviço de saúde para consulta Pré-Natal no mês.....

23- Destas gestantes que foram ao Serviço de Saúde para consulta Pré-Natal, quantas foram atendidas.....

24- Crianças que nasceram no mês.....

25- Destas crianças que nasceram no mês, quantas pesaram menos de 2500 gramas.....

26- Crianças que morreram no mês – menores de 1 ano.....

27- Crianças que morreram no mês de 1 a 6 anos incompletos.....

28- Coordenador(a) Ramo visitou a Comunidade? (1=não ; 2= sim ; 9= não informado).....

29- A comunidade possui um brinquedista? (1=não ; 2= sim ; 9 = não informado).....

ANEXO D
ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA PASTORAL DA CRIANÇA

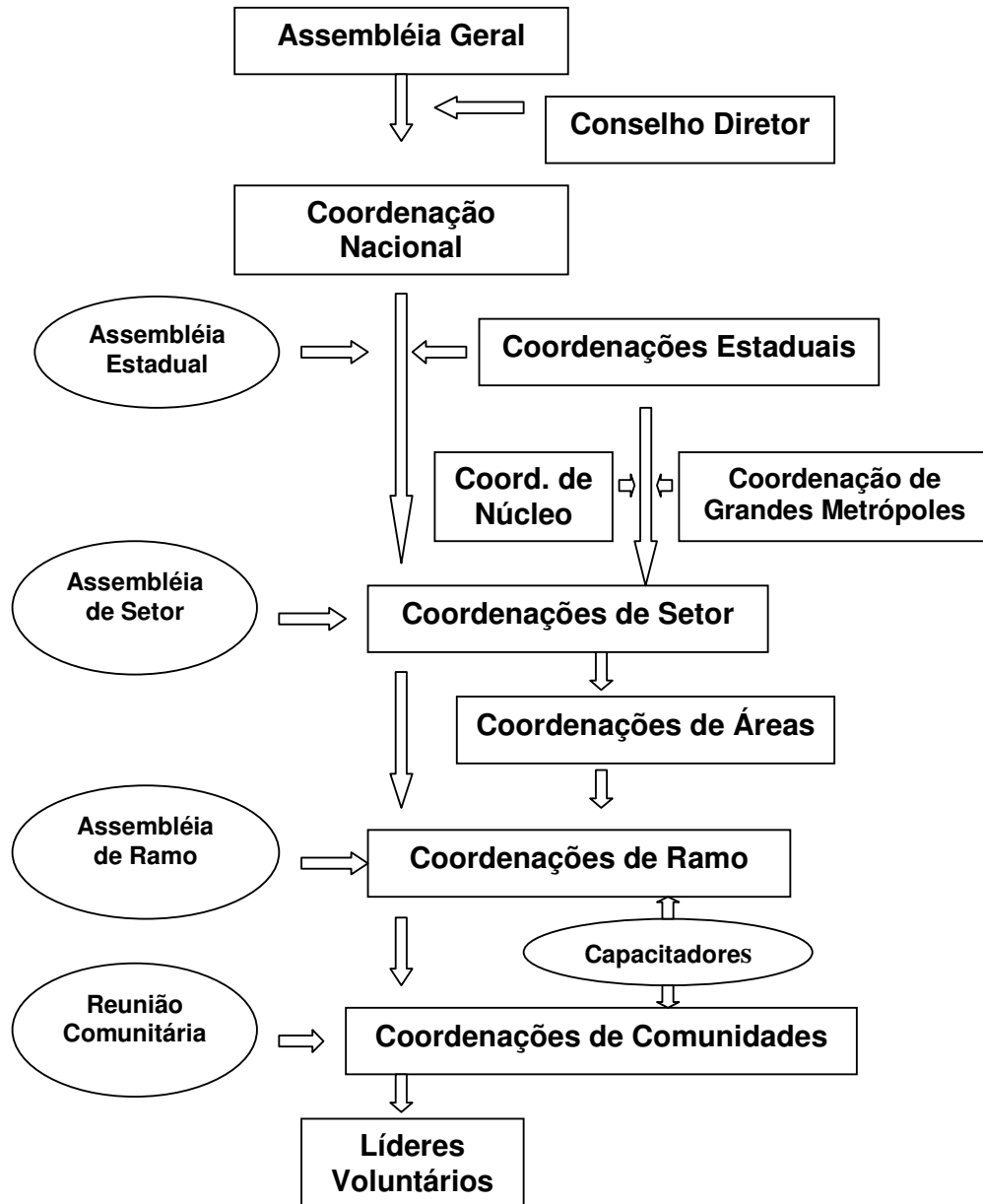


Figura 9 - Organograma funcional da Pastoral da Criança

Fonte: elaborado a partir de orientações das Coordenações de Núcleo e Setor

APÊNDICES

APÊNDICE A
MODELO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1- Qual a visão que você tem do voluntariado no Brasil e no Paraná?

2- Já foi líder comunitário(a) da Pastoral da Criança ?

3- Qual a visão que tem de líder ou de liderança, dentro do trabalho da Pastoral?

Quem é um(a) bom (boa) líder?

4- Como é realizado o recrutamento dos voluntários líderes?

5- Existe algum trabalho motivacional para despertar o interesse de voluntários líderes?
Com qual frequência e como é a receptividade nas comunidades?

6- Há quanto tempo você é voluntário na Pastoral da Criança?

7- Quais as principais alterações ocorridas na capacitação dos (as) líderes comunitários (as) durante os 23 anos de atuação da Pastoral da criança nas comunidades em todos o país, tendo em vistas os objetivos de redução da mortalidade e da desnutrição infantis?

8- Existe um trabalho de continuidade da capacitação dos líderes voluntários? Caso afirmativo, como ele é realizado e com que frequência?

9- Como é a estrutura que coordena o trabalho dos líderes voluntários? Quantos líderes por coordenador? Quantos coordenadores? Como eles atuam? Com que frequência ocorre contato? É presencial?

10- Existem encontros periódicos entre os líderes? Existe um grande encontro por município? Ou os encontros são regionais?

11- Quais os instrumentos utilizados para a busca da adesão de mães gestantes ao trabalho de acompanhamento dos(as) líderes da Pastoral da Criança?

12- Como é feito o credenciamento e o desligamento dos líderes voluntários?

13- Existe um padrão nas respostas obtidas do trabalho voluntário dos líderes? Se afirmativo, qual é esse padrão?

14- Você teria alguma sugestão para que a capilaridade do trabalho da Pastoral fosse maior ainda? Subdividir o LOCAL seria uma boa idéia? Qual é a relação "ideal" de pessoa por LOCAL?

15- O modelo de atuação adotado pela Pastoral daria certo em outras iniciativas? Poderia haver outras atividades sobre a estrutura da Pastoral? Educacionais, por exemplo? Já houve tentativas?

16 - Como é a sua visão sobre os resultados obtidos na redução da mortalidade e desnutrição infantis?

17 – Como ocorre o processo de cadastramento de gestantes? Como é feita a divulgação do trabalho dos líderes junto às gestantes das comunidades?

18 – Outros comentários relevantes:

Entrevista realizada em: ___ / ___ / _____

Local: _____

Entrevista de número: _____

Área de atuação: _____

APÊNDICE B
MODELO DO QUESTIONÁRIO COM PERGUNTAS SEMI-ABERTAS

01- Há quanto tempo você atua como Líder na Pastoral da Criança?

- R-
- a) Menos de 1 ano
 - b) Entre 1 ano e 5 anos
 - c) Entre 5 anos e 10 anos
 - d) Há mais de 10 anos

02- O que a (o) motivou a ser um(a) Líder Voluntário na Pastoral da Criança?

- R
- a) Conhecia pessoas que já eram voluntárias
 - b) Eu já era considerado (a) líder em minha comunidade
 - c) Indicação de parentes ou de vizinhos da comunidade
 - d) Decidi após participar de uma palestra de alguém da Pastoral

03- Quanto tempo, em média, você dedica ao trabalho voluntário na Pastoral, por semana?

- R
- a) Menos de 2 horas
 - b) Entre 2 e 4 horas
 - c) Entre 4 e 6 horas
 - d) Mais de 6 horas

04- O que você mais gosta de fazer no seu trabalho voluntário para a Pastoral da Criança?

- R
- a) Acompanhar o desenvolvimento das crianças
 - b) Acompanhar as gestantes
 - c) Organizar o Dia do Peso
 - d) Organizar e participar de reunião de reflexão e avaliação
 - e) Divulgar o trabalho voluntário da Pastoral para outras pessoas

05- Quantas crianças em sua comunidade você costuma acompanhar, na média, ao mesmo tempo?

- R
- a) Menos de 8
 - b) Entre 8 e 12
 - c) Entre 8 e 20
 - d) Mais de 20

06- De quantos treinamentos ou cursos de capacitação oferecidos pela Pastoral você já participou, desde que entrou para o Movimento Pastoral da Criança?

- R
- a) De todos os cursos
 - b) De praticamente todos os cursos
 - c) Participo muito pouco dos cursos
 - d) Não participo dos cursos

07- Você tem parentes que trabalham como voluntários para a Pastoral? Quantos?

- R a) Não tenho
 b) Tenho um parente
 c) Tenho 2 parentes
 d) Tenho 3 parentes ou mais

08- Em sua comunidade, as pessoas recorrem a você por outros motivos que não tem relação com a missão da Pastoral da Criança? (Doenças, emergências, enchentes, etc.).

- R Sim, freqüentemente Às vezes Quase nunca

09- Você pensa ou já pensou em um dia deixar de ser voluntário (a) da Pastoral?

- R Não, não quero sair Sim, às vezes penso Penso freqüentemente

10- Como você se sente sendo Líder Comunitário(a) da Pastoral em sua região?

R _____

Questionário nº: _____

Área: _____

Data do recebimento: __/__/__

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)